



Ederson Malheiros Menezes

**A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE
REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta - RS, 2016

Ederson Malheiros Menezes

**A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE
REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

Cruz Alta - RS, Fevereiro 2016

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS
Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL

Elaborado por

Ederson Malheiros Menezes

Como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces _____ UNICRUZ
Prof.^a Dr.^a Elizabeth Fontoura Dorneles _____ UNICRUZ
Prof.^a Dr.^a Luciana do Nascimento Couto _____ USALMA

Cruz Alta-RS, _____ de _____ de _____

M543c

Menezes, Ederson Malheiros.

A configuração da ética nas práticas sociais de representantes institucionais e da sociedade civil / Ederson Malheiros Menezes. – 2016.

152 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Cruz Alta/UNICRUZ, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

1. Ética. 2. Política. 3. Cidadania. 4. Democracia.
I. Garces, Solange Beatriz Billig. II. Título.

CDU 17

Catálogo na fonte: Bibliotecária Samanta do Nascimento CRB-10/2380

AGRADECIMENTOS

Um grande amigo repete constantemente o seguinte pensamento: “Gratidão é a moeda com que se pagam as dívidas do coração”. Sendo assim, agradeço prioritariamente a Deus pela provisão recebida para cumprir esta etapa.

Minha gratidão, aos meus pais José (*in memoriam*) e Maria que sempre estimularam a dedicação aos estudos e cujo amor compartilhado são os alicerces que sustentam esta grande experiência de vida.

Minha gratidão, à minha família, minha amável esposa Rosane, companheira dedicada que junto com meus filhos Larissa, Daniel e Luany sempre oportunizaram um ambiente dinâmico de vida e motivação.

Minha gratidão, ao Corpo Docente do curso que nos acolheu como Corpo Discente no desafio de promover e oportunizar crescimento mútuo.

Minha gratidão à minha dedicada, paciente e altamente competente orientadora, Professora Dr^a Solange Beatriz Billig Garces, que de forma comprometida e amiga posicionou-se em toda a caminhada incentivando o crescimento e a superação de minhas limitações.

Em mim, a defesa da ética jamais significou sua distorção ou negação.
(Paulo Freire)

RESUMO

A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL

Autor: Ederson Malheiros Menezes
Orientadora: Dr^a Solange Beatriz Billig Garces

Ao considerar como objetivo a compreensão acerca de como se constitui o “ser ético cidadão” e a sua similaridade ou diferenciação constitutiva a partir das práticas sociais de representantes públicos e da sociedade civil, a presente pesquisa foi realizada metodologicamente com caráter qualitativo. Os dados foram coletados através de vinte entrevistas, sendo que dez correspondem a representantes públicos e outras dez à representantes civis. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente conforme disposição para realizar a entrevista que ocorreu mediante roteiro previamente estabelecido. As respostas obtidas foram analisadas por meio de análise de conteúdo e os resultados indicaram uma diferenciação nas práticas sociais de representantes públicos e da sociedade civil, diferentes valores que consequentemente indicam diferentes propostas para a constituição do “ser ético cidadão”. A cultura ética cidadã dos representantes públicos se apresentou determinada predominantemente pela representatividade capaz, pelo uso do poder de forma ilegítima, pela limitação de comunicação, incompleta em seus resultados e proponente de uma democracia limitada. Enquanto a cultura ética cidadã dos representantes civis se apresentou determinada predominantemente pela atuação participativa e representativa dirigente, pelo uso do poder legítimo, pautada em amplo diálogo e proximidade das realidades sociais, mais efetiva em seus resultados e proponente de uma democracia pautada nos valores antecedentes. Ao compreender a ética política como exercício de compartilhar a vida e a existência em toda amplitude de suas relações, a ética política apresenta-se como elemento essencial para a constituição cidadã e constituição desse “lugar de morada” - *ethos*. O bem verdadeiramente comum não pode se efetivar se essa proposta ético-política estiver configurada de forma inadequada, o que sugere o cuidado para a efetividade cidadã e utilização do poder. Dessa forma, renova-se conclusivamente a importância da ética política para constituição de cidadãos que exercem uma cidadania plena e um poder legítimo, tendo em vista a concretude do bem comum.

Palavras-Chave: Ética. Política. Cidadania. Democracia.

ABSTRACT

ETHICS CONFIGURATION IN SOCIAL PRACTICES OF INSTITUTIONAL REPRESENTATIVES AND CIVIL SOCIETY

Author: Ederson Malheiros Menezes
Advisor: Dr. Solange Beatriz Garces Billig

When considering as the goal the understanding of how it is built up the "being an ethical citizen" and its similarity or constitutive differentiation from social practices of public representatives and civil society, the present research was conducted methodologically as qualitative. Data were collected through twenty interviews, of which ten correspond to public representatives and the other ten to civilian ones. Respondents were randomly chosen as willingness to answer the interview, which happened through a previously established guide. The answers were analysed using content analysis and the results showed a differentiation in the social practices of public representatives and civil society, different values that consequently indicate different proposals for the establishment of the "being an ethical citizen". Civic ethical culture of the public representatives presented itself predominantly determined by the capable representation, by the illegitimately use of power, by limiting communication, incomplete in its results and proponent of a limited democracy. While civic ethical culture of civilian representatives presented itself predominantly determined by the participatory and ruling representative performance, the use of legitimate power, based on extensive dialogue and closeness to social realities, more effective in their results and proponent of a democracy guided by these background values. By understanding the political ethics as an exercise to share life and existence in the whole range of their relations, the political ethics presents itself as an essential element to citizen and this "dwelling place" – ethos – constitution. The truly common good cannot actualize itself if this ethical political proposal is set inappropriately, which suggests caution for the civic effectiveness and use of power. Thus the importance of political ethics for the constitution of citizens who practice their full citizenship and a legitimate power renews itself conclusively, considering the concreteness of the common good.

Keywords: Ethics. Politics. Citizenship. Democracy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da localização regional de Panambi - RS	40
Quadro 1	Representação da amostra de sujeitos para a pesquisa	41
Quadro 2	Dados gerais acerca das entrevistas realizadas	43
Quadro 3	Dados sobre os entrevistados	128
Quadro 4	Paralelo de cidadania e poder entre representantes públicos e da sociedade civil	128
Quadro 5	Paralelo da cultura política entre representantes públicos e da sociedade civil	129
Quadro 6	Paralelo da representatividade ético política e continuidade/ inovação das práticas entre representantes público e da sociedade civil	130
Quadro 7	Paralelo entre orientação ética, campos de ação e "tipos" a partir de representantes públicos e da sociedade civil	131

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABG	Associação Brasileira de Gereontologia
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CARF	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa da Unicruz
CGU	Controladoria Geral da União
CNS	Conselho Nacional de Saúde
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FIFA	Federação Internacional de Futebol
ICP	Índice de Percepção da Corrupção
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
ONG	Organização Não-Governamental
OP	Orçamento Participativo
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PF	Política Federal
PR	Palácio do Planalto
RC	Representantes da Sociedade Civil
RP	Representantes Público
RS	Rio Grande do Sul
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República

SUMÁRIO

1 CAPÍTULO I - CONTEXUALIZAÇÃO TEMÁTICA.....	12
1.1 Hipótese central	30
1.2 Objetivos	30
1.2.1 Objetivo geral	30
1.2.2 Objetivos específicos	30
2 CAPÍTULO II - CAMINHO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO	32
2.1 Caminho epistemológico	32
2.1.1 A Ecologia de Saberes e o pensamento múltiplo	36
2.1.2 As práticas socioculturais	38
2.2 Caminho metodológico	40
2.2.1 Procedimentos da pesquisa	40
2.2.2 Cuidados éticos	44
2.2.3 Estudo piloto	45
3 CAPÍTULO III - Estado e Democracia	47
3.1 Sobre o Estado	47
4 CAPÍTULO IV - Sociedade civil, participação e cidadania	59
5 CAPÍTULO V - Ética e seus fundamentos	65
5.1 Etimologia da palavra ética e sua distinção de outros conceitos	66
5.2 Recapitulação histórica acerca da ética e sua categorização	72
6 CAPÍTULO VI - Democracia, cidadania e ética	79
7 CAPÍTULO VII - Cultura política no Brasil	88
7.1 Cultura política a partir de uma herança histórica da formação do Brasil	88
7.2 A esfera pública brasileira e as práticas socioculturais na política	93
8 CAPÍTULO VIII - A configuração da ética nas práticas socioculturais	

de representantes públicos e da sociedade civil em Panambi-RS	97
8.1 Indicações sobre a apresentação dos dados de pesquisa	97
8.2 Representantes públicos	98
8.2.1 Valores éticos políticos de representantes públicos	98
8.2.2 A cultura ético política dos representantes públicos	105
8.2.3 Comparação das Práticas Socioculturais de Representantes Públicos e Cívicos na Contemporaneidade em Relação a uma Ética Política e suas Perspectivas de Continuidade e/ou Mudanças: descrição dos representantes públicos	107
8.2.4 Modelos de Organização e Orientação Ética dos Representantes Públicos e os seus Campos de Ação: os “Tipos Ideais”	109
8.3 Representantes civis	113
8.3.1 Valores ético políticos de representantes civis	113
8.3.2 A cultura ético política dos representantes civis	118
8.3.3 Comparação das Práticas Socioculturais de Representantes Públicos e Cívicos na Contemporaneidade em Relação a uma Ética Política e suas Perspectivas de Continuidade e/ou Mudanças: descrição dos representantes civis	121
8.3.4 Modelos de Organização e Orientação Ética dos Representantes Cívicos e os seus Campos de Ação: os “Tipos Ideais”	123
8.4 Representantes públicos e civis: um paralelo com resgate da fundamentação teórica	128
9 CAPÍTULO XIX – CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	144

1 CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

Hoje não são melhores os que, antes de cometer seus crimes mais graves, sempre os fazem preceder por alguns belos discursos sobre o bem público e o interesse geral (LA BOIÉTIE).

Quando se questiona acerca de categorias que deveriam fazer parte ou mesmo constituir os sujeitos, de forma especial em sua perspectiva social, não é novidade perceber entre os primeiros lugares da lista o elemento da ética, que muitas vezes conjuga-se com outros conceitos como é o caso da cidadania fazendo referência a uma ética política.

Segundo Vázquez (2013, p. 17) “o comportamento humano prático-moral, ainda que sujeito a variação de uma época para a outra e de uma sociedade para a outra, remonta até as próprias origens do homem como ser social”. Assim, pensar a questão ética/moral é algo tão abrangente quanto a história da vida e da sociedade. Por outro lado, a ética é necessária a cada geração.

Paulo Freire fala da necessária “ética universal do ser humano” (FREIRE, 1996, p. 15-18) compreendida como categoria imprescindível à existência, uma ética distinta de moralismo ou ética de mercado. Além disso, o autor afirma acerca de si próprio: “[...] Em mim, a defesa da ética jamais significou sua distorção ou negação”. Nessa declaração, ficam imediatamente evidentes duas problemáticas que envolvem a questão ética: “sua distorção ou negação”.

A partir da constatação de que a ética está envolvida por pluralidade em sua definição e consequentemente instrumentalidade e, ainda, sua possível negação, resta desvelar e confrontar compreensões e práticas acerca dela, tendo em vista o esclarecimento do seu conceito e da sua adequada instrumentalidade para o então, “bem comum” - retratado na expectativa de uma sociedade democrática.

É neste mesmo sentido que Rios (2005, p.87) valoriza a questão ética, pois para ela:

É no domínio da ética que se problematiza o que é considerado bom ou mau numa determinada sociedade, que se questionam os fundamentos dos valores e que se aponta como horizonte o *bem comum*, sem dúvida histórico, mas diferente de um bem determinado por interesses particulares e, muitas vezes, insustentáveis.

Mesmo parecendo haver uma contradição em falar de ética no contexto social sem

considerar aquilo que tem por objetivo o bem comum, e ao mesmo tempo como algo que serve a interesses particulares, essa é uma realidade a ser verificada, principalmente na compreensão e prática daqueles que são nossos representantes na esfera pública e civil; e que, por conseguinte, são atores sociais influentes, constituindo referenciais de uma ética social e política.

Nesse sentido, através dessa pesquisa, foi-se ao encontro desses atores para dialogar e discutir e, talvez constituir uma intervenção social promotora de ética, instigando a reflexão sobre a prática social desenvolvida por esses atores, configurada por valores próprios de suas ações.

De igual modo, está estabelecido o conceito de cidadania como categoria relevante na constituição de atores sociais reconhecidos como ideais para a sociedade contemporânea. E, atendendo a uma expectativa social, a cidadania se configura e se relaciona intensamente com a questão ética por refletir sobre a condição dialógica pautada em valores para a vida, como pode ser observado nas palavras de Cerquier-Manzini (2010, p. 14):

Desse modo, penso que a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo.

Entende-se que esse direito que precisa ser construído coletivamente será fruto da experiência ou exercício de uma ética própria, marcada pela criticidade da realidade e pautada em valores adequados, reais. Assim, é o exercício da cidadania pautada em adequada ética que garante outra condição tão almejada, a da democracia.

Tal ação crítica diz respeito ao exercício da cidadania como processo inventivo de cada um e de todos, de forma que possamos ter as mesmas condições comuns, regidas por normas legais de que possamos fazer uso igualmente. Avançamos daí para maior democracia (CERQUIER-MANZINI, 2010, p. 86).

Seria essa uma resposta para a condição social brasileira? Se sim, quais expectativas são possíveis a partir dos representantes do poder público e civil nos termos em que a ética e cidadania categoricamente devem envolvê-los?

A superação das fragilidades sociais depende nesse sentido, dos seus líderes, os quais não devem permitir a ausência ou distorção das categorias ética e cidadania na sua própria constituição e prática.

Em um passado mais recente, em termos de Brasil, Gohn (1997, p.305-309) aviva a memória para o fato de que, nos anos 90, entre os novos movimentos sociais que surgiram como forma de luta por um espaço de direito, estavam aqueles que se centravam em questões éticas ou para (re)valorizar a vida. Entre essas iniciativas estava o Movimento Ética na Política. Esses movimentos foram denominados de “novos” exatamente por dois motivos: primeiro, porque as reivindicações não tinham mais como eixo central as questões de infraestrutura mas estavam relacionadas à sobrevivência; e segundo, exatamente pelo fato das reivindicações se localizarem no plano da moral, por causa da ausência de ética na política e violação de certos valores consensuais da sociedade, relacionados à gestão da coisa pública.

Um pouco mais recente, a iniciativa popular acerca da denominada “ficha limpa” (Lei Complementar nº 135 de 2010) retrata a continuidade da luta pela questão ética. Luta que integra o apresentado por Gohn (1997), como externa e interna em relação a práticas questionadas envolvendo a necessidade da ética para a vida em sociedade, especialmente no campo político.

Desde que se compreende a relevância da questão dos valores para a ética, Santos (2010, p. 27), ao falar de sua concepção de pós-modernidade, refere-se aos valores dizendo: “[...] Os valores modernos da liberdade, da igualdade e da solidariedade sempre me pareceram fundamentais, tão fundamentais quanto a crítica das violências que se cometeram em nome deles e da pouca realização concreta que têm tido nas sociedades capitalistas”. Assim, passa-se a ser reconhecido, que o viver em sociedade com problemas modernos é decorrente da não efetividade de tais valores. E, nessa perspectiva é possível verificar a relevância de uma ética dinâmica que não se acomoda com o proposto, mas se estabelece com valores a serem criticados em sua constituição social. Todavia, essa é uma constatação com necessidade contínua para verificação de possíveis mudanças.

Assim sendo, nessa direção se propõe como questão norteadora central:

- Atendendo a expectativa/necessidade nas práticas sociais de termos um “ser ético cidadão”, como ele é ou pode ser constituído? Há diferenciação na constituição do “ser ético cidadão” nas práticas sociais de representantes da esfera pública em relação aos representantes da sociedade civil?

Relacionado à questão central, levantam-se como questões complementares:

- Quais valores representam a ética política decorrente das práticas socioculturais de representantes públicos e civis?

- Há diferenciação nas práticas socioculturais de representantes públicos e civis na contemporaneidade?

- Como se configura a cultura ética (cidadã) dos representantes públicos? E para os demais cidadãos da sociedade civil?

- Na configuração da vida coletiva/social, qual a importância da ética e da cidadania?

- No cenário da sociedade contemporânea, são a ética e a cidadania categorias principais na constituição dos atores sociais?

- Se o “ser ético cidadão” não é uma realidade social, onde se encontram os aspectos que impedem a sua constituição?

- E ainda, é possível trabalhar ética e cidadania como proposta de formação do ator social sem que aquilo que o cerca esteja assim constituído?

Continuando com as reflexões sobre a temática pode-se reafirmar que a ética como já observada, constitui-se como necessidade essencial para os ajustes do sujeito em sua diversidade de relações. Porém, pensando de forma mais concreta, sua exigência pode ser verificada a partir de realidades que se apresentam na sociedade.

Segundo Morin (2011a, p. 29), essas realidades, categorizadas em contexto de crise, estão manifestas por gangues de jovens, retorno à religião, desintegração social, corrupção, atentados contra a civilidade e violência.

Com olhar no processo de globalização, processos agenciados por “perversidade” são percebidos, os quais clamam pela efetividade ética:

[...] por que a globalização atual é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas (SANTOS, 2011, p. 15).

Santos (2011, p. 18) complementa sua proposição no sentido de ser necessário para compreensão da globalização, não apenas uma visão de mundo, mas o ajustamento de três mundos em um só: como fábula (aquilo que se apresenta); como perversidade (exatamente como é); e como outra globalização (como pode vir a ser).

A ética carrega a expectativa dessa forma, de se constituir não apenas a partir da consideração territorial, mas social, econômica, política, cultural, entre outras esferas necessárias em termos de abrangência.

Santos (2011, p. 19-20) revela o mundo que se apresenta fabril de perversidade como marcado por desemprego, pobreza, baixa qualidade de vida e renda, fome, composto por desabrigados, enfermos, altos índices de mortalidade infantil, com baixa qualidade na educação. Um mundo marcado por males espirituais e morais – todos demarcados por uma

perversidade sistêmica que se sustenta em competitividade e processos de hegemonização.

Beck (2011, p.12-19), a partir de um olhar histórico, compreende que, atualmente, o ser humano se constitui como sujeito e objeto de uma ruptura interna da modernidade, distinta da sociedade industrial clássica. Essa condição social assume nova forma, a qual denomina “sociedade (industrial) de risco” - uma outra configuração social desencantada com os aspectos científicos e tecnológicos. É o rompimento (fruto também de uma crítica da cultura) com o mito da sociedade industrial desenvolvida e a constituição de uma sociedade moderna nova, um novo espaço a ser constituído como oportunidade cultural e política. E ainda, é possível dizer, a partir dessa desconstrução de valores falsos, oportunidade para construção de valores autênticos, oportunidade ética que reconhece a história para fazer nova história.

Assim, do sujeito aos processos globais de mudança do mundo e da história, percebe-se a importância da ética em sua ampla abordagem como elemento essencialmente necessário para garantir uma nova realidade diante dos desafios (re)conhecidos.

Retomando a questão da razão da ética, Boff (2009a, p. 9-10) introduz seu diálogo com o reconhecimento da formação de uma sociedade global e, nesse processo questiona: “Como garantir um consenso mínimo entre todos para que possam viver em paz e solidariedade?” A resposta que ele mesmo dá para a questão é a constituição de uma ética planetária, algo que deverá ser traduzido em cuidado, cooperação, corresponsabilidade, compaixão e reverência.

Para Boff (2009a, p. 17) a ética pode constituir-se em uma “nova base de mudança necessária”, algo comum, global, fácil de compreender e viável. Sua proposta de uma ética mínima é a esperança para abrir “possibilidades de solução e salvação da Terra, da humanidade e dos desempregados estruturais”. Essa ética está fundamentalmente marcada pela prática do cuidado.

Nessa linha, dever-se-á, pois fazer um pacto ético, fundado, como veremos, não tanto na razão ilustrada, mas no *phatos*, vale dizer, na sensibilidade humanitária e na inteligência emocional expressas pelo cuidado, pela responsabilidade social e ecológica, pela solidariedade ‘geracional’ e pela compaixão, atitudes essas capazes de comover as pessoas e de movê-las para uma nova prática histórico-social libertadora. Urge uma revolução ética mundial (BOFF, 2009a, p. 18).

Perpassando o contexto mundial, a proposta de um pacto ético baseado no cuidado mútuo passa a ser a resposta para tantas demandas sociais e realidades que não podem ser encaradas de outra forma, sob pena de constituir ações ainda mais desumanizantes e destrutivas.

A partir do exposto, será inicialmente necessário o reconhecimento de que “toda ética nasce de uma nova ótica” (BOFF, 2009a, p. 18). É possível, então, perguntar sobre que olhar seria esse, que foco teria essa ótica em que um autêntico cuidado com o humano e seu entorno constituiria o currículo e a base de uma educação ética cidadã planetária. Certamente que esse olhar não ignoraria os aspectos: político, cultural, relacional, econômico, social, entre outros.

Tendo por base o Programa de Pós-Graduação, ao qual pertence o curso Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, particularmente a linha de pesquisa “Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea”, considera-se a proposta de discutir teoricamente práticas de intervenção, considerando a possibilidade de formação para um desenvolvimento humano e social. Torna-se necessária assim a contribuição na formação de atores sociais com reconhecida competência para atuar de forma significativa na sociedade contemporânea, de maneira a contribuir com transformações necessárias através de suas práticas socioculturais.

Pessoalmente, como ator social e representante de um segmento institucional, verifico o necessário aprimoramento para que as ações executadas e coordenadas possam alcançar abrangência e efetividade em termos de promoção da vida, preservando e promovendo valores integrais que pertencem ao humano.

Na sociedade contemporânea urge a necessidade de “prescrição” (exatamente como o médico faz ao prescrever um medicamento) dos elementos da ética e cidadania, que resistem à “liquidez” social, mas não se concretizam como realidade. A constituição do “ser ético cidadão” é uma resposta para o futuro que se articula desde as relações dos ambientes familiar, escolar, profissional, social e, até mesmo, em relação aos aspectos ambientais. Uma resposta para a violência, para ausência do amor, para a sociedade de competição, para a corrupção, para a desigualdade, para ausência de justiça, para a degradação humana e ambiental, além de tantas outras problemáticas que se configuram.

Destaca-se o fato de que o processo que envolve o ser ético cidadão requer clareza conceitual, referenciais ou “tipos ideais”, ambiente favorável e ações consistentes.

Em um país com denúncias cotidianas de corrupção, cresce o descrédito de líderes e instituições, sejam elas públicas ou iniciativas privadas. A ausência do respeito por autoridades nos diversos âmbitos da sociedade denuncia a degradação da esperança e confiança. Conseqüentemente, há uma desconstrução dos valores éticos e da cidadania.

Em termos de Brasil, a instabilidade é a característica que define a maior parte do sistema político brasileiro no século XX, tendo em vista a configuração de uma forma corporativista no período de 1930-1945, de populismo semidemocrático no período de 1945-

1964 e de regime autoritário no período de 1964-1985. Dessas experiências se compreende não ser difícil constatar que “o processo político brasileiro mostra, em contraste com a concepção das teorias hegemônicas da democracia, que as elites não são, necessariamente, as melhores garantidoras dos valores democráticos” (AVRITZER, 2003, p. 569).

Embora se tenha uma abertura democrática governamental a partir de 1985 no Brasil, ainda se aprende a desenvolver e vivenciar a democracia, em períodos com avanços e retrocessos, por influências arraigadas pela história de colonização e patriarcalismo. Essas realidades renovam a necessidade de reflexão por parte dos atores sociais que visualizam essas ações como aspectos impeditivos da construção da cidadania e da democracia.

Como num efeito dominó, os representantes institucionais integram posições altamente influentes e asseguram a possibilidade de transformação social em suas concepções e ações. Ainda assim, a sociedade civil organizada tem a possibilidade de, em seus cenários de práticas sociais, constituir representações de “ser ético cidadão”.

Contudo, qual é o Brasil desses últimos dias que requer essa análise e que ampliaria a justificativa da pesquisa em todas as suas esferas, inclusive nas esferas municipais?

Para introduzir algumas realidades contemporâneas que justificam a pesquisa, especialmente realidades da sociedade brasileira, utilizar-se-á como elemento balizador os pensamentos de Étienne de La Boiétie (1530-1563), expostos em sua obra “Discurso da Servidão Voluntária”, que foi escrita pouco antes de morrer aos 32 anos de idade. Nessa obra o autor conjuga dois conceitos que envolvem tanto líderes como liderados: tirania e servidão.

É importante referenciar que o uso das palavras “tirania” e “servidão”, apesar de sua tendência original, não está limitado a uma personalidade ou categoria específica como já referenciado por Santos (2011, p. 15), quando fala de uma tirania fundada em uma globalização perversa, ou seja, todos e tudo podem, em algum momento ou esfera, exercer algum tipo de tirania e algum tipo de servidão.

Bauman (2015, p. 20) percebe essa abrangência do uso dos conceitos e valoriza a importância da designação “servidão voluntária” de La Boiétie. Ele diz que ela nomina uma atitude baseada em duas crenças que fazem parte de uma visão de mundo inerte. As duas crenças são: “inflexibilidade da ordem das coisas, da natureza humana ou da condição dos assuntos humanos” e “a crença numa fraqueza humana beirando a impotência”. Essas duas crenças que recebem o nome de “servidão voluntária” definem uma atitude descrita como “rendição antes de se travar a batalha”.

Em certo sentido, pode-se dizer que La Boiétie concordaria com Bauman, tendo em vista compreender que “[...] a primeira razão pela qual os homens servem voluntariamente é

porque nascem servos e são educados como tais. Dessa primeira razão decorre outra: sob os tiranos, os homens se tornam facilmente covardes e efeminados” (LA BOIÉTIE, 2009, p. 53). O que significa, então, rendidos “antes de se travar a batalha”. E os que não se rendem ao pavor, rendem-se às migalhas:

Os tiranos distribuíam em profusão um quadro de trigo, um sesteiro de vinho e um sestércio, e então dava dó ouvir gritar: “Viva o rei!”. [...] O povo ignorante sempre foi assim: entrega-se com paixão ao prazer que não pode receber honestamente e é insensível ao erro e à dor que não pode suportar sem se aviltar (LA BOIÉTIE, 2009, p. 57).

Pelo predomínio de um certo hedonismo não apenas o povo, mas também os próprios tiranos se corrompem, destituindo a possibilidade de uma vida melhor para todos.

A partir dessa linha que se interconecta a processos de diversos atores sociais e governos na contemporaneidade, é possível fazer uma leitura de fatos históricos recentes no Brasil, que, ao mesmo tempo que recuperam e validam o pensamento de La Boiétie (2009), permitem indicar problemas e dificuldades que gestam uma diversidade de relações sociais e integram a cultura, a economia e a política – e que, conforme expectativa inicial, evidenciam a necessária compreensão da ética como elemento estruturador dessas relações e realidades.

Essa escolha de delineamento para apresentação breve de alguns fatos da sociedade brasileira já indica, antecipadamente, na agenda atual, o encontro histórico dialógico da tirania, da servidão e da corrupção com a questão ética.

Partindo da perspectiva filosófica de Barros Filho e Praça (2014, p. 12), “nada pode ser corrupto, tampouco estar, porque a palavra *corrupção* não indica nem essência nem estado. Indica um processo. Uma transformação. Um deixar de ser. Sua própria negação”. Dessa forma, a ideia de processo deve acompanhar a reflexão tendo em vista ser de antemão um exercício ético.

Para Castro (2015, p. 13-15), a corrupção é o maior problema brasileiro, sendo os demais apenas decorrentes dessa realidade que se apresenta no Brasil. Ele designa a corrupção como um “caldo de cultura” que se baseia na atitude de se tirar vantagem em tudo e cuja maior motivação está nas próprias ações dos governos, sem inocentar cada brasileiro.

Alguns episódios recentes podem ilustrar essa indignação. Isso considerando que de maneira alguma esgotam a realidade e problemática que envolvem a sociedade brasileira, mas ilustram contornos de um país que sofre pela corrupção não apenas no sentido restrito do econômico. Vejamos os seguintes enunciados e sínteses dos fatos:

DEPOTISMO: Castro (2015, p. 74) registra que entre os anos de 2013 e 2015 a

Controladoria Geral da União (CGU) “recebeu 43 denúncias de nepotismo no governo federal. Desses casos, 22 foram considerados procedentes, mas apenas seis pessoas acabaram exoneradas”. Sendo assim, uma amostra de atitudes contrárias ao esperado e da impunidade que impera no país.

FIFA – COPA DO MUNDO: Denúncias externas de escândalos de corrupção envolvendo a FIFA são apresentadas, enquanto denúncias internas dos resultados da experiência de sediar uma Copa do Mundo envolvendo obras gigantescas superfaturadas e sem utilidade por ocasião da Copa do Mundo de 2014 no Brasil são denunciadas e geram manifestações ofensivas diversas contra o descaso em relação ao dinheiro público.¹

BOATE KISS: Casos de injustiça percorrem os estados brasileiros, e um exemplo de repercussão nacional conforme matéria do site G1, transmitida pelo Jornal Hoje em janeiro de 2016, mostra parentes das vítimas do incêndio ocorrido na boate Kiss em Santa Maria (RS), cobrando justiça acerca do que ocorreu em janeiro de 2013, quando mais de duas centenas de jovens morreram (242) e outras várias centenas de pessoas ficaram feridas (680). Os familiares cobram dos agentes públicos a punição dos culpados e manifestam descontentamento com os processos.²

OPERAÇÃO ZELOTES: A denominada operação Zelotes que iniciou em 2013 aponta para um dos maiores esquemas de sonegação fiscal do país que envolve valores bilionários (podendo chegar a 19 bilhões desviados do Tesouro Nacional, segundo analistas) articulados por meio de propinas para anular ou atenuar dívidas tributárias. Quadrilhas formadas por conselheiros do CARF³ - (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), ex-conselheiros, personalidades políticas, servidores públicos de outras esferas e uma diversidade de empresas (dos setores da agroindústria, financeiro, alimentício, construção civil, eletrodomésticos, automobilístico, siderúrgica, consultoria/gestão, farmacêutico entre outros) começam a aparecer comprometidas nas investigações que seguem.⁴

¹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150527_entenda_fifa_lab>. Acesso em 28/01/2016. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,delator-gravou-encontros-sobre-copa-de-2014-e-informou-fbi--,1707095>>. Acesso em 28/01/2016.

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/parentes-de-vitimas-do-incendio-da-boate-kiss-cobram-punicao-de-agentes-publicos/4764088/>>. Acesso em 28/01/2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Inc%C3%AAndio_na_boate_Kiss>. Acesso em 28/01/2016.

³“O que é o Carf? - O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é um tribunal de segunda instância que julga dívidas tributárias de empresas com o governo. Há o poder de cancelar as dívidas por incorreções fiscais impostas, suspendê-las ou corrigi-las. Em resumo: é a última instância para se recorrer a uma multa aplicada pela Receita Federal”. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/entenda-a-operacao-zelotes-e-o-impacto-na-relacao-lula-dilma>>. Acesso em 28/01/2016.

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1611246-entenda-a-operacao-zelotes-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em 28/01/2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/entenda-a-operacao-zelotes-e-o-impacto-na-relacao-lula-dilma>>. Acesso em 28/01/2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Por-que-tanto-silencio-em>>.

OPERAÇÃO LAVA JATO: A denominada operação Lava Jato envolvendo a Petrobras, que teve seu início em março de 2014, diz respeito a investigações acerca de um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro, envolvendo a estatal brasileira, além de outras empreiteiras, partidos e líderes políticos do país. A operação baseada desde os primórdios em delações premiadas não consegue estimar os altos valores envolvidos em diversos processos de corrupção, descobertos e que se tornaram crescentes a cada nova fase. Indica-se que tal operação fez o Brasil despencar sete posições no ranking de corrupção mundial. Dentre 168 nações que foram pesquisadas, o Brasil passou a ocupar a 76ª colocação.⁵

Ao considerar a Petrobras, Silva (2014, p. 105) lembra que “a grande obra do segundo governo Vargas foi a criação da Petrobras, em 3 de outubro de 1953, que se tornou um símbolo do nacionalismo”. Hoje, esse símbolo do nacionalismo é um dos maiores símbolos da corrupção que toma conta do país.

OPERAÇÃO POLITEIA: Uma operação que descende da Operação Lava Jato e que apreendeu diversos bens de políticos investigados. A operação que recebeu o nome de Politeia é uma referência à ideia do filósofo Platão que defendia as virtudes éticas como necessárias exatamente para combater a corrupção.⁶

MENSALÃO: No mês de junho de 2005 surge a denúncia de corrupção ativa e formação de quadrilha com base em um esquema de compra de votos, garantido por uma mesada (daí a origem de mensalão) aos congressistas que aprovassem projetos do governo federal. Vários políticos de diferentes partidos foram acusados, bem como partidos que tinham suas campanhas eleitorais mantidas dessa forma. O julgamento que aconteceu em 2013 pelo Supremo Tribunal Federal condenou 25 dos 38 réus.⁷

Estas ações corruptas só puderam se tornar conhecidas pelo fato do governo caracterizado democraticamente em sua ação permitir que a Polícia Federal (PF) pudesse atuar. Considerando que a mesma iniciativa não aconteceu em propostas de governos anteriores fundadas em clientelismo e ditaduras, o que deixava a população sem conhecimento e os órgãos submissos aos detentores do poder.

A servidão que sugere escravidão não é algo de que tiranos e cúmplices estejam livres.

torno-da-operacao-Zelotes-/4/33735>. Acesso em 28/01/2016.

⁵ Disponível em: <<http://m.jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/02/05/entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal-167117.php>>. Acesso em 28/01/2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-reforma-para-combater-corrupcao--brasil-tem-maior-queda-do-mundo-em-ranking-internacional,10000013572>>. Acesso em 28/01/2016.

⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1655455-pf-faz-busca-e-apreensao-na-casa-de-collor-e-de-senador-do-pp.shtml>>. Acesso em 28/01/2016.

⁷ Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2013/11/19/noticiaspoliticas,3165312/entenda-o-mensalao.shtml>>. Acesso em 28/01/2016.

Isso está evidente para La Boiétie (2009, p. 72-73), ao referenciar que independentemente da postura ética dos tiranos (se for bom ou mau) ou seus sucessores, os seus favoritos permanecerão sempre seus escravos, privados, infelizes, miseráveis atormentados e em perigo. Sendo a vida miserável a única glória e honra que possuirão.

Mas não se pode deixar de considerar que a miséria da aflição que sofre o corrupto pela aplicação da justiça livra muitas pessoas de uma grande miséria, recuperando glória e honra – em outras palavras, dignidade humana.

Evidentemente que, com a amplitude e abrangência dos fatos, ninguém dirá que se enganaram acerca das notícias divulgadas sobre a realidade brasileira. Todavia, Barros Filho e Praça (2014, p. 7) lembram que a informação midiaticizada “quase sempre” é enganosa por causa do caráter simplificador que destitui a complexidade. Dessa forma, seja a temática corrupção ou outra qualquer, sempre pertencerá à categoria daquilo que “você vê nos jornais”, exigindo que se vá além da informação para sua compreensão.

A superação do ficar apenas com aquilo que “você vê nos jornais” pode ter seus primeiros passos através da valorização dos espaços que já existem para diálogo e verificação das ações políticas do governo. Segue um exemplo disso:

O governo federal no Brasil, através do site www.acessoainformacao.gov.br, possui o denominado Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), o qual, segundo enunciado do próprio site, “permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.”

Através desse recurso, no dia 21/09/2015 foi realizada a solicitação sobre fontes para adquirir informações acerca da forma como o governo está atuando no combate à corrupção no país. O pedido que foi encaminhado a dois órgãos governamentais, o primeiro deles, o órgão superior: Palácio do Planalto (PR); e o segundo órgão vinculado: a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), ficou registrado com o NUP 00077.001018/2015-20 no sistema e obteve sua resposta no dia 13/10/2015, a qual passa a ser considerada cinco partes:

1) A primeira parte da resposta indicou o caminho para obter informações sobre a utilização dos recursos públicos conforme se lê: “informamos que, no âmbito deste órgão, as ações de controle, realizadas com vistas a acompanhar o uso de recursos públicos, estão disponíveis e podem ser consultadas por meio do link: https://sistema2.planalto.gov.br/semac/Lei_Acesso_Informacao_cons/Lei_Acesso_Informacao_cons.php”.

2) A segunda parte da resposta trouxe a seguinte informação: “Além disso, as

informações disponibilizadas em transparência ativa, na aba “acesso à informação” do site <http://www.secretariageral.gov.br/>, tem por objetivo levar ao conhecimento do cidadão as ações, despesas, contratos, procedimentos licitatórios e outros dados do órgão que permitam a fiscalização e controle da sociedade”.

3) A terceira parte da resposta trouxe informações acerca do amparo legal para o acesso à informação e sobre a expectativa de pró-atividade na sua comunicação: “Conforme determinação contida na Lei 12.527/11- Lei de Acesso à informação, de 16 de maio de 2011, e no Decreto 7.724/12, todos os órgãos do Governo Federal devem ter essa seção criada e atualizada em seus sites. Além da obrigatoriedade de disponibilização dessas informações, conforme disposição da Lei e do Decreto outros dados de interesse público devem ser publicadas proativamente nos sítios”.

4) A quarta parte da resposta traz outras fontes de informação para a pesquisa: “Demais iniciativas referentes ao combate à corrupção podem ser encontradas no site da Controladoria Geral da União <http://www.cgu.gov.br/>, a quem recomendamos que seja dirigido novo pedido de informação a respeito do assunto em questão, de forma a obter-se informações mais detalhadas e amplas sobre o tema”.

5) A quinta e última parte da resposta reforça a iniciativa de transparência e continuidade de diálogo firmado em lei: “Por fim, informamos que, de acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/12) e com o Decreto nº 7.724/12, há a possibilidade de recurso no prazo de 10 (dez) dias, nas formas e condições estabelecidas pelo artigo 15 da Lei e 21 do Decreto. Com informações da Secretaria Geral da Presidência da República. Atenciosamente, Serviço de Informações ao Cidadão do Palácio do Planalto - www.planalto.gov.br/acessoainformacao”.

A experiência apresentada tem por objetivos primeiros, o incentivo à valorização dos espaços de informação e diálogo, além de reforçar o fato de que muitos desses espaços carregam a expectativa do interesse e participação do cidadão. Trata-se do convite ao confronto da visão inerte de mundo.

Conforme notícia divulgada no site da Secretaria Geral do Governo Brasileiro, iniciativas governamentais acerca da transparência estão ocorrendo, sendo um exemplo recente o que ocorreu no dia 23/01/2016 e pode ser lido a seguir:

Já está em vigor o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), que institui um novo regime jurídico para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSCs). Valendo desde sábado (23), o MROSC, como é conhecido, aprimora as relações entre Estado e OSCs, aumentando a transparência e fechando portas para a ocorrência de

irregularidades.⁸

Ao retomar a realidade brasileira, Castro (2015, p. 17) destaca que os países que fazem parte do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) apresentaram um desempenho ruim no Índice de Percepção da Corrupção (ICP), o que resultou dentre as observações do relatório que “a corrupção em grandes economias decorre, não só do bloqueio dos direitos humanos básicos para os mais pobres, como também cria problemas de governança e instabilidade” e ainda, que, “subornos e esquemas de corrupção não só roubam os recursos dos mais vulneráveis, mas também acabam com a justiça e com o desenvolvimento econômico e destroem a confiança pública no governo e nos líderes políticos”.

É indicado que o Brasil pode receber lições contra a corrupção por parte da Dinamarca, que ocupa o topo do ranking de 168 países da ONG (Organização Não Governamental) Transparência Internacional. As lições sugeridas são no sentido de: menores regalias para políticos; limitação de espaço para indicação de cargos; abrangente transparência; polícia capacitada e confiável; baixo índice de impunidade; alto índice de confiança social; ouvidoria eficiente; e dedicação no combate à corrupção.⁹

As denúncias e sugestões apontam para processos corruptos que envolvem cada dia mais pessoas, especialmente aquelas escolhidas para promoverem o bem comum. Os roubos e escândalos deixam o povo atônito, todavia, permanece inerte, subjugado.

Para La Boiétie (2009, p. 63-64), “a mola mestra e o segredo da dominação, o apoio e o fundamento da tirania” não está nos soldados armados, mas “são quatro ou cinco que mantêm o tirano, quatro ou cinco que conservam o país inteiro em servidão”. Estes adquiriram a confiança do tirano e juntam-se a ele como “cúmplices em suas crueldades”.

Não se pode ignorar a realidade brasileira demarcada por movimentos sociais extremamente significativos, os quais foram também oprimidos pela força dos “soldados”. Mas os “quatro ou cinco” representam um número crescente de pessoas que se articulam no poder roubando valores dos brasileiros e valores que comprometem a democracia e a cidadania, deixando o povo em forçosa e plena servidão. Esse debate sobre essa condição não acontece, não é promovido a contento, sendo, por hora, definido por aquilo que “você vê nos jornais”.

Aproveitando a designação que La Boiétie faz dos súditos do tirano como

⁸ Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2016/janeiro/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-entrara-em-vigor-no-proximo-dia-23>>. Acesso em 30/01/2016.

⁹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160126_dinamarca_corrupcao_fm_ab>. Acesso em 28/01/2016.

“cúmplices”, retoma-se o pensamento de Bauman (2015, p. 64), que diz “a ágora de nossa época está cheia até as bordas de cúmplices do mercado e só admite compradores e vendedores de mercadorias. A informação só navega quando comprada e vendida”. Ou ainda, poderia se dizer, a informação só aparece por “delação premiada”.

Adiante, ao falar dos cúmplices que servem ao tirano, La Boiétie (2009, p. 67) afirma: “eles veem, entretanto, que são os bens que tornam os homens mais dependentes de sua crueldade”. Evidentemente não a produção deles, mas essencialmente a sua distribuição.

Dussel (2007, p.9-10) retoma a abrangência dessa realidade que transcende o Brasil e reconhece que a atividade política se encontra corrompida, especialmente entre os países pós-coloniais e exatamente por esse reconhecimento surgem movimentos que estimulam a criação de uma “nova teoria” que transcenda os supostos da Modernidade. A proposta requer uma “*nova civilização transmoderna*, e por isso, *transcapitalista*, para além do liberalismo e do *socialismo real*, onde o poder era um tipo de exercício da *dominação*, e na qual a política se reduziu a uma administração burocrática”.

Trata-se de um desafio de lidar com a superação de “uma sociedade eticamente pobre”, reconhecida como “incompetente para alinhar libidos”, que se “considera normal – ou até mesmo merecedor de aplausos – que cada um de seus agentes invista todas as suas forças na plena satisfação de seus apetites e desejos, ainda que esta possa comprometer gravemente o coletivo e sua convivência”, um mundo “regido por uma lógica de competição que nos instrumentaliza” (BARROS FILHO; PRAÇA, 2014, p. 18).

Retomando o pensamento de La Boiétie (2009, p. 37), lembra-se do fato de que “do mesmo modo, os tiranos, quanto mais pilham mais exigem”. As exigências no contexto brasileiro são perceptíveis através do abalo que a corrupção gera na economia e que, para se recompor, é exigido do povo disposição para pagar mais impostos.

Nesse processo, La Boiétie (2009, p. 56) nos lembra ainda que “o teatro, os jogos, as farsas, os espetáculos, os gladiadores, os animais ferozes, as medalhas, os quadros e as outras drogas semelhantes eram para os povos antigos a isca da servidão, o preço de sua liberdade, os instrumentos da tirania”. Sem desprezo às práticas esportivas, mas estas juntamente a outros espetáculos, parecem servir a outros interesses.

Chega-se, então, a uma conclusão:

Assim, para dizer a verdade, vejo que existe entre esses tiranos alguma diferença, mas de opção não vejo, pois, embora cheguem ao trono por meios diversos, sua maneira de reinar é sempre a mesma. Os que são eleitos tratam o povo como touros a serem domados, os conquistadores como sua presa, os sucessores como um bando de escravos que lhes pertencem por natureza (LA BOIÉTIE, 2009, p. 43).

Tiranos e servos são confrontados acerca dos processos de corrupção e têm seu reconhecimento definido por características nominadas – faz parte do “jeitinho brasileiro”.

Segundo Castro (2015, p. 20) “é necessário neutralizar a cultura do “jeitinho”. Quando se adotam “jeitinhos”, tanto para a solução de pequenas questões ou situações mais graves, estamos dando um passo em direção à corrupção”.

Todavia, algumas considerações extras precisam ser contempladas para elucidar a relação do então “jeitinho brasileiro” com a corrupção. Nesse sentido, Moises (2014, p. 12) indica que, no exercício da cidadania (constituída por direitos e deveres), especificamente no contexto dos “sem direitos, o indivíduo busca solução para seus problemas como pode, da forma que dá. Dá um jeito...”.

Segundo Moises (2014, p. 15-16) a burocracia brasileira determinada pela rigidez e formalismo fazem do Estado um personagem desconfiado e do cidadão alguém que está sempre procurando recursos para fugir das exigências, ou seja, “o cidadão recorre à busca de soluções que deixam para trás questões valorizadas pela burocracia” privilegiando inclusive o profissional do “jeitinho” ou um amigo de influência, ou, ainda, “amigo do amigo”.

Dessa forma, Moises (2014, p. 21) faz refletir sobre a necessidade ou não de abrir mão do “jeitinho brasileiro” tendo em vista a sociedade contemporânea determinada conforme o pensamento de Bauman, a partir do “líquido”, “do consumo”, onde se vive em crise de identidade e autoridade, onde o “jeitinho” assume uma conotação positiva de cidadãos que se desdobram para levar a vida. E nesse questionamento, insere-se a questão acerca da possibilidade de coexistir ética e o “jeitinho” positivo, o qual revela habilidade, criatividade e improvisação por parte do povo – servos criativos.

Pode-se dizer que o “jeitinho brasileiro” alcança seu ápice em termos de negatividade, quando celebra sua servidão. Algo explícito nas palavras de La Boiétie (2009), que, ao considerar a natureza humana e a liberdade como pertencente a ela, compreende que a servidão só se torna compreensível pelo deixar sujeitar-se, pelo ser forçado ou enganado, tendo em vista assumir tal postura (p. 43). Porém o processo é tão intenso que o que se vê é que “serve tão bem e de tão bom grado que se diria, ao vê-lo, que não só perdeu a liberdade, mas ganhou a servidão” (p. 44). Com certa ironia, mas também pesar, compreende-se que:

Assim, a primeira razão da servidão voluntária é o hábito. É o que acontece com os cavalos mais briosos, que no início mordem o freio e depois brincam com ele, que há pouco escoiceavam assim que viam a sela e agora se apresentam sozinhos sob os arreios, e, vaidosos, pavoneiam-se debaixo da armadura (LA BOIÉTIE, 2009, p. 50).

Trata-se de uma retomada da “servidão voluntária” de La Boiétie e das crenças defendidas por Bauman, crenças promotoras da inércia. Elas certamente se articulam com o “jeitinho”.

Abre-se um breve parêntese, um contraponto a todo exposto em termos de “servidão voluntária”, “inércia” e “jeitinho brasileiro” até o momento. Trata-se das denominadas “jornadas de junho” que, como a própria designação indica, ocorreram em junho de 2013 no Brasil. Foram descritas como “a mais complexa e difusa manifestação popular de que se tem notícia no Brasil” (FIGUEIREDO, 2014, p. 13). Segue uma breve síntese:

Povo na rua em 360 cidades Mais de 700 protestos. Tentativas de invasão de câmaras municipais, assembleias legislativas e palácios do governo. Revolta generalizada. Morreram seis pessoas, contabilizaram-se centenas de feridos e algo em torno de 150 manifestantes foram presos. Rodovias foram bloqueadas e por pouco o porto de Santos não foi paralisado (FIGUEIREDO, 2014, p. 7).

Segundo Gohn (2014, p. 20-21), os gastos exorbitantes com a preparação da Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações, denúncias de corrupção e o próprio “sentimento de impunidade nas histórias de corrupção” constituem-se em alguns dos motivos de ordem mais geral que deram propulsão ao ocorrido em junho de 2013.

Essas descrições servem preliminarmente para indicar como o poder das iniciativas populares, dos movimentos sociais, demarcam uma autoridade genuína que possuem e que, quando ativadas, produzem grandes mudanças sociais. Por inferência, essa surpresa histórica poderia também ser descrita como pertencente, de certa forma, ao “jeitinho brasileiro”.

Na continuidade dos estudos realizados por Moises (2014, p. 34-35), a autora afirma que o “jeitinho” receberá diferentes conotações (positivas e negativas) em decorrência do discurso adotado. Além disso, que a associação com a corrupção normalmente assume caráter negativo quando envolve quantias grandes de dinheiro. Por causa disso,

A corrupção pode ser detectada em vários segmentos da sociedade, mas nos exemplos mencionados, assim como ao menor exame das notícias nas diversas mídias, pode-se constatar, ela é associada ao Estado e à política. Não escapa ileso nenhum dos poderes e nenhum nível de governo. O sujeito que está na vida pública teria de primar pela lisura para não ser colocado na vala comum dos corruptos (MOISES, 2014, p. 91)

Isio está confirmado por Amorim (2007, p. 370-371), para quem “uma das explicações para a falta de credibilidade dos cidadãos na política está relacionada com as constantes

denúncias de corrupção no governo e à insatisfação com a qualidade dos serviços públicos e com o desempenho governamental”. E, como se diz, “uma situação puxa a outra”.

A sugestão de Moises é que:

Quando se analisa um caso sob a ótica do "jeito", deve-se verificar o contexto. Situá-lo como favor ou corrupção vai depender do tipo de discurso que o sujeito ativa. [...] Apesar de ser difícil distinguir "jeito" da "corrupção", sabe-se que "jeitinho" demais leva à corrupção (MOISES, 2014, p. 92).

A conclusão de Moises (2014, p. 96) sobre a relação do “jeitinho” com a corrupção vai apontar ao conceito de “flexibilidade moral” como elemento de tradução, ou seja, apontará para o campo da ética.

O problema da corrupção agrega à questão do “jeitinho brasileiro” apontado por Moises (2014) e ao “caldo de cultura” para tirar proveito tudo, definido por Castro (2015), o teatro, os jogos e as farsas de La Boiétie (2009). Mas esses são alguns dos traços do processo de corrupção definidos por uma condição de tirania e servidão. Assim, considera-se ainda acerca do político e da política que:

A corrupção seria assim um problema de relações sociais e não apenas uma questão penal, de roubo de patrimônio. No Brasil, assim como em toda a sociedade contemporânea, perdeu-se o sentido da coisa pública, questão central para a vida em uma República democrática. Vencer a corrupção não é simplesmente assegurar o bom trato do dinheiro público: é garantir o respeito ao outro, a qualquer outro. Trata-se de pensar a relação do Estado com a sociedade, de entender a vida cidadã em si (SILVA, 2014, p. 172).

Se for observado, La Boiétie (2009) está trabalhando exatamente a questão das características, postura e relação entre tiranos e servos. Bauman (2015) fala da relação das pessoas com o mundo, baseada em sua visão de mundo, e Moises (2014) fala da relação da sociedade burocrática com o cidadão do “jeitinho”.

Por isso,

O político ou a política devem ser considerados como uma totalidade que pode evidenciar-se como algo bom ou ruim. A corrupção da totalidade política se dá por um desvio funcional inicial. Quando uma ação ou instituição parte de uma totalidade corrompida, então desconfigura completamente seu rumo (DUSSEL, 2007, p. 15).

Dessa forma, Dussel (2007) estabelece a corrupção como uma postura ou compreensão errada que está no início ou antecede as ações e as iniciativas. O resultado é que:

O representante corrompido pode usar um poder fetichizado pelo prazer de exercer sua vontade, como vaidade ostensiva, prepotência despótica, sadismo ante seus inimigos, apropriação indevida de bens e riquezas. Não importa quais benefícios aparentes sejam outorgados ao governante corrompido, o pior não são os bens apropriados indevidamente, mas sim o desvio de sua atenção como representante: de servidor [...] (DUSSEL, 2007, p. 16).

Para Dussel (2007, p. 16), quando a subjetividade do ator político é estabelecida como “sede ou a fonte do poder político”, então, constitui-se a corrupção. Em outras palavras, é o fetichismo do poder. Por isso se diz que quando os atores políticos “exercem o poder a partir de sua autoridade auto-referente (ou seja, para si próprios) seu poder foi corrompido”. Essa dupla corrupção se estabelece: a destituição do poder político da comunidade e a constituição de um ator social de poder fetichizado.

Moises (2014) referenciou a questão do indivíduo e do cidadão que pode ser harmonizada com Dussel (2007, p. 21-22), o qual faz considerações acerca do privado e do público, em que constituem “posições ou modos do exercício da intersubjetividade”. A distinção do privado em relação ao público está no fato de que o primeiro trata de uma posição de proteção, resguardada da presença e dos olhares, enquanto que no segundo, a intersubjetividade se conjuga diretamente com os outros e constitui a figura do ator com papéis e ações definidas. Nesse sentido, compreende-se como ato corrupto aquele em que o político (que é ator e deveria exercer sua intersubjetividade junto a outros, à vista de todos) age em “obscuridade não-pública”.

Dessa forma, não há dúvidas de que a corrupção retira a legitimidade dos políticos (AMORIM, 2007, p. 374). Mas, também, não parece ser o caminho considerar apenas esse aspecto e permanecer em processo de corrupção colhendo crueldade das “trevas” - do obscuro.

Por isso, considerando que a proposta ética perpassa todas as realidades apresentadas e que precisam receber maior clareza, especialmente compreendendo o Estado, a democracia, a sociedade civil, a cidadania, a cultura política do Brasil e por fim, a ética de seus atores, é nesse sentido que se finaliza essas considerações iniciais, bem como a justificativa da pesquisa (tendo em vista a realidade brasileira) com as palavras de La Boiétie, que trazem a proposta inicial em dois sentidos: o primeiro, de uma atitude relacional do que pode ser denominado ética da amizade:

Certamente, o tirano nunca ama e nunca é amado. A amizade é um sentimento

sagrado, uma coisa santa. Só existe entre pessoas de bem. Nasce da estima mútua e se alimenta não tanto dos benefícios quanto dos bons costumes. O que dá a um amigo a certeza da amizade do outro é o conhecimento de sua integridade. Tem como garantias, sua bondade natural, sua fidelidade, sua constância. Não pode haver amizade em que se encontrem crueldade, a deslealdade, a injustiça. Quando os maus se reúnem há uma conspiração, não uma sociedade. Não se amam, mas se temem. Não são amigos, mas cúmplices.

Mas, mesmo que não fosse assim, seria difícil encontrar um amor sincero num tirano, porque, estando acima de todos e não tendo companheiros, já está além dos limites da amizade. Esta floresce na igualdade, desenvolve-se sempre igual e nunca pode claudicar. É por isso que existe, como dizem, uma espécie de boa-fé entre os ladrões no momento de repartir o butim, porque então todos são iguais e companheiros. Embora, não se amem, pelo menos se temem. Não querem, com sua desunião, diminuir sua força (LA BOIÉTIE, 2009, p. 71).

E o segundo sentido, que sustenta o primeiro, o fato de que esta proposta inicial da ética da amizade, portadora de valores próprios está essencialmente fundamentada no último convite que La Boiétie (2009, p. 74) faz. Trata-se de uma convocação para aprender a fazer o bem – uma ética do bem.

1.1 Hipótese Central

Para atender as expectativas contemporâneas das práticas sociais o ator social protagonista, tanto da esfera pública (representantes institucionais), como da sociedade civil, precisa se constituir em um ser ético cidadão, porém há diferenciação nessas representações.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a importância da ética para a democracia, identificando a sua configuração nas práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar valores, a partir das práticas socioculturais na esfera pública, de representantes públicos e civis, que constituem, na contemporaneidade, uma ética política;
- Caracterizar a cultura ética política que se constitui nas práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil;
- Comparar práticas socioculturais de representantes públicos e civis na contemporaneidade,

em relação a uma ética política, identificando perspectivas de continuidade e/ou mudanças;

- Reconhecer modelos de organização e orientação ética dos atores sociais envolvidos (representantes públicos e da sociedade civil) e os seus campos de ação (espaços institucionais), identificando “tipos ideais”.

Sendo assim, esta dissertação se configura da seguinte forma: Nesse primeiro capítulo aparece uma introdução temática, contextualizada em relação à realidade brasileira, além da hipótese e objetivos da pesquisa. No segundo capítulo, estão dispostos todos os fundamentos metodológicos com a fundamentação epistemológica que apoia a prática da pesquisa. No terceiro capítulo, são apresentadas reflexões sobre a questão Estado e Democracia, enquanto que, no quarto capítulo fala-se da sociedade civil, participação e cidadania. O quinto capítulo apresenta os fundamentos da ética que passaram a ser refletidos com a questão da democracia e cidadania no capítulo seis. O sétimo capítulo apresenta alguns aspectos que perpassam a cultura política brasileira desde seus primórdios. No oitavo capítulo estão os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo que se efetivou por meio das entrevistas com representantes públicos e da sociedade civil. O nono e último capítulo apresenta as considerações finais da dissertação e possibilidades de novas pesquisas.

2 CAPÍTULO II – CAMINHO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO

Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso.

(Boaventura de Sousa Santos).

2.1 Caminho Epistemológico

É sempre oportuno quando se fala em pesquisa, que este conceito seja, de alguma forma, recapitulado. Nesse sentido, para Gil (2010, p. 1), “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Já para Lakatos e Marconi (2010, p. 139) “[...] pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou pra descobrir verdades parciais”.

Como se observa nos autores supracitados, a pesquisa compreende essa iniciativa racional, definida sistematicamente com abordagem científica, tendo em vista responder questionamentos ou descobrir realidades que nos envolvem. É importante observar que seus resultados são sempre parciais, o que constitui ciclicamente um recomeço.

Com foco mais específico, a pesquisa tem seu objeto de estudo caracterizado como “social”, o que requer igualmente uma definição. Então, para Baquero (2009, p. 28), a “[...] pesquisa diz respeito à construção de conhecimento original dentro de um conjunto de regras e princípios denominados científicos”. E “a palavra “social” diz respeito à pesquisa que produz conhecimentos sobre a sociedade, além do senso comum” (p. 30). O autor complementa sua resposta explicando essa superação do senso comum pela pesquisa social da seguinte forma:

A pesquisa sistemática e científica busca ir além do senso comum e se orienta na direção de produzir conhecimento não cotidiano. Trata-se, portanto de uma capacitação teórico-técnica direcionada para decodificar, compreender, explicar e intervir nos fenômenos sociais estudados. Dessa forma, um pesquisador social precisa conhecer e dominar as tradições metodológicas de sua área, bem como operacionalizar práticas que o habilitem a dar respostas “científicas” aos fenômenos sociais. É essa a essência da pesquisa social (BAQUERO, 2009, p. 29).

A partir desse enfoque na pesquisa social, o autor relaciona conceitos-chave para a sua realização, dentre eles: a ontologia (como referência a uma leitura do pesquisador acerca da realidade social), a epistemologia (que remete à lógica da ciência – teoria científica), a metodologia (que remete à lógica da metodologia científica – a “armação” da teoria) e o método (passos no processo de pesquisa – técnicas ou procedimentos para coleta e análise de dados) (BAQUERO, 2009, p. 17-25).

Minayo (2013, p. 12-13) lembra de características significativas da pesquisa social: primeiramente, que ela é histórica e que por isso é necessário reconhecer a singularidade temporal, espacial e estrutural de cada sociedade, sem esquecer seus vínculos da atualidade e com o passado – disso resultam a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade como características específicas de todas as questões sociais. Resultante dessa primeira característica geral é o fato de que o estudo social está baseado no reconhecimento da necessidade de consciência histórica, em que o sentido do trabalho é fruto não do pesquisador, mas de todos os seres humanos. A terceira característica é o fato de haver “uma identidade entre sujeito e objeto”, ou seja, “têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”. A quarta característica diz respeito ao reconhecimento de que não existe nenhuma ciência neutra e que, por isso, está demarcada ideologicamente. A quinta e última característica, diz respeito a observação de que as Ciências Sociais são essencialmente qualitativas.

Assim, é o reconhecimento da necessidade em algumas pesquisas, de poder explicar e prever a partir de dados evidenciados empiricamente e a partir de modalidade lógica, que privilegia técnicas próprias (BAQUERO, 2009, p. 10).

Em termos epistemológicos, esta pesquisa tem por base, reflexões que incorporam paradigmas inclusivos de saberes múltiplos, que pode ser melhor compreendida a partir dos apontamentos abaixo indicados, sempre permeados pela presença do elemento da ética.

Em Santos (2010, p. 26), a ética aparece inicialmente relacionada com a ciência, sendo sua conjugação definida para uma nova relação, com vistas a substituir a aplicação técnica da ciência por uma aplicação edificante dela. A ética faz parte do conjunto de elementos em proposição para definir outra ciência necessária.

É justamente a constatação da não efetividade de valores fundamentais que evoca “a necessidade de reinventar a emancipação social”, motivo pelo qual o autor faz sua crítica também à ciência moderna (SANTOS, 2010, p. 27).

Santos e Meneses (2010, p. 33) falam do pensamento abissal como forma de conhecimento moderno que dentre suas próprias características, conserva o fato de constituir a

distinção do verdadeiro e do falso a nível universal, a partir de um monopólio científico da filosofia e teologia. E esse conhecimento ou forma de conhecimento (epistemologia) tem:

A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (SANTOS; MENESES, 2010, p. 33-34).

Segundo Santos e Meneses (2010, p. 34), algo semelhante acontece envolvendo o campo do direito moderno e as questões do legal e ilegal. Assim,

Em cada um dos dois grandes domínios – a ciência e o direito – as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha. Esta negação radical de copresença fundamenta a afirmação da diferença radical que, deste lado da linha, separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal. O outro lado da linha compreende uma vasta gama de experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis, tal como os seus autores, e sem uma localização territorial fixa (SANTOS; MENESES, 2010, p. 34).

Quando se fala de verdadeiro e falso, de legal e ilegal, o foco está novamente em valores construídos na coletividade para pautar a vida comum – isso é ética. Porém, a denúncia clara nesse processo é de que as concepções de verdadeiro e falso, legal e ilegal, e, conseqüentemente, o que pode ser transferido para outros elementos como “certo e errado”, não contemplam o comum, mas particularidades em que minorias são excluídas. Isso evoca o desafio da necessidade de se pensar a construção ética e científica com consciência crítica acerca dos elementos com os quais irá se trabalhar. Assim, tem-se uma dificuldade não apenas com a ciência e o direito, mas efetivamente com o campo da ética que, como portadora de valores, precisa ser criticada no sentido de questionar o certo e errado para quem.

Em função do exposto, a caminhada epistemológica desta pesquisa, pautada por essa abordagem, tem por expectativa este novo pensamento, “um pensamento pós-abissal” que integre aos processos cognitivos as vozes omitidas.

[...] argumento que as linhas abissais continuam a estruturar o conhecimento e o direito modernos e que são constitutivas das relações e interações políticas e culturais que o Ocidente protagoniza no interior do sistema mundial. Em suma, a minha tese é que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu a cartografia literal das *amity lines* que separavam o velho do Novo Mundo. A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem-sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal (SANTOS; MENESES, 2010, p. 40).

É possível reconhecer que essa proposta encontra iniciativa do outro lado, quando um representante de “minorias” diz:

Para onde foi essa sabedoria, esse conhecimento? Toda essa filosofia foi transformada em lucro econômico e nós, os índios, fomos relegados a um plano ainda mais baixo, o plano mais baixo de toda a sociedade humana. Não conhecíamos pobreza. Queremos dizer isso para vocês, no sentido de mostrar que a ciência do homem branco precisa conversar com a ciência indígena (MORIN; TERENA; 2010, p. 20-21).

Santos (2010, p. 93-115) fala da necessidade da reinvenção da emancipação social que tem como proposta principal uma reflexão teórica e epistemológica baseada em sua pesquisa em seis países. Sua proposta compreende o desafio de encontrar alternativas à globalização hegemônica – que produz uma totalidade homogênea e excludente. Conforme o autor, a globalização hegemônica assenta-se em uma forma de racionalidade própria denominada “Razão Indolente” e que precisa ser confrontada pela “Razão Cosmopolita”. Essa razão “Indolente” que sustenta uma hegemonia global, por sua vez, está baseada em quatro outros formatos de razão produtora de não-existência: a razão impotente, a arrogante, a metonímica e a proléptica. De forma destacada, sua abordagem acerca da “Razão Metonímica” e a resposta epistemológica que ela recebe a partir da “Sociologia das Ausências” ocupa espaço na proposta metodológica deste trabalho. Isso porque a “Sociologia das Ausências” tem em vista a valorização de formas alternativas de conhecimento, conservando o princípio da incompletude para diálogos e debates epistemológicos. Essa atenção se deve ao fato, também, do autor enunciar que o embate entre a “Sociologia das Ausências” com a “Razão Metonímica” deve ser constituído por debate presidido por juízos cognitivos, éticos e políticos (p. 108), que retratam espaços reflexivos desta pesquisa.

Por isso, na declaração “a construção do conhecimento científico no campo das Ciências Sociais ocorre, quando se estabelece uma ruptura do senso comum, o qual passa a ser trabalhado por meio da pesquisa científica de maneira crítica” (BAQUERO, 2009, p. 7), de maneira alguma, o rompimento com o senso comum deve significar silenciamento, antes o reforço à rigorosidade científica.

2.1.1 A Ecologia de Saberes e o Pensamento Múltiplo

Para entender a que se refere a denominada “Ecologia dos Saberes” será necessário compreender sua origem e seu espaço no pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 93-115). Esse pesquisador conhecido mundialmente, no intento de estudar alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global, especialmente produzidas pelos movimentos sociais e organizações não governamentais que militam contra a exclusão e discriminação, fez uma reflexão teórica e epistemológica a partir de seis países (África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Portugal e Moçambique – o país mais pobre do mundo). A razão de escolher esses países está pautada no objetivo de verificar em que medida a globalização alternativa está sendo produzida “a partir de baixo”, considerando suas possibilidades e limites.

Através de uma pesquisa exploratória, o pesquisador obteve informações sobre iniciativas, movimentos sociais e experiências de conflito (Norte-Sul), principalmente nos cinco países indicados. Os conflitos estavam concentrados especialmente em relação: a) à democracia participativa; b) sistemas de produção alternativos e economia solidária; c) multiculturalismo, direitos coletivos, pluralismo jurídico e cidadania cultural; d) alternativa aos direitos de propriedade intelectual capitalistas e proteção da biodiversidade epistêmica do mundo; e ainda e) o setor do novo internacionalismo operário.

O pesquisador destacou alguns fatores que contribuíram para a reflexão que fez. Entre eles: a) o fato do projeto ser conduzido fora dos centros hegemônicos de produção da ciência social; b) a iniciativa de cruzar tradições teóricas e metodológicas das ciências, culturas e formas de interação entre cultura e conhecimento, e ainda, conhecimento científico e não-científico; e, por fim, c) o fato de dar atenção a lutas, movimentos e iniciativas, propostas alternativas em lugares remotos, consideradas irrelevantes como resposta ao capitalismo.

As conclusões que Santos chegou a partir desses fatores aplicados à pesquisa destacam que a experiência social é muito mais abrangente, com variações para além do postulado pelas tradições científica e filosófica. O reconhecimento de uma riqueza social desperdiçada que exige uma nova ciência social capaz de valorizá-la. Isso significa a necessidade de uma nova forma de racionalidade que considere o que até então permanece excluído. Dessa forma o pesquisador justificou sua reflexão teórica e epistemológica.

O desafio seguinte foi fazer uma crítica à epistemologia dominante, ao modelo de racionalidade em vigência ao qual Santos chama de “Razão Indolente”. Essa “Razão Indolente” precisa ser superada pela proposta da “Razão Cosmopolita” que se baseia em três

procedimentos metassociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e a questão do trabalho de tradução. Dentro do procedimento metassociológico da sociologia das ausências (que tem por objetivo revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição a credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas) estão presentes cinco ecologias, dentre elas a “Ecologia dos Saberes”.

Santos diz entender por ecologia “a prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre parciais e heterogêneas” (p. 105). Através da “Ecologia dos Saberes”, considera-se que não há ignorância em geral e nem saber em geral, trata-se da possibilidade da busca do conhecimento não-científico, da crítica que permite a verificação de aprender e esquecer o que foi aprendido de forma limitada, do reconhecimento de que a injustiça social assenta-se em uma forma de injustiça cognitiva. Dentre as muitas vertentes de enfrentamento da Razão Indolente, reconhecida em parte como fundamentada na lógica da monocultura do saber está a Razão Cosmopolita, que, através da Sociologia das Ausências, contrapõe-se especificamente pela Ecologia dos Saberes. Esse confronto entre lógica da monocultura do saber e Ecologia dos saberes se constitui segundo Santos pelo debate presidido por juízos cognitivos éticos e políticos. Assim, partindo do reconhecimento de formas alternativas de conhecimento, estimula-se o cultivo do princípio da incompletude tendo em vista o diálogo e debate epistemológico – a Ecologia dos Saberes.

Morin (2010, p. 27-34) mostra que toda civilização possui um pensamento múltiplo, inclusive mitológico, sendo isso evidenciado de forma atual pelo fato de ter atribuído à ciência e à técnica a solução de todos os problemas humanos – a mitologia do progresso. Essa proposição estava baseada em princípios do conhecimento desenvolvidos até o final da primeira metade deste século, sustentados pelo reconhecimento de separação do homem-natureza que ignora realidades subjetivas, históricas, sociológicas, entre outras. Além disso, é um desenvolvimento científico preso à quantificação – que não pode quantificar a existência. Por isso, a ciência passou a ser reconhecida como “metáfora”, ou seja, como elemento contribuinte para o conhecimento, mas não como algo absoluto. Desse reconhecimento, verificou-se a necessária complexificação do conhecimento, visando ampliar suas possibilidades de traduzir e orientar a existência de forma mais ampla e contínua – o que se traduz como complexificação do conhecimento num mundo global, que reconhece que “o conhecimento do todo necessita também do conhecimento das partes, isto é fundamental e muito difícil” (p. 34). Por isso “a reforma do conhecimento é um processo coletivo que necessita da cooperação do todo” (p. 34). É exatamente nessa perspectiva que se compreende a necessidade e importância de se ouvir outras vozes e conhecimentos para além da esfera

denominada científica.

2.1.2 As Práticas Socioculturais

A pesquisa tem por base as práticas sociais que também são culturais dos representantes públicos e da sociedade civil. Pode-se considerar, então, que:

A vida social é uma forma determinada de relação de coexistência entre seres humanos em conformidade com símbolos, práticas, crenças, costumes, valores, regras, normas e leis que definem a identidade de cada um dos participantes da relação, definindo as maneiras como se relacionam e o sentido que conferem às suas ações recíprocas (CHAUÍ, 2013, p. 11).

Essa autora faz referências a duas possibilidades de compreensão do ser humano como um ser social, sendo a primeira delas uma referência ao fato de ser humano ser por natureza um animal social e a outra dele se tornar um ser social. Dessa forma, ao refletir sobre a natureza da vida social, salienta que:

[...] cabe uma referência mais demorada a Aristóteles, a quem a tradição filosófica sempre atribuiu a ideia de que a sociedade é natural ou que o homem é um ser social por natureza. [...] Em outras palavras, o "por natureza" aristotélico não exclui, e sim exige a ação humana instituinte do social (CHAUÍ, 2013, p. 23-24).

Maamari (2014, p. 25) complementa lembrando que:

Não há o vocábulo “social” no grego antigo (os romanos é que exprimirão, em latim, o conceito referente a esse termo). Isso quer dizer que a acepção aristotélica de animal político está relacionada com a ideia de vínculo orgânico ou inerente à natureza humana com a vida pública da cidade e não apenas com convenções ou acordos.

Segundo Pastorini (2010, p. 20-21), a questão social atualmente se apresenta de forma nova, porém sem perder os traços principais da sua origem. Está em foco uma realidade em movimento que só pode ser capturada através de uma percepção dialética que considere “continuidades e rupturas, entre passado e futuro”. O desafio é “entender o real significado e intencionalidade das principais respostas dadas às manifestações da “questão social” na contemporaneidade”. Dessa forma:

[...] as principais manifestações da ‘questão social’ - a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais - são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender de características históricas da

formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social (PASTORINI, 2010, p. 101).

Aqui, faz-se necessária a consideração ou observação realizada por Norbert Elias (1994, p.13) ao dizer que “a sociedade, como sabemos, somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas. Mas uma porção de pessoas juntas na Índia e na China formam um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha; [...]”, o que torna inevitável o questionamento subsequente: “Que tipo de formação é essa, esta “sociedade” que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos?”. Assim, parece ser difícil responder o que são práticas socioculturais se não for possível responder a essa questão proposta.

[...] como é que eles formam uma ‘sociedade’ e como sucede a essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem (ELIAS, 1994, p.16).

A compreensão da realidade social (sociedade) em que as práticas são exercidas é fundamental para interpretar e legitimar a própria ação, caso contrário, não poderia nem mesmo ser denominada prática sociocultural. Entretanto, quais são as configurações dessa ação/prática que a define como social? Que social é esse que envolve esta prática/ação? Essa passa a ser uma “*condicio sine qua non*”¹⁰ para as práticas socioculturais. E assim, pelo questionamento: “*Cui bono?*”¹¹ se interroga a realidade social, reconhecendo identidades, forças e relações, interpretando e validando a prática/ação.

Uma prática sociocultural se define por sua consciente relação e integração com a realidade social a que faz parte, prática que reconhece seu entorno micro e macro social. Assim, tudo aquilo que qualifica, nomina e define o social, precisa ser reconhecido em relação à ação/relação que se tem por objetivo desenvolver.

Magalhães (2011) menciona a violência contra a mulher como exemplo de uma prática sociocultural. Violência que passa a ser analisada a partir de uma reportagem de jornal que também se constitui em produto de práticas socioculturais. Comenta ainda, o fato de haver um contexto sociocultural: o que remete à questão sociocultural de gênero no Brasil. É verificado que as práticas socioculturais possuem relação entre normas, identidades e estruturas e ainda

¹⁰ “Condição sem a qual não, isto é, condição necessária. Na lógica e na linguagem do Direito indica-se, com “*condicio sine qua non*”, uma condição prévia sem a qual não se chegaria a determinado resultado (PÖPPELMANN, 2010, p. 30)”.

¹¹ “A quem beneficia? Para quem serve? (PÖPPELMANN, 2010, p. 33).”

A partir da contextualização epistemológica inicial, justifica-se a realização de uma pesquisa social, com abordagem qualitativa, do tipo descritiva interpretativa. Os sujeitos que participaram da pesquisa são os representantes públicos e da sociedade civil do município de Panambi (representantes do poder executivo, judiciário, legislativo, militar, representantes de entidades, escolas, associações, entidades de classe e conselhos), conforme amostra definida no quadro 1.

Quadro 1 – Representação da amostra de sujeitos para a pesquisa

Instituições públicas e civis catalogadas em Panambi-RS				
Instituição	TOTAL DO GRUPO	AMOSTRA	% DA AMOSTRA	% DO GRUPO
Entidades religiosas	44	3	3,49%	6,82%
EMElS	10	1	1,16%	10,00%
EMEFs	10	1	1,16%	10,00%
Escolas Estaduais	7	1	1,16%	14,29%
Escola Particular	1	1	1,16%	100,00%
Escolas de Educ. Inf. Particulares	4	1	1,16%	25,00%
Associações de moradores	18	6	6,98%	33,33%
Conselhos Municipais	25	25	29,07%	100,00%
Prefeito municipal	1	1	1,16%	100,00%
Vice-Prefeito municipal	1	1	1,16%	100,00%
Secretarias Municipais	5	5	5,81%	100,00%
Vereadores	13	6	6,98%	46,15%
Juizes, promotores e delegado	6	6	6,98%	100,00%
Brigada Militar e Corpo de Bombeiros	2	2	2,33%	100,00%
Associações de classe	12	12	13,95%	100,00%
Clubes de serviço	5	5	5,81%	100,00%
Órgãos de imprensa	9	9	10,47%	100,00%
TOTAL GERAL	173	86	100,00%	49,71%

% Amostra

Os primeiros dados coletados sobre as instituições foram decorrentes de informações obtidas (listagens) por instituições do setor público. Porém esses dados foram alterados a partir do momento em que as instituições, públicas ou civis, foram procuradas e diagnosticou-se sua inexistência ou inoperabilidade. Um exemplo é o caso das associações de bairro que as listagens informavam haver 18 delas na cidade, no entanto, mediante pesquisa verificou-se que a grande maioria dessas instituições estavam desarticuladas, não exercendo nenhuma ou pouca atividade. Mais da metade não realizam nenhum tipo de reunião e a justificativa advinda dos próprios representantes públicos é que não há incentivo para tal iniciativa no presente momento. A mesma observação diz respeito ao número de Conselhos indicados, que, conforme as listagens deveriam ser 25, todavia uma grande parte inexistente ou está integrada a

outras áreas.

A pesquisa considerou principalmente dados de entrevistas realizadas no segundo semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016 com 10 representantes públicos (compreendendo-se por público a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, fundações e associações públicas ou qualquer outra entidade criada por lei e mantida com recurso público) e 10 representantes da sociedade civil da cidade de Panambi (RS), totalizando, assim, 20 entrevistas.

Uma segunda observação comunica a resistência de participação por uma parte significativa dos representantes, sejam eles públicos ou civis. A pesquisa indicou certo grau de dificuldade para obtenção de dados nesse sentido, especialmente para a entrevista, pois muitas precisaram ser marcadas e remarcadas, sendo que alguns representantes nem sequer deram retorno acerca do convite efetivado por diversas vezes.

Uma terceira observação é que vários representantes públicos acumulam representações em si, sendo elas, algumas vezes, representações pública e civil ao mesmo tempo, a última em menor incidência. Isso significa que algumas entrevistas contemplaram tais representações plurais, as quais foram devidamente consideradas, dando-se prioridade de análise a apenas uma das representações quando o representante era ator social tanto público quanto civil.

A quarta observação é que, apesar da redução do número de participantes pela duplicidade de representações e pela resistência, compreendeu-se o número plenamente suficiente tendo em vista o princípio metodológico de saturação das respostas, ou seja, os entrevistados estabeleceram um conjunto em termos de conteúdo, de forma que, nas respostas obtidas a partir das últimas entrevistas realizadas, tanto entre representantes públicos como civis tornavam-se repetitivas, o que indicou serem suficientes para análise.

Apesar de estabelecida uma amostra, compreende-se que, segundo Minayo (2013, p. 48), a seleção de amostra ou definição de amostragem carrega o interesse não necessariamente pelos sujeitos, mas por “suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes”, sendo por isso, considerada a sua inclusão de forma “progressiva (sem demarcar *a priori* o número de participantes) que é interrompida pelo critério de saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”.

A amostra final da pesquisa ficou definida a partir de 20 (vinte) entrevistas realizadas e que, pela dupla representatividade de alguns dos participantes da pesquisa, teve abrangência sobre 23 instituições ou setores. Reforça-se a constatação que, da lista supracitada em tabela,

muitas instituições apenas preservam sua referência nominal, mas não se constituem mais em ações, como é o caso da grande maioria das associações de bairro, conselhos e associações de classe.

Destacam-se alguns dados extras acerca das entrevistas realizadas:

Quadro 2 – Dados gerais acerca das entrevistas realizadas

DADOS GERAIS ACERCA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	
Total de entrevistas:	20 entrevistas: 12 homens e 8 mulheres
Total áudio:	13:35 (treze horas e trinta e cinco minutos)
Média áudio:	40:48 (quarenta minutos e quarenta e oito segundos) por entrevista
Total de laudas:	146 laudas
Média das laudas:	7,3 laudas por entrevista
Total das idades:	1056 anos (soma das idades de todas as pessoas entrevistadas)
Média das idades:	52,8 anos
Maior idade:	78 anos
Menor idade:	36 anos

Foram incluídos na pesquisa os representantes do poder executivo, judiciário, legislativo, militar, representantes de entidades, escolas, associações, órgãos, clubes, conselhos e demais instituições atuantes no município de Panambi (RS), que voluntariamente aceitaram participar da pesquisa. Para as instituições foram encaminhadas cartas de autorização (APÊNDICE A). Para os membros da sociedade civil se fez Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). Cabe destacar que:

A coleta de dados é a etapa da pesquisa que exige um grande volume de tempo e trabalho para se reunir as informações indispensáveis à comprovação da hipótese. Pressupõe a organização criteriosa da técnica e a confecção de instrumentos adequados de registro e leitura dos dados colhidos no campo (CHIZZOTTI, 2010, p. 51).

Nesse sentido, como instrumento de pesquisa utilizou-se um diário de campo para anotações das informações sobre as práticas sociais (socioculturais) e demais anotações relevantes para a pesquisa. Para realizar a coleta de dados, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturada para os representantes públicos e representantes da sociedade civil (APÊNDICES C e D). Os instrumentos elaborados pelo pesquisador foram validados por

especialistas da área, conforme comprovantes (APÊNDICE E).

Na etapa de análise de dados, os qualitativos foram interpretados através de análise de conteúdo, identificando-se as categorias mais significativas, representadas em matriz de análise (APÊNDICE F) e os dados quantitativos, quando possível, foram analisados através de percentuais estatísticos e apresentados em tabelas de frequência.

Quanto aos dados qualitativos, de acordo com Bardin (2011, p. 48), compreende-se a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

A análise de conteúdo em seu exercício interpretativo “oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2011, p. 15). Ela possui uma dupla funcionalidade: a “*heurística*” visando o enriquecimento do exercício exploratório; e a de “*administração da prova*”, que afirma ou nega hipóteses iniciais (BARDIN, 2011, p. 35-36).

Ao se considerar a análise de conteúdo como um método com ênfase empirista, bem como dependente do tipo de “fala” e com possibilidade de variações interpretativas, verifica-se que “não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base” (BARDIN, 2011, p. 36). Essas “regras de base”, de forma geral, estão explícitas na referência supracitada em que se mencionam técnicas de análise das comunicações, procedimentos sistemáticos e objetivos para descrição dos conteúdos das mensagens, os quais permitem a inferência de outros conhecimentos relacionados às condições de produção/recepção das mensagens.

Outros autores como Minayo (2013) e Chizzotti (2010) também auxiliaram em procedimentos práticos acerca da aplicação dessa metodologia de análise dos dados.

2.2.2 Cuidados Éticos

Para realização dessa pesquisa, todos os cuidados éticos, estabelecidos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que “incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos

e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado” (BRASIL, 2012, p. 2/3) foram respeitados, através do encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unicruz (CEP), aprovado sob CAAE nº 43623115.2.0000.5322.

2.2.3 Estudo Piloto

Com o objetivo de qualificar parâmetros metodológicos da pesquisa, foi realizado o estudo piloto pautado em conversas informais com representantes públicos e civis, observações e avaliação do roteiro de entrevista.

No período antecedente às abordagens específicas de entrevista, em caráter ainda de pesquisa exploratória, foram feitos diálogos informais com quatro (04) representantes públicos e civis, com o intuito de verificar de igual forma compreensões acerca da temática ética e política. No período de 23/04/2015 até 04/05/2015, realizou-se um estudo piloto com duas (02) pessoas, que foram entrevistadas com uso de um roteiro de pesquisa. As duas entrevistas totalizaram cerca de duas horas e quatorze minutos de áudio (02h14min) e o seu registro foi realizado em cerca de vinte (20) laudas com espaçamento simples.

Destacam-se as seguintes observações acerca do estudo piloto:

a) As conversas informais com representantes públicos e civis e a análise inicial a partir dos questionários aplicados indicam um conhecimento superficial acerca dos conceitos ética e outros referentes ao campo político, pois, ao fazer as perguntas, sempre havia necessidade de uma explicação sobre elas. E ainda assim, as respostas, nem sempre correspondiam diretamente a pergunta enunciada. Percebeu-se uma incompreensão política no que diz respeito ao ser ator político, acerca do público e do civil, e ainda, em relação à ética houve uma compreensão restrita ao certo e errado com conotação mais pessoal do que pública.

b) Em relação ao tempo de pesquisa, verificou-se que há variação entre o ritmo de fala dos entrevistados, em parte definido pelo próprio perfil e capacidade de comunicação deles. A partir disso, compreendeu-se que: para que as entrevistas não se tornassem demasiadamente extensas, ela requeria maior objetividade e uma gestão de um tempo médio para as respostas do questionário. Verificou-se ser isso possível sem prejuízo na coleta de dados.

c) Com a análise de dados nas pesquisas iniciais observou-se também a necessidade de cuidar na identificação e registro das práticas sociais (especialmente no registro final das pesquisas) para que as elas não revelassem identidades, visto que algumas práticas são pertencentes a atores bem específicos da comunidade pesquisada.

d) Com a análise das entrevistas, verificou-se ao considerar que cada categoria geral e objetivo proposto estão vinculados a cerca de três ou quatro questões da entrevista, que não seria necessário que as respostas fossem demasiadamente extensas, pois, para a proposta da pesquisa, os diálogos se repetem sem necessidade de tantos detalhes para atender à demanda necessária de dados exigidos.

e) Percebeu-se que pela inter-relação das questões, a partir da proximidade das temáticas ética e política, as respostas decorrentes da entrevista articulam-se, sendo necessário observar não rigidamente a delimitação de cada questão ao seu objetivo específico, pois houve respostas enunciadas em outras questões abordadas fora da questão em evidência. Todavia, reconheceu-se a efetividade do instrumento utilizado para a pesquisa, pois foi produtor de grande quantidade de dados para análise.

f) Como forma de compartilhamento inicial dos resultados, foi feita a análise inicial de uma das entrevistas, visando a perceber se elas conseguiram atender os objetivos da pesquisa. Foi constatado de forma muito positiva.

3 CAPÍTULO III – ESTADO E DEMOCRACIA

A história fornece o quadro material e a política molda as condições que permitem a ação (Milton Santos).

3.1 Sobre o Estado

A reflexão inicial sugere a conceituação de “Estado”, bem como sua distinção ou aproximação de outros conceitos relacionados. Por exemplo, é possível perceber a possibilidade de abordar didaticamente os conceitos de Estado e governo sem diferenciação, compreendendo o Estado como algo mais recente e uma continuidade do que se apresentou de forma primeira e histórica como governo (MAAMARI, 2014, p. 11).

Todavia, autores como Silva (2014) e Johnson (1997) preferem fazer distinções dos conceitos Estado e Governo. De forma que, para Silva (2014), “o Estado é, em termos gerais, uma expressão estruturada do poder coletivo, pois ele não aparece em si, e só o percebemos quando nossas ações vão se referir ao outro, ao coletivo, às normas, às leis e à ordem social” (p. 67). Dessa forma, “Estado é a Estrutura” enquanto “Nação é o sentimento de pertença” e o “Governo é, então, o conjunto de pessoas que governam o Estado e promovem a Nação” (SILVA, 2014, p. 70).

De maneira semelhante, Johnson (1997, p. 91) compreende que “o Estado é uma instituição social, o que significa que consiste de uma forma ou plano social de como várias funções devem ser desempenhadas”, enquanto o “governo é um conjunto particular de pessoas que, em qualquer dado tempo, ocupam posições de autoridade dentro do Estado”.

Com caráter mais objetivo, complementa-se que “o Estado é uma sociedade política, organizada juridicamente, com o objetivo de alcançar o bem comum” (FUHRER; FUHRER, 2014, p. 16), e que “[...] o Estado é sempre um meio para realização do bem comum, nunca um fim em si mesmo” (FUHRER; FUHRER, 2014, p. 28).

Seria possível, em síntese, dizer que a ideia de Estado, definida pelo agrupamento das ideias dos autores supracitados, estabelece-se como uma estrutura política e histórica organizada juridicamente, sendo composta por funções a serem exercidas em prol do bem comum. Enquanto governo diz respeito às pessoas que fazem a gestão do Estado e as prerrogativas de sua existência.

Entretanto, a partir do fato de que, “Enquanto Weber considerava o Estado um instrumento do dominador”, e que “Marx o considerava como sendo da classe dominante”

(SCOTT, 2010, p. 81), percebe-se que uma diversidade de outras definições passa a ser permitida para ampliar a compreensão acerca de Estado e Governo, o que, sistematicamente culminará nas formas de governo do Estado.

Assim, Maamari (2013, p. 9) compreende que para falar de Estado faz-se necessário recorrer a um elemento que o antecede, ou seja, a política, compreendida como administração e forma de governo da sociedade.

Dessa forma, complementa-se:

O governo é o agente da atividade política de um Estado. Sendo um agente da política, esta impõe as condições e as exigências. [...] Através do seu agente, a atividade política do Estado realiza-se concretamente, pelo exercício do poder do governo. O acesso à atividade política, portanto, depende da capacidade de se tornar agente (MAAR, 2013, p. 43).

Verifica-se que o governo tem grande influência nas questões sociais, uma vez que é o responsável pela atividade política do Estado. No entanto, a política é determinante do Estado e do governo, por isso, sua importância.

Essas conceituações carregam em si debates históricos acerca do Estado, governo, política entre outros termos relacionados. De forma que compete a necessária recapitulação de outras contribuições teóricas que irão somar-se na reflexão sobre Estado e democracia.

Nader (2014, p. 130) relembra o fato de que na antiguidade os gregos usavam a designação *polis* se referindo à cidade-estado, enquanto os romanos usavam o termo *civitas*. Entretanto, a palavra “Estado” usada na modernidade com o sentido de *nação politicamente organizada*, advém da época de Maquiavel (1469-1527). Dessa forma, esse esboço geral construído a partir do significado original de algumas palavras, aponta preliminarmente para períodos distintos que demarcaram a compreensão do Estado e da democracia.

Ao contemplar a questão de governo na antiguidade, com destaque para Platão e Sócrates, observa-se que sua preocupação girava em torno de reconhecer o melhor governo, bem como o papel dos cidadãos no contexto do espaço público. Tal preocupação resultou no reconhecimento de um regime constitucional republicano, ou seja, regido por leis sob a forma de governo aristocrática que privilegiava o rei filósofo. Nesse período, além dos sofistas serem erroneamente associados com demagogia, é contemplado também o pensamento aristotélico acerca do homem como animal político que remete à vida pública, ou seja, como aquele que é indissociável do grupo que a pertence (MAAMARI, 2013, p. 13-25). Já foi referenciado por Chauí (2013) e Maamari (2014) anteriormente.

Retomando a contribuição de Chauí (2013, p. 24), resgata-se o fato de que Aristóteles

ao referenciar o homem como um animal político por natureza – nesta última expressão “por natureza” em seu sentido original “não exclui, e sim exige a ação humana instituinte do social” – valorizando a integração e envolvimento dos seres humanos uns com os outros.

Para valorizar os primórdios da compreensão política, retoma-se o pensamento aristotélico no qual se percebe que o filósofo entende o Estado como uma criação da natureza e que exerce prioridade sobre o sujeito. Segundo Aristóteles, nesse processo de relação com o Estado, o sujeito terá poucas opções de identificação: ser reconhecido como um deus, uma besta ou alguém capacitado para viver em sociedade – no último sentido como parte do Estado. Aristóteles parte do reconhecimento de que o homem possui um instinto social, o que leva a reconhecer o Estado como a maior de todas as benfeitorias para a humanidade. É nessa esfera que se percebe a importância da lei e da justiça (que liga os homens com o Estado e o princípio da ordem em uma sociedade política) para a excelência do ser humano. Dessa forma, segundo o filósofo, sem a formação pela lei e pela justiça, o ser humano tornar-se-ia “o mais perverso e selvagem dos animais” (ARISTÓTELES, 2004, p. 147).

Aristóteles (2004, p. 211) afirma que o Estado é resultado da totalidade de cidadãos que possui. Contudo, reconhece que a definição não é de caráter unânime, pois tem clareza de que a ideia de cidadão não é a mesma em uma democracia e em uma oligarquia, o que indica alteração, diferenciação ou ampliação na conceituação e compreensão de Estado.

A cidadania, conforme Aristóteles (2004), era algo que pertencia àqueles que participavam “no judiciário e na autoridade, isto é, nos cargos públicos e na administração política e legal” (p. 215), sendo objetivo de todo cidadão “a segurança da comunidade, isto é, a constituição da qual são cidadãos” (p. 216). Um cidadão virtuoso passa a ser aquele que tem habilidade tanto de governar quanto de ser governado (p. 218). A evidência de diferentes constituições (organizações das várias autoridades) indica diferentes formas de cidadania (p. 220). No entanto, reconhece-se “que um cidadão em sentido pleno é aquele que compartilha os privilégios da lei” (p. 221).

O propósito do Estado, segundo Aristóteles (2004), é “prover vida digna”, o que segundo ele, não pode ser alcançado por escravos e animais e, por isso, não participam do bem-estar. O filósofo considera, ainda, que o Estado é mais do que mero pacto de proteção mútua ou contrato para troca de bens e serviços (p. 227), pois é a razão de sua existência “capacitar todos, famílias e aparentados, a viver bem, ou seja, a ter vida plena e satisfatória” (p. 228). As atividades do Estado e do cidadão, consideradas as mais importantes, têm por objetivo a virtude. E “no Estado, a virtude objetivada é a justiça” para toda a comunidade, ou seja, justiça e igualdade para todos. Justiça e igualdade explicadas por Aristóteles

fundamentavam-se no fato de deverem ser “igual para iguais” (p. 234), ou seja, uma justiça para todos os que são cidadãos e uma justiça para os que não são cidadãos.

Maamari (2013, p. 26-32) considera as seguintes distinções da atualidade em relação às concepções filosófico políticas da antiguidade: a cidadania era definida pela cidade de nascimento; o aspecto indissociável do sujeito e seu grupo de pertencimento político, o que culminava em dedicação à pátria; e o social como compreendemos hoje, integrado ao político.

Essas observações remetem à possibilidade de pensar a questão do governo e da democracia na atualidade, não apenas como forma de comparação, mas como reflexão sobre a configuração daquilo que se apresenta, de tal forma que se resgatem, além de aspectos positivos de tal compreensão em termos de Estado e democracia, aspectos negativos quando se verifica fragilidades no Estado em que democracia e cidadania não são adequadamente compreendidas.

Tal fragilidade exposta é histórica, como se pode ver a partir de Maar (2013, p. 54), que também contribui ao observar posteriormente o contexto político de Roma, no qual o direito romano aparece como um instrumento político através do qual se fazia a manutenção da relação entre tutor e pupilos, sem desconsiderar a dominação exercida pelo governo.

Quando Maamari (2013, p. 33-43) observa a questão de governo na Idade Média, baseada essencialmente no feudalismo, destaca o surgimento da noção de indivíduo que evolui para a questão da liberdade individual. Nesse processo se reforça a relação entre ética e política, pois estabelece a dialética “entre consciência individual (vida) e lei ou governo (regra)”, definindo concepções de poder na Modernidade.

Para pensar o contemporâneo, Maamari (2013, p.44-75) parte do Renascimento, período em que são retomados os “valores e ideias dos pensadores antigos”, sob a influência do humanismo. Assim a ideia de república “passa a ser a de um regime baseado na constituição ou no ordenamento jurídico do Estado, sem direito divino como na Idade Média”. Baseado em Maquiavel, torna-se perceptível que “a ideia de política vai deixando, aos poucos, de ser vista como a arte de implantar o bem de todos, como era no mundo antigo e medieval, para ser entendida como um jogo com fim em si mesmo”, especialmente quando se tem a separação de religião e Estado.

Como uma das formas de justificar o poder de intervenção do Príncipe, o próprio Maquiavel referencia na antiguidade os romanos que agiam por antecipação em relação às perturbações, como aqueles que usavam da virtude e da prudência não deixando as coisas aos cuidados do tempo, o qual podia “transformar o bem em mal e o mal em bem” (MAQUIAVEL, 2004, p. 45).

Dessa forma, o príncipe de Maquiavel não é nem bom, nem mau, ele é virtuoso quando executa com eficiência seu papel político, quando desempenha eficazmente o poder do Estado, seja pela corrupção da riqueza ou do favor, seja pelo crime ou pela coerção militar, seja por ser amado pelos súditos (MAAR, 2013, p. 45). Tal proposta faz recuperar também a ideia de tirania indicada por La Boiétie (2009), a qual poderia ser considerada como um embrião da visão inerte de mundo defendida por Bauman (2015).

Chauí (2013, p. 29-32) observa que ao se distanciarem “dos antigos, desde o século XVII os pensadores ocidentais teorizaram a passagem do isolamento à sociabilidade introduzindo três noções básicas: a de estado de natureza, a de estado de sociedade (contraposto ao primeiro) e a de estado social”. Esse processo, com destaque aos pensadores Hobbes e Rousseau, aponta para o fato:

Justamente porque tanto na teoria hobbesiana como na rousseauiana o estado de natureza se torna uma ameaça para os indivíduos, em ambas o estado de sociedade surge como resposta à guerra de todos contra todos, isto é, quando todos e cada um renunciam o direito natural por meio do pacto ou contrato social, pelo qual renunciam fazer dano uns aos outros e aceitam transferir o poder a um terceiro: o soberano ou o Estado, com o qual nasce o direito conforme às leis, isto é, o Direito civil (CHAUÍ, 2013, p. 31)

Segundo Chauí (2013, p.32-33), as novas ideias que surgem nesse período de ruptura com a tradição medieval para explicar a gênese da sociedade “coincidem com o advento do modo de produção capitalista, cuja realidade se mostra incompatível com as ideias medievais de comunidade e hierarquia”. O fato era que “os pensadores modernos estavam diante de uma realidade nova, o capitalismo comercial, que as antigas ideias eram incapazes de explicar”. É a partir daí que novos pensadores como Marx e Engels irão se dedicar à construção da resposta para a gênese da sociedade, “sem recorrer às noções de estado de natureza, direito natural, contrato social e Direito civil”.

No período contemporâneo, o destaque recai, como já visto, para os pensadores contratualistas, os quais, como a própria definição indica, o Estado torna-se criação dos homens para manutenção de sua liberdade, a qual eles “perderam na passagem do estado de natureza para o estado social”. Posteriormente, várias outras contribuições surgem para refletir sobre a república, os direitos humanos e, por fim, o pensamento liberal sob a ordem capitalista, além dos movimentos sociais e a crítica ao chamado Estado Moderno em suas diversas configurações e experiências (MAAMARI, 2013, p.44-75).

Silva (2014, p. 69) sintetiza a questão histórica dizendo que “o Estado ideal e forte, portanto, continua sendo a maior utopia do homem civilizado. Embora cheio de problemas,

como é o Estado atual, é impossível viver sem ele. O Estado é o centro do espaço público: a instituição mais complexa criada pelo homem para assegurar a vida coletiva”.

Compreende-se que a complexidade não deve abandonar o Estado de certa forma, pelo menos não no sentido de ser democrático para, então, de fato assegurar a vida coletiva.

Segundo Silva (2014, p. 73) “nunca se imaginou que os indivíduos dependessem tanto do Estado, o que faz com que, muitas vezes, ele seja definido pelo aspecto do Direito, do poder das leis, da burocracia, do jurídico”. Contribui ainda, em sua síntese, observando que

ao recuperar o processo histórico de constituição do Estado, a partir da dissolução da sociedade primitiva, percebeu-se que este se configurava como uma estrutura jurídico-política não separada do restante da sociedade. Com o aparecimento da propriedade privada dos meios de produção, a sociedade sofre uma transformação radical na sua estrutura, na medida em que se forma um novo ator social: as classes sociais. [...] O papel do Estado (lei, coerção, ideologia) é organizar a dominação de classe, pois o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra (SILVA, 2014, p. 74).

Como se observa, essa breve historicização acerca do Estado e os movimentos que o contornam para definir as formas de governo articuladas historicamente de muitas maneiras, algumas vezes positivamente, quando não perdia o vínculo social, demarcando o crescimento de uma realidade democrática, negativamente, assumindo e estruturando-se distante do social, perdendo os valores necessários à democracia, comprometendo suas relações e propósitos, constituindo “tirania” e “servidão”.

Atualmente, quando se fala na forma de relação do Estado com a sociedade, a resposta predominante é dupla, considerando as armas e os votos. “No primeiro caso, é um agente da dominação, da coerção, da imposição; no segundo, um agente da persuasão, do consenso”. Esses elementos da dominação por força e essa direção através do convencimento, no campo político, recebem outra denominação: “são chamados respectivamente, de coerção e de hegemonia” (MAAR, 2013, p. 59). Eis a contramão de uma ética política sustentada pelo valor da democracia.

Essa compreensão do Estado faz com que ele seja designado ou caracterizado como “burguês” no contexto capitalista. Nesse sentido, compreende-se que “o Estado burguês é a forma mais desenvolvida de Estado. Ele expressa relações de classe inteiramente novas, em que todos os traços comunitários e corporativos são eliminados” (SILVA, 2014, p. 74). O Estado burguês “é o maior obstáculo à efetivação da emancipação humana, pois seu poder de força impede que se organize a sociedade de forma justa, tendo por base dessa justiça a igualdade social, política e, principalmente, econômica” (SILVA, 2014, p. 75).

Faz-se necessário recuperar o pensamento de Milton Santos (2011), quando fala do fortalecimento do Estado “para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil” (p. 19). Trata-se da denúncia de uma violência estrutural fundada em uma perversidade sistêmica (p. 37), o exercício estatal da omissão aos interesses das populações e ação ou prestação de serviço à economia dominante (p. 66 e 77).

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 401) compreendem que um problema útil a se considerar na questão do desenvolvimento do Estado contemporâneo é a questão do Estado de Direito, pautado pela tutela dos direitos fundamentais pelos burgueses e o Estado social pautado no direito de participação social. “A forma do Estado oscila, assim, entre a liberdade e a participação”.

Nesse sentido, considera-se que:

Sendo a democracia, não um ideal de sociedade perfeita, mas um projeto que parte da sua própria imperfeição, sendo pois algo que depende basicamente de uma vontade política, o desafio que a nossa sociedade nos lança hoje é bem o de repensar o sentido da nossa vida pública, aprofundando um processo de democratização social que não conseguiu ainda democratizar o mecanismo de funcionamento estatal, mas que caminha nessa direção (ROSENFELD, 2008, p. 96).

Trata-se de lembrar que a partir desse posicionamento político de democratização do Estado é que se restaura de forma positiva a compreensão de que “[...] A atividade política institucional do Estado é um conjunto de respostas a necessidades da vida social desenvolvidas pelos homens em sua história, como a organização da vida coletiva e o atendimento de objetivos comuns” (MAAR, 2013, p. 58). Além disso,

o sentido da atividade política perdido no enfoque institucional, está em entender a confrontação de orientações políticas como consequência de relações de força de representatividade social diferente no dia a dia. Relações e classe, de que o voto institucional é a expressão mais abstrata. A menos dotada de conteúdos voltados ao cotidiano. E, por isto mesmo, a mais manipulável, por ser a mais distante (MAAR, 2013, p. 95).

Um dos resultados esperados em termos de um Estado democrático com cidadãos ativos para constituição de uma sociedade está expresso na fala de Chauí (2013, p. 107) da seguinte forma: “dizemos que uma sociedade é democrática quando institui *direitos*”, considerando que “um *direito* difere de uma necessidade ou carência, de um interesse e de um privilégio”.

Recuperando o pensamento de Barros Filho e Praça (2014) sobre sociedade eticamente

pobre baseado em lógica de mercado, verifica-se que é justamente um Estado democrático demarcado por uma cidadania plena que destitui essa fraqueza política, determinante para o Estado e o governo. É o fortalecimento do Estado democrático que trata a tirania e a servidão.

Silva (2014, p. 64-65) destaca as seguintes teorias democráticas: Democracia Direta com foco nas “tomadas de decisão sem intervenção de representantes”; Democracia Minimalista/Individualista representada por “elitismo democrático, regras e procedimento político para selecionar líderes políticos. Valorização do institucionalismo. Partidos políticos, Congresso Nacional, elite política”; Democracia Poliárquica que “valoriza o formalismo e as instituições democráticas: sufrágio universal, eleições competitivas, liberdade de expressão, de imprensa e de associação”; Democracia Delegativa através da qual se “confere das experiências das transições democráticas do Estado-Nação e ao baixo grau de governança dos novos regimes”; Democracia Representativa que “considera internacionalmente o único regime político legítimo”, baseada no “legalismo neokantiano: “vamos manter as regras do jogo”. Opção constitucional - parlamento nacional - abrangência do sufrágio - sistema eleitoral - arbitragem e administração do processo eleitoral - pacificação dos enfrentamentos”, Democracia deliberativa compreendida como “uma nova articulação entre o Estado e a sociedade (vontade popular – pessoas refletem, julgam e decidem questões...). Insiste na exigência de uma contínua prestação de contas, (*accountability* – responsabilização do governante) e não na participação direta na política”; Democracia Participativa que se impõe “como tarefa a construção de uma nova teoria da democracia, sugerindo uma ruptura com a teoria da democracia liberal e que tenha como objetivo alargar e aprofundar o campo político em todos os espaços estruturais da interação social”.

Segundo Chauí (2013, p. 102-103), “estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como regime de lei e da ordem para garantia das liberdades individuais”, e nesse sentido, “embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem””. O resultado final é a redução da democracia a um “regime político eficaz”, que tem por base uma cidadania partidária que se evidencia apenas em períodos eleitorais e nas ações técnicas realizadas por aqueles que estão na direção do Estado e que definirão as respostas para as dificuldades econômicas e sociais.

Dessa forma, a sugestão passa a ser, não ver a democracia apenas como forma de governo, mas como “forma geral de uma sociedade”: considerando sua forma sociopolítica definida pelos princípios da igualdade perante a lei e o direito autoral democrático para todos os cidadãos; de forma que o conflito passe a ser considerado algo legítimo; do reconhecimento das desigualdades tratadas a partir de novos direitos; da garantia da

autonomia para construção quando necessária de contrapoderes sociais que contribuem na regulação das ações estatais; da oposição a cristalização jurídico-política de favorecimento às classes dominantes; da clara distinção entre poder e governante de forma a afirmar a origem do poder no próprio povo (CHAUÍ, 2013, p. 104-107).

Há experiências brasileiras positivas e concretas que apontam caminhos para a reflexão da relação entre Estado e democracia, o que é uma iniciativa de distanciamento da concepção hegemônica de democracia. Essa experiência se deu pelas associações comunitárias em seu modo associativo em que “reivindicavam autonomia de organização em relação ao Estado, questionaram a presença de mediadores políticos e uma tradição de considerar serviços urbanos um favor a ser oferecido pelo Estado (clientelismo)” (AVRITZER, 2003, p. 571).

Dessa forma, pode-se dizer que:

[...] a democracia que se quer já também não é abstrata, uma meta eterna, ideal, e desprovida de forma concreta. Pois ela também deve ter um valor aqui e agora, e portanto um significado para interesses conjunturais específicos: a garantia da maior representatividade e da mais ampla participação nas decisões políticas, retirando-as da alçada exclusiva do Estado capitalista a conjuntura específica" (MAAR, 2013, p. 130).

Silva (2014, p. 193-194), pensando a questão brasileira em termos de democracia não somente como um fim, mas um caminho a ser percorrido, perpassa a valorização institucional e reconhece que “assim como os recalques do autoritarismo podem perdurar por muito tempo em uma cultura, também os procedimentos democráticos podem assegurar um *ethos* participativo e mecanismos por onde os grupos sociais possam expressar seus interesses e reconhecer os interesses dos outros”. Assim,

A democracia ainda é, atualmente, a forma de organização política que possibilita o movimento dos atores. A ação democrática, cujo objetivo principal é libertar os indivíduos e grupos das imposições que pesam sobre eles, situa-se entre a democracia procedural, que carece de paixão, e a democracia participativa, que carece de cultura democrática (SILVA, 2014, p. 256).

Observa-se que, quando Chauí (2013) fala de pensar a democracia não como mera forma de governo, mas como “forma geral de uma sociedade”; e quando Silva (2014) diz que um *ethos* participativo (que pode ser entendido a partir da origem grega da palavra ética como referência a uma ética que estimula e define o caráter, contexto e cultura pela vida democrática), é promotor da democracia, tal proposta de uma ética democrática se contrapõe ao *ethos* da tirania e servidão.

Tais considerações, permitem dizer que:

este talvez seja o novo papel do Estado: possibilitar a criação de espaços para a livre discursividade de opinião e vontade geradora de entendimentos universais e universalizantes. Gerar vontades racionais motivadoras tanto de agentes quanto de atores legitima as instituições, o Direito e o Estado fortalece a democracia contra o despotismo pessoal que não percebe o outro como portador de direitos (SILVA, 2014, p. 264).

Trata-se da superação do quadro em que:

[...] embora a democracia apareça justificada como ‘valor’ ou como ‘bem’, é encarada, de fato, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano do poder executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado, isto é, a democracia é a administração de muitos por poucos (CHAUÍ, 2013, p. 103).

Com maior objetividade temática, especificidade, compreende-se que, ao falar de Estado Contemporâneo e sua relação com os conceitos de Estado e de democracia, a reflexão recai para o denominado Estado Democrático de Direito.

A expressão Estado Democrático de Direito vai além do somatório das duas abordagens verificadas durante os séculos XVIII e XIX. Trata-se de um modelo que, obviamente, respeita os direitos proclamados pelos dois momentos históricos abordados, mas, mais do que isto, permite uma interpretação do Direito que ainda precisa de muito amadurecimento em uma sociedade como a brasileira, que continua buscando a democracia social. Isso porque a democracia política, ou seja, a participação do cidadão na vida pública é apenas um dos aspectos do conceito de democracia hodiernamente (XIMENES, 2007, p. 2).

Trata-se de compreender que:

Conforme já mencionado, o “Estado de Direito” emerge da formação que normalmente se chama de Estado Liberal e de uma necessidade básica: controlar o uso arbitrário do poder por parte do Estado. Nesse sentido, a concepção dos direitos fundamentais se baseava na filosofia política que imperou durante o século XVIII e início do século XIX: o liberalismo (XIMENES, 2007, p. 3).

A partir do exposto, compreende-se que o “Estado Democrático de Direito implica, sim, uma interpretação diferenciada do Direito e não apenas elencar os direitos”, segundo Ximenes (2007, p. 5).

É nesse sentido que o mesmo autor complementa:

A concepção de Estado Democrático de Direito acarreta controvérsias que se baseiam na forma de se ver a questão da liberdade na busca pela legitimidade do

poder: no “Estado de Direito”, a liberdade é negativa, de defesa ou de distanciamento do Estado; no Estado Democrático, a liberdade é positiva, pois representa o exercício democrático do poder, que o legitima (XIMENES, 2007, p. 5).

Segundo Chauí (2013, p. 105-106), é a liberdade positiva que sustenta a autonomia dos cidadãos, pois a liberdade está definida “pela capacidade de os sujeitos sociais e políticos darem a si mesmos as suas próprias normas e regras de ação (autonomia)”, e, exatamente por causa desta liberdade, “passa-se, portanto, de uma definição negativa de liberdade – a uma definição positiva”.

Ximenes (2007) reitera que “a sociedade brasileira é carente, historicamente, de mentalidade cívica e de cultura política democrática” (p. 6), e que, “o elemento democrático cunhado na expressão ora trabalhada não se restringe ao voto, ao exercício dos direitos políticos, como possa aparentemente transparecer. O que se propõe é uma nova forma de interpretar as funções do Estado e do próprio conceito de democracia” (XIMENES, 2007, p. 7).

Vale lembrar, nesse momento, que conforme Chauí (2013, p. 107) “Eleger significa não só exercer o poder, mas manifestar a origem do poder, [...] é afirmar-se soberano para escolher ocupantes temporários do governo”.

Além da afirmação da origem do poder está o resultado do seu exercício no sentido da ampliação dos direitos políticos. Chauí (2013, p. 111) referenda ainda que “a abertura do campo dos direitos, que define a democracia, que explica as lutas populares por igualdade e liberdade puderam ampliar os direitos políticos (ou civis) e, a partir destes, criar os direitos sociais”.

Por isso, “pela criação dos direitos, a democracia surge como a única formação social que não teme o tempo, mas está realmente aberta à temporalidade, uma vez que faz surgir o novo como modo de existência” (CHAUÍ, 2013, p. 112).

Ximenes (2007, p. 9) reclama a percepção dessa realidade como conteúdo para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma a legitimar seus atos. Há um motivo mais amplo para tal consideração:

Isto porque o povo não é apenas fonte de legitimidade democrática no dia das eleições, mas também consiste em fonte de legitimação como partido político, como opinião pública, como grupo de interesses, como cidadãos. Trata-se de visualizar a democracia como democracia dos cidadãos e não como democracia popular, no sentido rousseauiano, que seria mais restrito, pois coloca o povo em último lugar, por intermédio dos direitos fundamentais. Na concepção da democracia dos cidadãos, o povo atua em todas as partes, universalmente, em muitos níveis, por muitos motivos e de muitas formas” (XIMENES, 2007, p. 11).

Trata-se de substituir as crenças de inércia do mundo pela ética da amizade, de atender à convocação acerca do aprender a fazer o bem, fazendo. Porém, é necessário considerar que, a amizade de que se fala, não é aquela dos favores aos amigos, que sugere imparcialidade legislativa e violação da justiça, e que por fim, se constitui numa falsificação da amizade. De igual modo, acerca do bem - “*Cui bono?*”.

4 CAPÍTULO IV – SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

... é difícil acreditar que haja algo público num governo no qual tudo depende de um só (Étienne de La Boétie)

La Boétie (2009, p. 32) é provocativo na sua expressão: “é difícil acreditar que haja algo público num governo no qual tudo depende de um só”. Mas dessa forma indica as tensões que existem nas relações sociopolíticas e, ao mesmo tempo, a necessária atuação da sociedade civil contemporânea, pois a sua “sociedade civil” era uma sociedade de “servidão voluntária”.

Silva (2014, p. 113 e 122) define sociedade civil como:

[...] a dimensão da sociedade na qual os cidadãos não estão dedicados de forma especial a manter e usar os mecanismos de coação e coerção com funções de controle da ordem social. Dedicam-se a realizar suas vivências sociais na economia e na cultura e a garantir relações sociais de acordo com seus interesses, de onde podem emergir as regulações, porém não sendo eles responsáveis pela manutenção da regulação (p. 113).

[...] Quando se refere ao mundo globalizado, a expressão sociedade civil procura reunir potenciais e capacidades de democratizar, descentralizar e reorganizar um poder compartilhado diferente das formas atuais das instituições interestatais e capitalistas globais. Defende-se que é preciso uma esfera não capitalista, anticompetitiva, anti-hierárquica e não estatista para reforçar as iniciativas democráticas, que demandam legitimação dos Estados nacionais (p. 122).

Retomando o pensamento de Maar (2013, p. 59-61) destaca-se que uma das vias de relação do Estado com a sociedade, especificamente sociedade civil, dada através da atividade política hegemônica, de caráter persuasivo, com vistas à produção do consenso. De tal forma, compreende-se que é na sociedade civil que se encontram as possíveis oposições ou resistências ao Estado. Isso justifica o seu reconhecimento ou referência como espaço de divergência ou resistência ao governo em sua atuação política hegemônica.

Vale também resgatar aqui, o pensamento de Barros Filho e Praça (2014) sobre aquilo que “você vê nos jornais”, aquilo que é midiaticizado com conteúdo de consenso, de forma que a mídia é conformada pela ação política hegemônica.

Chomsky (2013, p.9) vai afirmar que a “sociedade democrática é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução dos assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres”. Pois na grande maioria das vezes, a mídia não é um espaço democrático, mas sim um instrumento de hegemonização.

Chomsky (2013, p. 16-18) critica a democracia liberal que estabelece por eleição uma classe especializada para lidar com os assuntos de interesse público destituindo a participação cidadã na função de meros expectadores. Sua crítica contempla, inclusive, o fato de haver um princípio moral imperativo para defender tal ação, justificada pela inaptidão dos cidadãos.

Vê-se claramente aquilo que já foi enfatizado quanto ao questionamento: “*Cui bono?*”¹⁴, através do qual se interroga a realidade social. Este se constitui em um relevante exercício, posto que, nesse caso, a verificação da ética e a revelação acerca do “a quem ela está beneficiando”. O resultado esclarece que o princípio moral defendido está baseado em interesses particulares.

Retomando as reflexões de Silva (2014) e Maar (2013), compreende-se que a sociedade civil possui um elemento essencial para a democracia se estabelecer, pois é dela que emanam regulações legítimas para o Estado.

Isso fica mais explícito na sequência do pensamento de Silva (2014, p. 117), o qual comenta que:

Embora imersa nos padrões instrumentais, normativos e comunicacionais, a sociedade civil possui uma comunicação mais aberta e se refere a dinâmicas socializadoras, associativas e formas de diálogos do mundo da vida nos diversos momentos de suas processualidades institucionalizantes. Ela pode exercer influências nos processos de mediação entre poderes políticos e econômicos e, ao mesmo tempo, buscar uma proteção contra a penetração destrutiva do poder político e do poder econômico.

É na sociedade civil que a realidade dos problemas não é uma interpretação de algo que se ouviu e foi apresentado por um terceiro, antes é o relato de algo vivenciado e cujas implicações estão explícitas e acessíveis. Por isso sua força argumentativa e influente.

Chomsky (2013, p. 23) apresenta historicamente conquistas da sociedade civil contra processos de subordinação, em que as vitórias se estabeleceram pelo aumento do nível de organização das pessoas, o que garantiu direitos políticos afirmados em legislação, além da destituição do caráter que possuíam de meras expectadoras.

É na sociedade civil que os cidadãos falam por si mesmos e não podem mais fazer de outro modo porque estão cercados, ao mesmo tempo, pelo universo econômico do mercado e das técnicas e pelas ideologias fechadas que o Estado e os partidos políticos encarnaram (SILVA, 2014, p. 122).

Nesse sentido, Maar (2013, p. 83) complementa e explica que:

¹⁴ “A quem beneficia? Para quem serve? (PÖPPELMANN, 2010, p. 33)”

[...] certo é que organização e mobilização constituem ambas elementos essenciais, como o são a força e o consenso. Do mesmo modo que o poder do Estado seria resultante de um consenso legítimo amparado na força da legalidade, o poder político dirigente das instituições da sociedade civil consistiria uma mobilização amparada em organização.

Exatamente por isso, observa-se historicamente as conquistas adquiridas pelas mobilizações da sociedade civil organizada.

Para exercer esta atividade política, a sociedade civil tem suas próprias instituições, onde procura desenvolver direções políticas para serem levadas ao Estado, a 'instituição das instituições'. Os partidos políticos seriam a principal destas instituições, em que já se praticam todos os elementos da atividade política – inclusive as decisões por votação. Com exceção de uma: a coerção, 'monopólio do Estado', como queria Max Weber. O Estado é o único agente cuja violência é legal, amparada em lei (MAAR, 2013, p. 76).

A partir do exposto, "é preciso ressaltar que "sociedade civil" não significa oposição: os sindicatos patronais, as federações da indústria, do comércio, da agricultura, dos bancos, o Rotary, são instituições que não divergem da orientação de classe do governo, necessariamente" (MAAR, 2013, p. 77). A luta não é contra o Estado em si, mas contra uma forma de estado e governo.

A proposta de novas formas de intermediação de interesses, fundada no pressuposto da horizontalidade, da transparência e da descentralização, visa superar práticas clientelistas pautadas em relações verticais, assimétricas e hierárquicas, responsáveis pela fragmentação da participação política. Tal horizontalização seria viabilizada por formatos de representação política cuja eficácia depende da qualidade das experiências locais de democracia participativa. Entre os novos espaços de participação, estão os conselhos gestores municipais, cujo objetivo é a descentralização político-decisória na formulação de políticas públicas, controle, gestão e transparência nas ações (AMORIN, 2007, p. 371).

Maar (2013, p.80-81) apresenta uma diferença importante entre a atividade política que acontece por parte do Estado e da sociedade civil:

[...] Desta forma, diferente da atividade no âmbito da sociedade política, do Estado, que divide a sociedade entre dominantes e dominados, a atividade política da sociedade civil produz dirigentes e dirigidos. [...] a relação dirigente-dirigido fundamenta-se no consenso, na persuasão, no convencimento público para adquirir força.

Como se observa, recuperando em conjunto as inferências de La Boiétie (2009) com as contribuições de Maar (2013), enquanto em um contexto os atores são categorizados como

“dominantes e dominados” (tiranos e servos), no outro, onde predomina o consenso e o diálogo (a ética da amizade e da prática do bem), as categorias são “dirigentes e dirigidos”.

Por isso, “[...] a atividade política da ‘sociedade civil’ aparece basicamente como mobilização, que permite transformar interesses sociais em objetivos politicamente alcançáveis” (MAAR, 2013, p. 82). O autor complementa: “Na atividade política de base, como nos movimentos sociais, não se dispensa a utilização do voto. No entanto, o sentido que se atribui a este instrumento de participação e representação é completamente diverso” (MAAR, 2013, p. 90).

Acrescenta ao pensamento decorrente que:

A ideia da participação dos indivíduos na esfera pública, debatendo e deliberando acerca de questões coletivas que dizem respeito às suas vidas, sempre foi um dos elementos essenciais da democracia e da política. Além dos princípios de igualdade e de liberdade, o ideal democrático pressupõe ação, participação, coresponsabilidade e interação entre diferentes sujeitos (CICONELLO; MORONI, 2005, p. 31 apud CICONELLO, 2008, p. 2).

Ficam explícitos que fundamentam a participação da sociedade civil uma série de valores pertencentes a uma ética política. Todavia, observa-se que a maioria deles sugere movimento, fazendo referência à ação política da sociedade civil e de cada cidadão.

Nesse sentido, Amorin (2007, p. 376) acrescenta que “os cidadãos mostram-se mais dispostos a participar quando acreditam que suas ações e seus objetivos serão alcançados”.

Ainda sobre a importância da participação para posituação dos direitos políticos e sociais, cabe trazer o pensamento de Silva (2014, p. 118) que referencia a redundância acerca do falar em participação quando se trabalha com o tema cidadania. No entanto, destaca a importância do exercício, tendo em vista a qualificação de procedimentos democráticos em que sugerem a ação cidadã como justificadora dos resultados.

Complementarmente, Amorin (2007) vai dizer que:

[...] enfatizar aspectos da cidadania política e da participação cidadã, que se configura na participação dos cidadãos no exercício do poder político e na criação de uma nova gramática política que contemple os interesses sociais diversos. Se, por um lado, existe um número considerável de cidadãos desinteressados pela política, de outro lado, há uma pequena parcela imbuída de sentimento de eficácia política, ou seja, que acredita que sua participação pode alterar os resultados e as decisões políticas (AMORIN, 2007, p. 378).

Assim, mencionar que a sociedade civil precisa de uma cidadania participativa, apesar

de redundante, reforça a essência e o motor político que constitui a ação e a transformação das realidades.

Há porém, uma advertência no fato de que: “[...] a cultura da gestão passa a dar significação à participação, transpondo as definições do gerenciamento das empresas privadas para a esfera pública estatal e, junto com esse significado, as implicações despolitizantes decorrentes” (SILVA, 2014, p. 120).

Em termos gerais acerca da relação entre democracia, participação e sociedade civil, observa-se que:

A adoção desta perspectiva teórica, que relaciona de forma intrínseca os termos democracia, participação e sociedade civil, está intimamente relacionada, no país, ao fato de que foram (fundamentalmente, mas não exclusivamente) as organizações deste campo as que lutaram pela implementação e institucionalização de espaços participativos de gestão de políticas públicas, espaços estes que, em grande medida, foram programados ou desenhados visando à incorporação de um tipo de participação política que ocorre através da representação das organizações da sociedade civil. Como veremos, os Conselhos Gestores constituem-se experiências exemplares nesse sentido. Nestes, a relação imediata entre organizações da sociedade civil e defesa de direitos dos setores excluídos vem tornando quase que automático o vínculo entre sociedade civil, participação e representação, o que requer uma maior problematização acerca do grau de legitimidade da representação destes atores no interior destes espaços (LUCHMANN, 2007, p. 149).

Luchmann (2007) está solicitando exatamente o que se pretende, ao menos parcialmente, nesta pesquisa, quer seja, a problematização da configuração das representatividades e a legitimidade de cada ator social em sua representatividade.

Outra importante observação de Silva (2014) em relação a cidadania e sociedade civil, destaca:

Constata-se, assim, que cidadania e sociedade civil são noções diferentes: ao passo que a primeira é reforçada pelo Estado, a última abrange grupos em harmonia ou conflito. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Na sociedade civil, as associações e organizações engajam-se em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania é realizada em seu âmbito por meio dos interesses de grupos sociais, embora a sociedade civil não possa constituir o *locus* dos direitos de cidadania, por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais (SILVA, 2014, p. 117).

Sem a mobilização da sociedade civil, a cidadania fica determinada apenas pelo Estado ou, como o autor menciona, pelo mercado. Isso compromete a democracia e o próprio

Estado, bem como a vida de todos os cidadãos.

Se for recuperado, nesse instante, a designação de “ética de mercado” de Freire (1996, p. 15), a qual é “menor”, “restrita” e que “que se curva obediente aos interesses do lucro”, a crítica freiriana ganha ainda mais força, tendo em vista retratar quadros reais da vivência brasileira.

Para Habermas (2013, p. 35):

[...] a cidadania é uma posição definida pelos direitos civis. Mas temos de considerar também que os cidadãos são pessoas que desenvolveram sua identidade pessoal no contexto de certas tradições, em ambientes culturais específicos, e que precisam desses contextos para conservar sua identidade. Em determinadas situações, devemos portanto ampliar o âmbito dos direitos civis para que inclua também os direitos culturais.

Complementarmente, Silva (2014, p. 117 e 121) e Baquero (2013, p. 25) expõem:

A cidadania, além de sua dimensão jurídica, refere-se ao processo de participação do indivíduo na consolidação da ordem social que almeja para si e para suas relações com os outros. Refere-se, então, ao dever de participar e ao direito de ser atendido por ter participado. Nesse sentido, a cidadania exige que os indivíduos conheçam a sociedade em que estão inseridos, sejam capazes de criar interesses universais e motivem-se para ação entre iguais e diferentes (SILVA, 2014, p. 117).

Essa seria a definição de uma cidadania ampliada que, então, requer sujeitos ativos constituídos em procedimentos dialógicos de autorreconhecimento entre si e reconhecimento dos excluídos e sua real participação nos processos decisórios. Incorporaria as experiências participativas e as capacidades dos setores populares em construir espaços de poderes locais, além de espaços de Estados, em esferas públicas da sociedade civil, além dos limites de uma aquisição formal e legal no sistema (SILVA, 2014, p. 121).

Há um consenso de que, na virada do milênio, o reativamento político do povo é um elemento essencial da democracia. A democracia requer uma cidadania ativa e participante. Sem esse ingrediente, ela se mantém estagnada, contestada e se dilui, dando lugar ao surgimento de formas negativas de ingerência política ou a institucionalização de um senso de anomia generalizada. Em síntese, os cidadãos perdem a confiança nas instituições e nos políticos (BAQUERO, 2013, p. 25).

Assim, a cidadania precisa ser contemplada para além de seu caráter jurídico para ser efetiva em termos de direitos e deveres, precisa ser um exercício de vida social inclusiva, que cultiva o diálogo e se articula nos espaços de poder, especialmente o espaço do poder legítimo, e que compreende-se nessa proposta constituinte de uma democracia autêntica e destituída da indiferença e estagnação.

5 CAPÍTULO V – ÉTICA E SEUS FUNDAMENTOS

*Em mim, a defesa da ética jamais significou sua distorção ou negação.
(Paulo Freire)*

Segundo Hermann (2001, p. 11) “a ética se instaura no espaço dessa ambiguidade, reconhecendo, por um lado, a fragilidade do humano com suas paixões e, por outro, a tentativa permanente de construir normas que regulem a convivência humana para além da particularidade”. Dessa forma, a ética articulou-se e foi articulada de diversas formas na história, porém sempre presente, marcando sua relevância que exige esforços para compreensão e (re)construção.

Define-se aqui a ética como uma reflexão de caráter crítico sobre os valores presentes na prática dos indivíduos em sociedade. É no domínio da ética que se problematiza o que é considerado bom ou mau numa determinada sociedade, que se questionam os fundamentos dos valores e que se aponta como horizonte o bem comum, sem dúvida histórico, mas diferente de um bem determinado por interesses particulares e, muitas vezes, insustentáveis (RIOS, 2005, p. 87).

A partir dessa consideração, torna-se essencial quando se entra no campo da ética antes de mais nada, defini-la, ou ainda, criar as condições para seu (re)conhecimento e definição, pois a variedade de sentidos adquiridos na história podem trazer complicação acerca de seu entendimento ou relação com outras temáticas, ao que contribuem para mostrar sua dinâmica.

A perspectiva aqui adotada compreende, inicialmente, a ética como ciência crítica, distinta da moralidade definida como conjunto de regras, leis ou preceitos, bem como distinta de moralismo que concedeu caráter dogmático a determinado conjunto de preceitos.

Entretanto, nesse processo, quando a ética como ciência crítica é adjetivada, identificada ou relacionada a algo com um “sobrenome”, ela passa a constituir um conjunto de fatores ou realidades que foi observado e reconhecido, fundada em valores que a sustenta. Por isso, uma ética que se torna específica ou uma moral reconhecida ou denominada. Destituíu-se, assim, a ética como ciência crítica para constituir-se em um *corpus* moral observado, reconhecido e denominado.

Por causa dessas realidades observadas, o plural acerca da ética ou moral ganha sentido, sendo compreensível falar de várias éticas ou morais, compreendendo ética e moral, inclusive como sinônimos.

A base dessa compreensão da ética como ciência crítica da moral, sua identificação com a moral pela adjetivação da ética, está presente em diversos teóricos, conforme indicação neste texto. Trata-se de uma abordagem ética que perpassou a história sem resolver todos os conflitos ou definir todos os interesses que a envolve, especialmente nos seus limites e relações com a política.

Essa consideração da ética como ciência crítica da moral, e que, quando adjetivada, reveladora de códigos, valores e princípios de uma prática específica, ajuda a esclarecer na presente pesquisa éticas que se apresentam a partir de diferentes práticas sociais de atores da sociedade. Ela também permite, assim, reconhecer éticas que são sugeridas na contemporaneidade a partir de valores reconhecidos como universais, e ao mesmo tempo, particulares, sem necessariamente serem excludentes ou mesmo com tendência de imporem-se de forma absoluta. Ou seja, em sua essência, nunca perde seu vínculo com a criticidade e nem mesmo se sustenta dogmaticamente.

Como o campo da presente pesquisa restringe-se à práticas sociais de atores da sociedade, especialmente predominadas pela esfera sociopolítica, antecipa-se que as possíveis éticas desses atores, num sentido positivo ou negativo, estarão denominadas dentro do campo, o campo ético-político.

Quintana (2014) indica que o estudo da ética e política em sua relação perpassa o fato do reconhecimento de diferentes tradições teóricas, diferentes tipos de ética, tipos de valores e tipos de juízos, e, ainda, o fato de que “o estudo sobre a ética e a política não pode prescindir das diferentes formas de governo, tipos de estado e regimes políticos” (QUINTANA, 2014, p. 3). Porém, antes de estudar esse campo mais específicos da ética, será importante conhecer um pouco mais observando acerca de sua gênese e pontuações históricas que indicam sua abrangência. Para atender tal proposta, considera-se oportuno conhecer a etimologia da palavra ética com seus desdobramentos, bem como uma breve revisão histórica com pensadores que a consideraram em suas reflexões e ampliam sua relação com outros temas.

5.1 Etimologia da palavra ética e sua distinção de outros conceitos

Spinelli (1998, p. 216) observando a compreensão da palavra grega *êthos* (ἦθος – modo de viver), a partir de filósofos pré-socráticos, especialmente Heráclito, entende que “[...] o viver ou o agir humano, não tem o seu modo de operar posto, desde a origem, por um saber natural (nos termos da ψυχη e da φυσικῆ¹⁵), ao contrário, tratando-se de uma habilidade,

¹⁵ “Na *physis*, as coisas são; no *ethos*, elas *devem ser*. Os seres humanos criam as regras, e

é construída no tempo, pela via da experiência e do empenho racional”. O *êthos*, segundo esse autor, faz referência à índole humana, ao seu modo de ser e se situar no mundo (p. 244). Todavia, como observado, não como algo pronto, mas resultado da experiência da vida racionalizada. Nesse sentido, pode-se dizer antecipadamente que a ética e a moral são retratadas como elementos da construção humana.

Já Tugendhat (2012) remete a compreensão do termo *ethos* a Aristóteles e diz que:

[...] Aristóteles tinha designado suas investigações teórico-morais – depois denominadas como “éticas” - como investigações “sobre o *ethos*”, “sobre as propriedades do caráter”, porque a apresentação das propriedades do caráter, boas e más (das assim denominadas virtudes e vícios) era uma parte integrante essencial destas investigações (TUGENDHAT, 2012, p. 33)

Rios (2005, p. 100) fala de *ethos* como “espaço construído pela ação humana, que transcende a natureza e transforma o mundo, conferindo-lhe uma significação específica. Em outras palavras, “o espaço da *cultura* – do mundo transformado pelos seres humanos”. Assim, o *ethos* diz respeito ao lugar de morada do humano, com os traços que lhe pertence enquanto autor da cultura. A partir disso, compreende-se também a relação ampla da ética e moral com o elemento da cultura.

Observa-se, também, que “de lugar de morada, o *ethos* ganha o sentido de costume, jeito de viver específico dos seres humanos e que, exatamente por transcender a natureza, é plural, reveste-se de uma configuração diferente nas diferentes sociedades” (RIOS, 2005, p. 100). Disso, poder-se-ia dizer que cada sociedade possui sua ética, mas por ser algo do humano, com variáveis que se aproximam uma das outras e também se distanciam.

Nesse mesmo sentido, Marcondes (2008, p. 9) sintetiza a compreensão do termo grego *ethos*, definindo-o como “o conjunto de costumes, hábitos e valores de uma determinada sociedade ou cultura”.

A ética, como observada, tem sua origem não em algo já pronto e acabado, mas sim, como aquilo que ganha existência pela própria experiência humana de vida vivida e compartilhada. A ética, assim é fruto da própria existência humana racionalizada na instrumentalidade dos processos cognitivos que lhe são próprios.

Em síntese, pode-se dizer que a origem da ética segundo o conceito *ethos* está na vida vivida, compartilhada, racionalizada, que se traduz no lugar de morada do humano, dos seus costumes e hábitos, da própria cultura – e do humano porque dele procede.

Boff (2009b, p. 33-34) explica o lugar de morada (*ethos*), referindo-se a uma “casa”.

 devem submeter-se a elas, para viver juntos. As normas, as leis, são constituidoras da organização social, da *polis*” (RIOS, 2005, p. 102).

Porém, com uma abordagem própria, em que se retrata a casa como: “[...] o conjunto das relações que o ser humano estabelece com o meio natural, separando um pedaço dele, para que seja morada com os que habitam na morada[...] algo não material, mas existencial e globalizante, um modo de ser das coisas e das pessoas”. Assim, o *ethos*, além dos costumes e hábitos, da relação com a cultura, incorpora as relações do humano em toda sua extensão.

Mais uma vez, é possível sintetizar a compreensão ao dizer que o *ethos* dá origem a questão ética e moral, e é compreendido como distinto da *psiquê* e da *fisis*, indicando aquilo que é construído pelo humano (SPINELLI, 1998), como espaço da cultura e costume plural (RIOS, 2005) de uma sociedade ou cultura (MARCONDES, 2008) e, ainda, como conjunto de relações do humano com outros, sejam eles humanos ou o próprio mundo que o cerca – em toda sua extensão global (BOFF, 2009b).

Nesse percurso de definição da ética, percebe-se duas formas de escrever a palavra *ethos* em grego¹⁶. Tal distinção teve implicações para o significado ou sentidos das palavras. Ao constituir termos que podem ser compreendidos como complementares, a distinção revela também particularidades.

Essas particularidades observadas sobre as diferentes grafias da palavra grega *ethos* amplia sua compreensão e aplicabilidade, além de sua relação próxima com a palavra em latim “*mores*”, traduzida por moral:

Partamos dos sentidos da palavra *ethos*, donde se deriva ética. Antes de mais nada, constatamos que escreviam a palavra de duas formas diferentes. Uma vez *ethos* com *eta* (o e longo), significando a morada humana e também caráter, jeito, modo de ser, perfil de uma pessoa. E outra vez com *épsilon* (o e curto), querendo dizer costumes, usos, hábitos e tradições (BOFF, 2009b, p. 38).

É do segundo significado ou sentido que se faz a relação com a palavra moral (do latim: *mores*), como se observa:

Ademais, na morada, os moradores têm costumes, tradições, hábitos, maneiras e usos de organizar as refeições, os encontros, as festas, os estilos de relacionamento, que podem ser tensos e competitivos, ou harmoniosos e cooperativos. [...] Portanto, *ethos* são os costumes, os hábitos e os comportamentos concretos das pessoas que, depois, os latinos vão chamar de *mores*¹⁷, donde deriva moral (BOFF, 2009b, p. 39).

¹⁶ As duas formas das palavras em grego são: $\eta\theta\omicron\varsigma$ (*ethos* com “e” longo – êta) e $\epsilon\theta\omicron\varsigma$ (*ethos* com “e” curto – épsilon).

¹⁷ O uso da palavra latina “*mores*” pode ser visto na seguinte sentença: “Vulpem pilum mutare, non mores. A raposa muda de pêlo, mas não de costumes”. A mesma sentença “[...] trata-se de uma frase espirituosa de um vaqueiro que acusa o imperador de sempre ter sido e continuar sendo um incorrigível avarento” (TOSI, 2010, p. 47).

Conforme observado, a primeira forma gráfica da palavra *ethos* remete à questão do lugar de morada e do caráter ou perfil de uma pessoa, enquanto a segunda forma remete aos hábitos e tradições que se consolidaram pela experiência humana e que, posteriormente, foi associado à ideia de moral.

Observa-se nesse sentido, que “[...] na ética aristotélica, ocorre o termo *éthos* (com *e* longo), que significa *propriedade do caráter*, mas também o termo *éthos* (com *e* curto) que significa *costume*, e é para este segundo termo que serve a tradição latina” (TUGENDHAT, 2012, p. 33-34), fazendo referência à evolução do conceito grego de ética para o conceito latino de moral.

De forma conclusiva sobre a etimologia das palavras observadas, Vázquez (2013, p. 24) entende que “o significado etimológico de *moral* e de *ética* não nos fornece o significado atual dos dois termos, mas nos situam no terreno especificamente humano no qual se torna possível e se funda o comportamento moral”.

Num sentido semelhante, Tugendhat (2012, p. 33) ao abordar a etimologia das palavras ética (a partir de Aristóteles) e moral (a partir de sua evolução para o latim: *mores*), defende que “[...] não são particularmente apropriados para nos orientarmos”, tendo em vista concluir que “[...] A procedência da ‘ética’, portanto, nada tem a ver com aquilo que entendemos por ‘ética’”.

A complexidade de compreensão da ética e da moral em relação ao sentido próprio que cada termo pode adquirir e na relação entre eles pode ser observada a partir das diferentes abordagens que autores fazem dos conceitos, como indicado:

A significação originária comum dos termos *ethos* e *mores* tem levado a uma identificação entre os conceitos de ética e moral. Verifica-se, entretanto, que a ética passa a designar, historicamente, não mais o costume, mas a reflexão sobre o costume, o questionamento do costume, a busca de seu fundamento, dos princípios que o sustentam (RIOS, 2005, p. 101).

Assim, ética, para esta autora, traduz-se em reflexão sobre o costume. Compreende-se que a moral “é o conjunto de normas, regras e leis destinado a orientar a ação e a relação social e revela-se no comportamento *prático* dos indivíduos” (RIOS, 2005, p. 102), o que se distingue da reflexão que se faz acerca dessa prática, constituindo esse comportamento, objeto da reflexão ética.

A autora ainda julga importante fazer uma distinção no sentido de que “a moral corresponde ao *ethos* e não – é importante assinalar – à ética. A ética não se confunde com o *ethos*. Na verdade, ela tem sido chamada de ‘ciência do *ethos*’. [...] como *reflexão crítica do*

sobre o *ethos*” (RIOS, 2005, p. 104). Se forem recordados os sentidos anteriores do *ethos*, compreende-se a ciência como reflexão do *ethos* em toda sua extensão, ou seja, dos hábitos, costumes, tradições, cultura e relações sócio-globais.

Tugendhat (2012, p. 33-34) de forma adversa, coloca-se usando os termos ética e moral praticamente de forma intercambiável, reconhecendo que há autores que fazem a distinção entre eles. Todavia, acha desnecessária a distinção no que diz respeito a compreender que, apesar de estar disposta no entendimento humano, ela não está presente nos termos ética e moral.

É evidente que a posição adversa de Tugendhat (2012) diz respeito à abordagem etimológica, pois define inicialmente ética em sua obra como “uma reflexão sobre valores reduzida ao individual e ao inter-humano” (TUGENDHAT, 2012, p. 11). Assim, o autor tem uma abordagem diferenciada em relação a outros pensadores, pois seu conceito de moral, que agrega tanto a ideia de ética quanto de moral, permanecem integrados como objeto de estudo de um mesmo campo, a saber, dos juízos morais.

Para Andrade (2004, p. 173), a partir da etimologia grega da palavra ética, ela se define como “Ciência moral. Estudo sistemático dos deveres e obrigações do indivíduo, da sociedade e do governo”. Isso está alinhado ao pensamento de Rios (2005), por se referir à ética como ciência do *ethos*.

Ainda nesse sentido, a ética é reconhecida em termos mais filosóficos como “ciência da conduta” que se estabelece a partir de duas concepções filosóficas: ciência do *fim* e dos *meios* para atingir tal *fim* da conduta humana – baseada no ideal; e a ciência do *móvel* que visa a reconhecer o *móvel*, e, assim dirigir e disciplinar a conduta humana – baseada nos motivos (ABBAGNANO, 2007, p. 442). A partir disso, seria possível observar elementos para trabalhar a ciência do *ethos* em sua vertente comportamental normativa e/ou ideológica, o que se aproxima e distancia ao mesmo tempo da moral.

Rios reconhece que alguns autores falam de éticas com o mesmo sentido de moral. Mas reforça a distinção, visto que a moral tem caráter normativo, enquanto a ética tem caráter reflexivo (RIOS, 2005, p. 105).

Marcondes (2008, p. 10) fala da compreensão da ética a partir de três dimensões: num sentido básico ou descritivo – em que o conjunto de hábitos, costumes e práticas de um povo dizem respeito ao seu *ethos*; como sistema em um *sentido prescritivo* ou normativo – conjunto de preceitos normativos formando códigos de ética; e o *sentido reflexivo* ou filosófico – como referência às teorias filosóficas da ética, que visam a “examinar e discutir a natureza e os fundamentos dos sistemas e das práticas analisando os conceitos e valores que lhes pretendem

dar fundamento”. Trata-se, nesse sentido, mais de uma metaética que uma ética propriamente dita. Isso Marcondes (2008) chama de *sentido prescritivo* que, para muitos está traduzido como moral, sendo aqui compreendido apenas como uma das dimensões da ética.

Uma linguagem próxima a de Marcondes (2008) para definir a ética, está disposta nas palavras de Valls (2013, p. 7-8), quando se questiona o tipo de ciência a que pertence a ética. É possível perceber sua complexidade, pois pode vir a ser definida como pertencente à ciência normativa, com o intuito de tratar de normas de comportamento. No entanto, também poderia ser definida como ciência descritiva por abordar costumes ou ainda ciência especulativa quando aborda temas como a liberdade (VALLS, 2013, p. 7-8).

A distinção entre ética e moral pode ainda ser vista em termos da ética ser imanente enquanto a moral como transcendental. Significa que a primeira é reconhecida como predominantemente pertencente ao indivíduo enquanto a moral predominantemente pertencente ao coletivo, dos deveres universais (DORTIER, 2010, p. 187).

Para Vázquez (2013, p. 17), “os homens não só agem moralmente [...], mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e de seu pensamento. Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida para a moral reflexa”. Conforme o mesmo autor, “quando se verifica esta passagem, que coincide com o início do pensamento filosófico, já estamos propriamente na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos”.

No esforço de fixar a distinção da ética e moral, o autor complementa:

[...] O problema do que fazer em cada situação concreta é um problema prático-moral e não teórico-ético. Ao contrário, definir o que é bom não é um problema moral cuja solução caiba ao indivíduo em cada caso particular, mas um problema geral de caráter teórico, de competência do investigador da moral, ou seja, do ético (VÁZQUEZ, 2013, p. 17-18).

Assim, “o que devo fazer” é um exercício moral, enquanto “os elementos que definem o que é bom”, são indagações éticas.

O recorrido mostra a complexidade e amplitude envolvida no entendimento da questão ética e moral, porque autores diferentes têm compreensões diferentes sobre a utilização dos conceitos. Algumas vezes se aproximam e outras se complementam.

Com essa exposição, tendo em vista definir a forma de utilização do conceito ética e moral, retoma-se o enunciado na introdução em que a perspectiva aqui adotada compreende a ética como ciência crítica, distinta da moralidade definida como conjunto de regras, leis ou preceitos. Todavia, quando a ética, como ciência crítica é denominada ou caracterizada, ela

passa a constituir um conjunto de fatores ou realidades que foram observadas e/ou reconhecidas, fundadas em valores que as sustentam e, por isso, uma ética específica ou ainda, uma moral reconhecida. Destituiu-se então a ética como ciência crítica para constituir-se em um *corpus* moral observado, reconhecido e definido.

Quando se fala sobre a configuração da ética dos atores da pesquisa em foco, tem-se em mente o exercício crítico reflexivo (ética) de morais (éticas/morais) reconhecidas, a ética de éticas. Evidencia-se que, conforme os contextos, nesse caso, em uma pesquisa a partir das práticas sociais de representantes públicos e da sociedade civil, que a ética será caracterizada especialmente pela questão sociopolítica e socioeconômica, revelando uma ética sociocultural contemporânea.

5.2 Recapitulação histórica acerca da ética e sua categorização

Tendo em vista traços gerais de alguns pensadores já enunciados, especialmente Aristóteles, que reporta ao pensamento clássico da ética, e alguns pensadores da atualidade como Rios (2005), Marcondes (2008), Boff (2009), Tugendhat (2012), Valls (2013) e Vázquez (2013), atém-se, aqui, em períodos gerais e na configuração que a ética/moral assumiu a partir de alguns dos teóricos de maior destaque. Trata-se das observações e contribuições complementares especialmente de Quintana (2014), o qual reflete historicamente sobre a relação da ética e política, e de Marcondes (2008), pois indica alguns dos principais textos éticos que surgiram na história.

Marcondes (2008, p. 15) faz referência a Platão como o primeiro filósofo grego a referenciar as questões éticas em sua obra, especialmente através de conceitos como amizade, virtude, coragem e o sentimento religioso. Compreende-se que o desenvolvimento de uma consciência moral seja uma das principais lições, posto que “uma atitude reflexiva crítica que nos leve a adotar comportamentos mais éticos” e não apenas a mera formulação conceitual da ética.

Quintana (2014, p. 27), também com foco na antiguidade clássica, dá atenção ao pensamento aristotélico e, a partir de suas obras “Ética a Nicômaco” e “Política”, conclui que “a Ética procura saber o que é felicidade, enquanto a Política, a forma de organização que a faz possível”, destacando, desta forma, a indissociabilidade dos conceitos.

Marcondes (2008, p. 37-46) lembra que “no sistema de Aristóteles, a ética, junto à política, pertence ao domínio do saber prático, que pode ser contrastado ao saber teórico”, um saber prudente com objetivo de definir condições através das quais se possa fundamentar as

ações que conduzam à felicidade, esta última devendo “ser entendida como a contemplação das verdades eternas, a atividade característica do sábio ou do filósofo”.

Já a ética na idade média se confunde com a história do cristianismo, permanecendo com fortes resquícios no presente. Com foco em Agostinho, percebe-se uma ética transpolítica fundamentada em um dualismo (terra/céu – corpo/alma, ...), que coloca a igreja como única mediadora dos assuntos terrenos e divinos. A base de uma moral autossuficiente (cristã) desse período culmina em uma ética apenas de caráter utilitarista e de limitada efetividade política, uma vez que as maiores expectativas estavam com foco na “*civitas dei*” (Cidade de Deus) (QUINTANA, 2014, p. 31-51).

Para Marcondes (2008, p. 50), “a ética de santo Agostinho resulta de uma releitura das principais teorias éticas de origem grega e romana, destacando-se o estoicismo do filósofo Sêneca” e “as principais questões éticas que santo Agostinho discute, são, portanto, herdadas da tradição grega e tratadas com base nos ensinamentos do cristianismo”.

A grande ruptura desse processo ético-político da Idade Média se dá com foco em Maquiavel, que tinha sua força no contexto do humanismo renascentista (cultivava a necessidade do compromisso político). A partir de Maquiavel surge uma nova ética, não mais fundamentada nos princípios cristãos, mas nas consequências das ações. Uma ética que justificaria até mesmo a maldade, caso fosse bem empregada pelo Príncipe. Compreende-se a iniciativa maquiavélica de substituir a moral e ética cristã “por uma ética neutra, objetiva, *amoral*, que as circunstâncias e necessidades exigem” (QUINTANA, 2014, p. 63).

Dentre diversos outros nomes, Marcondes (2008, p. 67-70) fará menção acerca de René Descartes, que apesar de a ética não ser seu foco principal, compreende considerável atenção de forma a trabalhar a temática relacionada com a questão da natureza humana. Descartes sugeria uma “moral provisória”, que algo efetivo em termos éticos, depende da fundamentação e desenvolvimento da ciência, o que era seu foco principal. Em sua proposição ética básica, declarava a necessidade de que “a vontade se guie pela razão e não pelas paixões, o que garantiria a adequada distinção entre o bem e o mal”. Ainda segundo Marcondes (2008, p. 70), “Descartes fundamenta a sua ética no bom uso, isto é, na utilização racional, do livre-arbítrio e na generosidade, entendida como a decisão de usar corretamente a liberdade, que é a mais elevada das virtudes”.

No início da modernidade, a questão da ética e política passa a ser compreendida a partir “da construção da ordem política e como ela se relaciona com a conduta dos indivíduos que a compõem” (p. 79). Nesse período, surge Hobbes cultivando uma “religião civil” (p. 88). A proposta de uma ética hedonista fundamentada no valor essencial da liberdade para a vida

feliz (p. 90), na superação do medo pela esperança promovendo no contexto posterior a vitória do aprisionamento para construção de direitos (p. 97) (QUINTANA, 2014, p. 79-97).

Tem-se na sequência histórica o surgimento de um individualismo ético e jurídico reforçado pelo puritanismo no contexto da Revolução Inglesa, elementos que marcam um processo exemplar de mudança de uma revolução religiosa para uma revolução política em que se afirma o indivíduo como agente racional capaz de elaboração de normas e leis (p. 101-102), conseqüentemente, direitos, especialmente, os individuais. Tal realidade recebe atenção e destaque de Weber, através de sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (p. 105). A ética, neste período, ficou predominantemente configurada pelo puritanismo que assumiu um caráter ascético antimonárquico (QUINTANA, 2014, p. 101-126).

Um dos temas centrais da análise sociológica e política de Weber é precisamente a questão dos limites da responsabilidade moral [...] Em sua discussão sobre a formação da sociedade moderna, Weber examina a importância do cálculo racional na tomada de decisão, quando se avaliam os melhores meios de se alcançar um objetivo e se discute a eficiência como critério para a determinação dos resultados das ações sociais (MARCONDES, 2008, p. 121).

Em contraste ao iluminismo, surge a denominada ética da compaixão, recebendo em Rousseau o suporte para valorizar os sentimentos mais que a razão. Com ênfase no bem de todos, a ética da compaixão ressalta os sentimentos morais e virtudes éticas com a proposta de fortalecer a ideia de humanidade. A ideia de contrato social, com vistas à construção da liberdade, no contexto da Revolução Francesa, teve grande impacto, provocando debates acerca da sociabilidade humana (p. 129-137). As virtudes éticas farão a adequada gestão entre o público e o particular, no contexto da interação social, legitimando o autêntico contrato social (p. 141). Há um incentivo em Rousseau para mostrar a transformação do indivíduo em cidadão (p. 145), considerando que a plena vida moral está perpassada essencialmente pela participação (p. 149) (QUINTANA, 2014, p. 129-149).

Destaca-se, no decorrer da modernidade Kant (século XVIII), admirador de Rousseau, que racionaliza a ética dos sentimentos, definindo a prática do bem por dever e não por compaixão. Assim, o “humanismo kantiano parte de princípios morais universais cuja validade independe das condições históricas” (p. 153-155). Kant, ao estimular os valores inquestionáveis pertencentes ao humano, promove “um bem que é bom em si, de todos e de cada um: a liberdade individual” (p. 170) (QUINTANA, 2014, p. 151-170).

Immanuel Kant é visto como “um dos mais influentes pensadores da ética no período moderno”, para quem “age moralmente aquele que é capaz de se autodeterminar”. Depreende-

se disso que “o pressuposto fundamental da ética kantiana é assim a autonomia da razão”. Kant apresenta o princípio categórico: “age somente de acordo com aquela máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal. Este princípio determina que a ação moral é aquela que pode ser universalizada” (MARCONDES, 2008, p. 86-87).

Ainda na modernidade, considera-se o utilitarismo como corrente de pensamento para refletir a ética e também a democracia (p. 175), o qual arraigado na primazia do bem obtém a justiça através de cálculos racionais (p. 185) (QUINTANA, 2014, p. 175-191).

Marcondes (2008, p. 101) traz as contribuições de Friedrich Nietzsche, reconhecido como um dos grandes críticos da chamada moral tradicional que compreende o período desde a filosofia grega até o cristianismo. Sua proposta consiste na “transvaloração de todos os valores (Ecco Homo, 1888)”. Nietzsche, em relação a ética “procura mostrar que ela não se fundamenta na razão”, mas numa moral acrítica apresentada especialmente pelo cristianismo, e pelo Estado e por outras instituições, as quais subjagam os indivíduos.

Necessitamos de uma crítica dos valores morais e, antes de tudo, deve-se discutir o valor desses valores e por isso é totalmente necessário conhecer as condições e os ambientes em que nasceram, em favor dos quais se desenvolveram e nos quais se tornaram (a moral como consequência, como sintoma, como máscara, hipocrisia, enfermidade, equívoco; mas também a moral como causa, remédio, estimulante, inibição, veneno), como certo conhecimento que nunca houve outro igual nem poderá haver (NIETZSCHE, 2007, p. 18).

O utilitarismo, como corrente de pensamento que pertence ao campo da ética e da filosofia política, tem sua origem estabelecida principalmente pelas ideias de Claude-Adrien Helvétius e de Jeremy Bentham, segundo os quais foi formulado o “princípio da utilidade”, isto “como critério do valor moral de um ato”. É importante referenciar que “útil (*useful*) é entendido como aquilo que contribui para o bem-estar geral”. Stuart Mill, na sequência, influenciado por esses pensadores que o antecederam, é constituído em um dos maiores defensores do utilitarismo no século XIX, que defende princípios universais como a felicidade e a autopreservação. É essa corrente de pensamento uma das que mais influencia a concepção política de “bem-estar-social” e a ideia de “maximização do benefício” (MARCONDES, 2008, p. 116-117).

Subsequente aos utilitaristas Bentham e Mill do século XIX, está o economista Joseph Schumpeter contribuindo para uma ética neoutilitarista com um slogan de liberdade pessoal espiritual e corporal para todas as pessoas, constituindo uma sociedade de massa específica em que os bens morais ficam vinculados ao consumo (p. 195-196). Ao agregar os elementos da racionalidade instrumental, do interesse individual e da utilidade (p. 203), promove uma

visão elitista de democracia (p. 204), tendo por base o indivíduo como melhor juiz de seus interesses e determinante daquilo que é útil (p. 208) (QUINTANA, 2014, p. 195-208).

A promoção dessa ética neoutilitarista atinge vários setores da sociedade de forma que o reclame no contexto educacional se faz justo por sua influência, uma ética cada vez mais forjada pelo individualismo e interesses de mercado com valores subversivos, algo muito perto do que Freire (1996), pensador contemporâneo, condena e se refere em termos de uma ética menor ou ética de mercado, que deve ser substituída por uma ética universal.

Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso citado acima, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou A sabendo que foi dito B, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória da raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles (FREIRE, 1996, p. 16).

A partir de *A theory of justice*, de John Rawls, define-se uma ética a partir do fato de que “os direitos humanos se originam na dignidade e que para se ter uma vida digna é necessário o respeito aos direitos fundamentais”, uma proposta de conciliação entre o liberalismo e a democracia (p. 211-212). Com ênfase na primazia de uma justiça independente de projetos pessoais e concepções de bem, sobre o próprio bem, contrapondo-se ao utilitarismo (p. 217), especialmente por incluir a dimensão social da justiça, compreende-se tal ética determinada por um liberalismo igualitário, metafísico, político que ignora particularidades históricas, culturais e de pertencimento, bem como os conflitos decorrentes das relações de poder (p. 233) (QUINTANA, 2014, 195-233).

Na contemporaneidade destaca-se a ética discursiva de Jürgen Habermas, a qual está “baseada na comunicação de sujeitos que procuram um acordo sobre como viver de forma justa”. Fundada através de uma democracia deliberativa, fruto da opinião e vontade deliberada na esfera pública pelos cidadãos (p. 237) – uma ação orientada à intercompreensão. Observa-se que “diante do conhecido interrogante da moral: *o que devo fazer?*, a ética discursiva, diferente da ética cognitiva, não responde “há de fazer a coisa certa”. Não se trata de um problema de verdade ou falsidade, mas de uma discussão da qual resulta um fazer ou agir” (p. 244) (QUINTANA, 2014, p. 237-244).

[..] Uma ética que não está preocupada com a verdade, a justificação e explicação de normas morais (Kant), mas com as condições de validade dos discursos práticos e com os resultados concretos que derivam do cumprimento de normas. Uma ética discursiva que, por sua vez, requer uma esfera pública e política para a formação da opinião e a vontade comum dos cidadãos, a democracia deliberativa, capaz de promover uma integração social capaz de ir além da integração sistêmica (QUINTANA, 2014, p. 255).

Marcondes (2008, p. 132-133) em sua seleção de textos básicos de ética, citará também Foucault, pensador francês que realiza “uma crítica aos saberes disciplinares que se constituem como formas de controle individual e social”. Foucault em sua proposta, interroga as formas e transformações da moral observando formas discursivas em diferentes períodos.

Para finalizar, torna-se relevante retomar o pensamento de Milton Santos (2011, p.37-38), pesquisador brasileiro, que discorre sobre os processos de globalização, caracterizados como perversos, marcados por uma dupla tirania, quer seja, do dinheiro e da informação que constituem a base ideológica que legitima as ações desta época. Segundo este autor, estas tiranias “buscam conformar segundo um novo *ethos* as relações interpessoais, influenciando o caráter das pessoas” o que dá origem a competitividade, totalitarismos, violência estrutural ou perversidade sistêmica, o ressurgimento daquilo reconhecidamente imoral e o retrocesso quanto à noção de bem público. Isto por si só, já justificaria o presente estudo sobre o *ethos* (ética – lugar de morada/cultura/caráter/costumes/relações/vida). Com base no pensamento de La Boiétie, pode-se falar no *ethos* da “servidão voluntária” demarcado pela escravidão e tirania. Com base no pensamento de Bauman (2015), pode-se instituir o *ethos* da “visão de mundo inerte” baseado nas crenças da inflexibilidade e da fraqueza humana.

Ainda se faz necessário acerca da relevância da questão dos valores para a ética, recuperar o pensamento de Santos (2010, p. 27), pois, ao falar de sua concepção de pós-modernidade, refere-se a eles, dizendo: “[...] Os valores modernos da liberdade, da igualdade e da solidariedade sempre me pareceram fundamentais, tão fundamentais quanto a crítica das violências que se cometeram em nome deles e da pouca realização concreta que têm tido nas sociedades capitalistas”. Assim, passa-se a ser reconhecido, que o viver em sociedade com problemas modernos é decorrente da não efetividade de tais valores. E, nessa perspectiva, é possível verificar a relevância de uma ética dinâmica que não se acomoda com o proposto, mas se estabelece com valores a serem criticados em sua constituição social.

Marcondes (2008, p. 10) indica uma proposição que sintetiza o que aqui foi delineado

e indica um caminho geral para o estudo da ética “segundo a própria definição original do termo, a ética não pode ser vista dissociada da realidade sociocultural concreta. Os valores éticos de uma comunidade variam de acordo com o ponto de vista histórico e dependem de circunstâncias determinadas”. É exatamente isso que se observou a partir do estudo etimológico e histórico da ética. Assim, para se compreender a ética hoje, cabe observar esse lugar de morada e as práticas socioculturais nele desenvolvidas.

6 CAPÍTULO VI – DEMOCRACIA, CIDADANIA E ÉTICA

*No ethos manifesta-se um espaço fundamental da existência:
a criação de valores.
(Terezinha Azerêdo Rios)*

Pensar a relação de democracia, cidadania e ética, depois de compreender um pouco mais a dinâmica dos conceitos Ética, Estado e a própria Democracia, sugere detalhes infinitos de uma relação dinâmica. Por isso, restringe-se a reflexão àqueles apontamentos mais específicos que ocuparam o estudo até o presente momento. Para tal proposta, considera-se, inicialmente, a relação da ética com o campo político e sociocultural.

Morin (2011, p. 80) esclarece essa nebulosa relação entre ética e o campo político, dizendo o seguinte: “não se pode separar nem confundir ética e política. As grandes finalidades éticas exigem, com frequência, uma estratégia, ou seja, uma política, e a política exige um mínimo de meios e finalidades éticas, sem por isso se reduzir à ética”.

Fica evidente que os limites e funcionalidades dessa relação não são rigidamente estabelecidos. Todavia, em termos gerais, é possível compreender o espaço, pelo menos da ética, em relação à vida em sua subjetividade e coletividade.

Hermann (2001) definiu de forma bem pontual a localização da ética, exatamente na ambiguidade “paixões humanas e regulação da vida social”. Trata-se, assim, de uma localização estratégica que se articula entre uma realidade e outra, ou ainda, integra uma e outra. No aspecto externo, encontra-se o mundo com quem se estabelece uma diversidade de relação e que recebe diferentes desenhos culturais.

Assim, retomando o pensamento de Rios (2005, p. 100), o *ethos* de onde decorre a palavra ética, é “o espaço da cultura – do mundo transformado pelos seres humanos”, o que sugere organização e ações pautadas em valores por parte dos indivíduos nesse espaço. Em outras palavras, é um quadro em que se configura a democracia, a cidadania e ética.

A convivência humana em um mesmo espaço e com o próprio espaço, traz à tona valores, os quais, pela regularidade da observação, constituem-se em costumes. Os costumes por sua vez, são normas de conduta que geram leis, as quais são gestadas e discutidas na *polis*, e que passam posteriormente a constituir uma nova cultura, com novos valores, costumes e leis num processo contínuo. Assim, “é com a instauração do *ethos*, configurado na *polis*, que se instala a condição humana” (Rios, 2005, p. 104). A ética, perpassa essa condição de existência e atua na promoção de um modo de existir.

Desse modo, a escolha, que consiste no núcleo do gesto moral, se reveste de uma feição *ética* exatamente quando o indivíduo avalia não apenas segundo os valores que lhe são colocados circunstancialmente, por um ou outro determinado segmento, mas leva em consideração a perspectiva de realização do bem comum (RIOS, 2005, p. 106).

A importância dessa compreensão da ética além dos valores algumas vezes impostos, essa deliberação pessoal pautada em escolha que considera mais do que lhe é oferecido em determinadas circunstâncias, é que permite a concretude do bem comum ou, pelo menos, a expectativa de tal.

Além das sistematizações do conteúdo da ética está sua relevância e implicação para a vida prática, para o mundo. Implicações que precisam ser consideradas.

Sendo assim, Baquero (2013) categoriza a ética no âmbito do conjunto de regras informais que fortalecem a democracia, conforme se lê:

[...] o fortalecimento de uma democracia contemporânea seria influenciado pelo conjunto de regras formais e informais e seus mecanismos de execução que incidem sobre o comportamento dos indivíduos e das organizações de uma sociedade. Entre os formais, estão as constituições, as leis, os regulamentos, os contratos etc. Entre as informais estão a ética, a confiança, o empoderamento e outros códigos implícitos (BAQUERO, 2013, p. 24).

Adiante dessa categoria informal de influência, a amplitude da questão da relação entre os elementos democracia, cidadania e ética, pode ser visualizada de maneira bem diversa como poderá ser observado na sequência.

Através de um breve recapitular de alguns apontamentos já realizados sobre a questão ética e que envolvem a relação com as temáticas democracia e cidadania, será possível perceber um pouco melhor a diversidade de realidades em que a influência ética se estabelece.

Inicialmente, observa-se que a ética aristotélica considerada a partir de Chauí (2013), Maamari (2014), Tugendhat (2012), Quintana (2014) e do próprio Aristóteles (2004), traz para a questão democrática e cidadã a valorização da concepção integrada da vida social. Em contrapartida, faz-se a crítica à cidadania limitada. Destaca-se ainda a valorização da participação cidadã na construção da vida. A ética, configurada pela virtuosidade cultivada e faz pensar para além do indivíduo, sendo virtuosa a vida dedicada ao coletivo. Apesar de nesse contexto a cidadania ser limitada, ou seja, reservada a poucas pessoas, a valorização da cidadania é algo de destaque. Por isso, de igual forma, considerando nem sempre os adequados interesses para o exercício de tal cidadania, a participação política era virtuosa, valorizada. Tem-se, assim, uma ética que valoriza a vida pública e o bem comum, sem

esquecer as reservas históricas a que pertencem aos conceitos.

Dessa abordagem inicial em que Aristóteles representa a antiguidade, recupera-se, a partir da ética, a necessária compreensão macrossocial da vida sem negligenciar o microssocial que pontua e escreve seus detalhes, a consciente ou inconsciente escrita da cultura que interage reciprocamente com os seres humanos. Ao que se percebe historicamente, essa proposição se torna relevante no império do individualismo.

A ética no contexto medieval, evidenciada pelo pensamento agostiniano, salientado por Quintana (2014), reflete sobre a insustentabilidade de uma ética particular no exercício da cidadania, especialmente quando a ética particular é transpolítica, ou seja, desloca-se para além da realidade humana vivida no mundo. Dessa forma a cidadania fica determinada de forma “extraterrena” e, por isso, não efetiva, destituindo a possibilidade de construção ou manutenção democrática de uma sociedade terrena real.

A partir de Maamari (2013), Maar (2013), Nader (2014), Quintana (2014) e o próprio Maquiavel (2004), torna-se compreensível a ruptura instigada em relação a ética cristã, a qual exerceu reinado com cetro de ferro por toda idade média. Pois, ao ver o poder político que carregava responsabilidades conformado por valores que impediam a efetividade do bem em circunstâncias adversas, especialmente naquelas em que a escolha não é entre bem e mal, mas acerca do mal menor, vê-se obrigado Maquiavel a defender a autonomia do Príncipe.

Todavia, essa autonomia que visava a efetividade do governo, passa a ser assumida historicamente como identidade de vários processos tiranos e inconsequentes, falsamente justificados num suposto bem comum.

Em termos democráticos e de cidadania, tal postura assume um caráter contraditório se exercido pelo “Príncipe” sem a efetiva deliberação do povo, o que assim constituiu tirania em recorrentes processos históricos onde se manifestou o autoritarismo. Nesse sentido, diversas ações contemporâneas exercidas por líderes podem ser consideradas como atos tiranos.

Mas não se pode deixar de compreender o contexto no qual a ruptura proposta por Maquiavel se estabelece com este pano de fundo de uma ética cristã dogmática servindo a interesses de outros e particulares.

Os debates posteriores sobre ética, a partir de Quintana (2014), retratam a luta decorrente da dualidade histórica “indivíduo X sociedade”, perpassando aspectos da racionalidade e afetividade, na tentativa de encontrar justificativas a cada nova proposta de governo, sociedade e cidadania em que fosse possível lidar com todas as novas realidades do ser humano em seu convívio. A ética, nos processos democráticos, igualmente aparece sofrendo as mais diversas propostas sem perder totalmente sua herança dogmática, o que

fortalece a possibilidade de seu uso para construção de formas de governos próprias.

Nesse processo, verifica-se a instrumentalidade equivocada da ética que precisa ser autocriticada para não defender interesses particulares. Isso está explícito no pensamento de Santos (2010), o qual indica a falsidade de certos valores defendidos pela sua não efetividade prática na vida e no mundo. Dessa forma, a própria cidadania e a democracia, apresentadas como valores de uma ética política podem estar debaixo dessa crítica. Será necessária uma ética que critique a ética política a qual sustenta apenas abstratamente os valores da democracia e cidadania. Na constituição democrática e cidadã, não há espaço para falsear discursivamente valores que não são concretos na prática – trata-se da autocrítica da própria ética política.

É essa realidade da ética que faz Nietzsche (2007), radicalizar em sua proposta contra os valores morais, dizendo ser necessário compreendê-los em sua historicidade, principalmente considerando a possibilidade de um determinado valor ser positivo ou negativo, refletir sobre hipocrisia ou remédio, e assim por diante. Essa proposta reflexiva de Nietzsche é uma proposta ética amoral (que promove o exercício reflexivo acerca de uma moral imposta, de valores preestabelecidos) extremamente útil para considerar a democracia e a cidadania contemporâneas. A ética se insere na relação com a democracia e a cidadania para estabelecer a própria efetividade das realidades, um motor contínuo inclusivo que alimenta a democracia e a cidadania.

É inevitável perceber a relação da economia com a questão democracia, cidadania e ética, pois ela perpassa praticamente todos os apontamentos realizados. Pode-se dizer que o pensamento freiriano (1996), acerca da “ética de mercado”, é uma síntese histórica global. A “tirania e servidão voluntária” referenciadas por La Boiétie (2009), a caracterização da “sociedade de risco” de Beck (2011), a “globalização perversa” de Santos (2011), o “mundo de consumidores” de Bauman (2011) e tantos outros: todos revelam o eixo econômico pelo qual os debates acerca da democracia e da cidadania estão perpassados, e o que se tem por expectativa, alguma relação ética.

A partir de Quintana (2014), Silva (2014) e do próprio Habermas (2013), está valorizada a ética discursiva, proposta compreendida como fundamental para a democracia e cidadania. Qualquer proposta que não considere essa liberdade de diálogo, que não valorize a autonomia do cidadão, destitui-se como proposta ética política. Poderá ser assim percebida pela reflexividade ética sustentada pelo valor do bem comum, e que o contrário, só pode ser compreendido como uma pseudo-ética política.

Justifica-se, também, a crítica à ação midiática hegemônica, apresentada por

Chomsky (2013), que repudia a instituição de uma participação cidadã contemplativa, fundada na justificativa de uma falsa ética que dignifica alguns e desqualifica outros para diálogo e ação política. Dessa forma a ética política, preservaria o inquestionável direito dos sujeitos quanto a sua expressão.

Em Habermas (2013),

O discurso prático pode, assim, ser compreendido como uma nova forma específica de aplicação do Imperativo Categórico. Aqueles que participam de um tal discurso não podem chegar a um acordo que atenda aos interesses de todos, a menos que todos façam o exercício de ‘adotar os pontos de vista uns dos outros’, exercício que leva ao que Piaget chama de uma progressiva “descentralização” da compreensão egocêntrica e etnocêntrica que cada qual tem de si mesmo e do mundo (HABERMAS, 2013, p. 10).

O papel ou função da ética representa a preservação dos direitos constitutivos de democracia e cidadania, nos quais ser ético politicamente significa não dizer impositivamente sem direito de contestação o que se compreende por certo ou bom, mas buscar o certo e o bom na participação e compreensão de uma totalidade construída por esse exercício, que destitui o “eu” exclusivo em sua constituição individualista, de supremacia em relação aos outros.

Habermas (2013, p. 15-16) diz que a discussão faculta duas condições sobre a autoridade epistêmica do indivíduo que precisam ser mantidas em pé de igualdade: a liberdade de dizer se concorda ou não (liberdade comunicativa); e, ainda, que a autoridade seja exercida na busca de soluções aceitáveis para todos (busca de um consenso). Essas condições passam igualmente a constituir princípios éticos para efetividade democrática e cidadã.

Assim, a existência social tão almejada, que não ignora diversidades e possibilidades de convivência, é resultado de um diálogo de direito amparado na liberdade comunicativa e que almeja soluções em consenso “do” e “para” o ser social: o ser que pensa, fala e ouve com liberdade e desejo de viver em comunidade.

Por tudo o que foi observado, verifica-se imprescindível, conforme Chaui (2013) diz, pensar a democracia não como mera forma de governo, mas como “forma geral de uma sociedade”, e, de acordo com Silva (2014), como um ethos participativo, por isso, realidade democrática e cidadã, contraposta ao ethos da tirania e servidão. A ética assim recuperando seu sentido original de lugar de morada, constitui-se em um abrigo através do qual o ser humano em sua vida social encontra abrigo, exatamente porque esse lugar de morada é constituído democraticamente e possibilita uma cidadania plena.

Desde que a democracia e cidadania se estabelecem por relações sociais, a partir de

valores constituintes de tais realidades, compreende-se as propostas da ética planetária de Boff (2009), fundada pelo elemento do cuidado da vida numa esfera global, incluindo a relação homem/natureza. Isso significa ampliar a questão democrática e cidadã, reconhecendo o lugar de morada, sua multiculturalidade e diversidade que a ele pertencem – o exercício de uma eticidade democrática e cidadã.

A realidade de um mundo em que só se consome, faz Bauman (2015) questionar: “a ética é possível num mundo de consumidores?”. Assim como Morin (2011) e Boff (2009), Bauman (2015) também insere sua resposta na forma como os indivíduos se relacionam, como se veem a partir dos outros, onde o amor-próprio depende do outro.

Para Bauman (2011), trata-se da superação de uma forma de ressentimento, o qual “resulta em competição, numa luta contínua pela redistribuição do poder e prestígio, reverência social e dignidade socialmente reconhecida” (p. 43), que faz com que nos processos da vida sejam constituídos “refugos humanos”, “*outsiders* encarnados” (p. 45) promovendo sempre a exclusão.

A resposta para superar essa condição estaria, principalmente, centrada no indivíduo que precisa “decidir quão distante ele ou ela estão dispostos a ir, ao sacrificar seu bem-estar pessoal para cumprir a responsabilidade moral pelos outros” (p. 57). Bauman está trabalhando a partir do fato contemporâneo em que “a vítima colateral do salto para a versão consumista da liberdade é o Outro como objeto de responsabilidade ética e preocupação moral” (p. 59). Paradoxalmente ao que se apresenta em termos de luta política, Bauman está removendo obstáculos para a constituição da “arena política” (p. 82) e o exercício da cidadania para a democracia (BAUMAN, 2011) através da consideração dos valores próprios e do “Outro”.

Dessa forma, a ética é possível em um mundo de consumidores, não a ética baseada em uma moral de regras fechadas a serem cumpridas, mas na esperança, na incerteza, na liberdade, na deliberação espontânea de envolvimento do indivíduo para a constituição do bem comum, e no reconhecimento da interdependência. É perceptível que seria impossível a inter-relação de outra ética em termos de democracia e cidadania. De certa forma, uma ética política só irá se concretizar mediante ao exercício de uma democracia e cidadania plenas.

De forma semelhante a Bauman (2015), Habermas (2013, p. 15) defende que “é evidente que a autoconsciência e capacidade da pessoa assumir uma posição refletida e deliberada quanto às próprias crenças, desejos, valores e princípios, mesmo quanto ao projeto de toda a sua vida, é um dos requisitos necessários para o discurso prático”. A ética política democrática e cidadã é social.

Morin (2011), que propõe a “socioética”, compreende que “a democracia faz do

indivíduo um cidadão que reconhece deveres e exerce direitos. O civismo constitui então a virtude sociopolítica da ética. Requer solidariedade e responsabilidade. Se o civismo se esgarça, a democracia esgarça-se” (p. 149). Por isso, “a regeneração da ética é, portanto, inseparável de uma regeneração do civismo, que é inseparável de uma regeneração democrática” (p. 150).

Ainda se faz necessário acerca da relevância da questão dos valores para a ética, recuperar o pensamento de Santos (2010, p. 27), o qual revigora os valores da liberdade, igualdade e solidariedade, todavia, de forma crítica, pois na realidade da vida, foram também sustentados a partir de práticas de violência motivadas pelo capitalismo. Apesar da boa referência nominal, eram apenas fachadas discursivas para exercício violento de poder interesseiro e opressor.

Considerando a “arena política” de Bauman (2015) e a proposta de Santos (2010) sobre o debate presidido por juízos éticos, compreende-se que, para constituir esse espaço será necessário enfrentar a realidade de uma sociedade fundada em uma “razão metonímica” (de razão e conhecimento único), que se sustenta em reducionismo e homogeneidade, e que, dentre suas lógicas, sustenta a “monocultura do saber”, o que exclui diálogos e saberes.

Para Santos (2010), o confronto acontece pelo próprio debate e este, como já referido, é presidido por juízos cognitivos, éticos e políticos. É exatamente acerca do confronto que trata a denominada "Sociologia das Ausências", proposta de Santos que carrega como objetivo revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais, tendo por expectativa que elas possam ser credibilizadas e, então, contraponham-se ao crédito exclusivo que recebem as práticas hegemônicas. Assim, a proposta "Sociologia das Ausências", pode ser compreendida também como princípio ético para sustentar o debate político na arena política, de forma que se promova a "Ecologia dos Saberes" em que todos tenham o direito de se expressar, mantendo sempre a incompletude para o diálogo e do debate. Tem-se, assim, o exemplo claro de uma iniciativa que contempla a democracia, a cidadania e onde a ética política claramente se estabelece pela inclusão dos que não participam ou não lhes é dado o direito de falar.

Complementarmente, reporta-se ao pensamento de Habermas (2013, p. 38) que ao considerar as sociedades da contemporaneidade como complexas, compreende que elas se integram, sob certa medida, através do que ele define como “três veículos ou mecanismos”: o do dinheiro, que obteve sua institucionalização pelo mercado; o do poder que obteve sua institucionalização nas organizações; e o veículo ou mecanismo da solidariedade, compreendido como fruto das normas, valores e da comunicação.

Se for observado o pensamento de Habermas, não será difícil perceber a importância

da ética, tanto na constituição de valores como princípio de apoio à comunicação, tendo em vista que a sua ausência ou distorção viabiliza a integração social essencialmente a partir do dinheiro e do poder, o que retrata a experiência predominante em muitas sociedades e no mundo.

Sem os devidos valores democráticos e cidadãos, instauram-se a tirania, as oligarquias e autoritarismos, entre tantas outras formas violentas de relação e governo. Sem os devidos valores democráticos e cidadãos, não há o rompimento com o individualismo que cultiva o “jeitinho brasileiro” num sentido negativo e conseqüentemente, um sistema de retroalimentação da tirania, que produz e reproduz mazelas diversas à existência humana colocando a vida em risco. Não é difícil imaginar e contemporanizar o quadro de tirania e servidão voluntária denunciado por La Boiétie (2009).

Uma dentre várias outras respostas, consideradas concretas no exercício dessa relação entre democracia, cidadania e ética, é expressa hoje, através dos movimentos sociais, que em suas iniciativas ampliaram a “arena política” e a oportunidade do debate público. Todavia, Silva (2014, p. 186) destaca a necessidade desses movimentos repensarem os “valores mais próprios da autonomia e da emancipação”, não destituindo suas ações em respostas tão imediatistas.

Silva (2014, p. 185) complementa que:

Os ‘novos’ movimentos sociais podem adquirir um significado para além das relações sociais atuais na medida em que assumam um projeto social, político e econômico que aponte para a construção de uma sociabilidade plena de sentido e diferenciada das relações de produção e dominação política do capital, criando assim as condições para o desenvolvimento real das potencialidades e da subjetividade humana.

Dessa forma, compreende-se que a relação da ética com a democracia e cidadania se estabelece, neste aparato reflexivo, constituinte dinâmico de valores para a vida social. O que na atualidade significa motivar toda e qualquer iniciativa que concretizem uma democracia e cidadania autênticas, ou plenas, não particulares, não fragmentadas por alguma esfera da vida social, não subjugadas pelo capital e suas propostas ideológicas que fortalecem sua hegemonia, não tiranas e nem escravistas.

Como referenciado no início do capítulo, ele é restrito na diversidade de opções reflexivas tendo em vista toda dinâmica que envolve os conceitos democracia e cidadania. Mas o pensamento desenvolvido elucida reflexivamente a importância, necessidade e efetividade da ética nos processos democráticos, de construção e exercício da cidadania,

especialmente na valorização dos direitos de vez e voz, sem os quais, como já referenciado, democracia e cidadania são abstrações de uma servidão voluntária e também imposta.

7 CAPÍTULO VII – CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

... os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga.
(Darcy Ribeiro)

7.1 Cultura política a partir de uma herança histórica da formação do Brasil

Rios (2005, p. 101) diz que se usa “nas línguas modernas o termo *ethos*, mantendo-o em grego, exatamente para designar a maneira de agir e de pensar que constitui a marca de um grupo, de um povo, de uma sociedade”. A partir desse pressuposto, questiona-se acerca de qual é o *ethos* político decorrente da história do Brasil, especialmente a partir da sua formação. Evidentemente que, para tal tarefa, seria necessário um esforço muito maior do que o espaço reflexivo permite. No entanto, alguns fatos históricos pontuais ajudam a mostrar algumas das características que darão os traços gerais políticos do *ethos* político brasileiro.

Fernandes (2008, p. 32) traduz a sobrevivência de uma sociedade pelo movimento que possui. Sendo assim, mesmo que observações pareçam indicar algo estagnado, a existência por si só de determinada sociedade, sugere que ela possui pressões decorrentes de seu ambiente físico e que produzem e exigem diversos processos sociodinâmicos. Consequentemente, ela está sempre em processo de mudança. Como parte desse movimento, desses processos sociodinâmicos, estão aspectos culturais e políticos. É dessa forma, que se olha para a história e realidade brasileiras, com o objetivo de reconhecer esses aspectos culturais e políticos.

O objetivo aqui não é necessariamente fazer uma recapitulação histórica de caráter estritamente cronológico, mas considerar, de forma especial e temática eventos históricos gerais, ou processos que demarcam o movimento da nação, que apontam ou indicam características da cultura política brasileira.

Nesse sentido, Ribeiro (2006, p. 17-18) fala do Brasil e dos brasileiros, a partir do seu nascimento, especialmente como povo. Em certo sentido, “povo novo”, porque dentre as várias caracterizações dessa nova nação está o fato de ser “um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial”. Mas também, e ao mesmo tempo, considerado um povo “velho”, “porque se viabiliza como um proletariado externo. Quer dizer, como um implante ultramarino da expansão europeia”. Nessa conjugação

entre “novo” e “velho”, compreende-se que “o Brasil emerge, assim, como um renovo mutante”.

Para Ribeiro (2006, p. 20-21):

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável.

Qual cultura política estaria por trás do escravismo mercantilista, violento e assassino?

Um conjunto de palavras e expressões tais como “poder central”, “povo-massa”, “medo radical”, “ordem desigualitária”, “invasor”, “versão do dominador”, “dizimados”, “revolução mercantil”, “escravos”, “legitimação e sacralização”, “ação colonizadora”, “a principal mercadoria”, “morriam de tristeza”, “submissão”, “desumanização”, “programa civilizador”, “escravos legítimos”, “senhoreie a terra”, “plano ideológico”, “vista grossa”, “teologia bárbara”, “teologia alucinada e messiânica”, “legitimidade da hegemonia europeia”, “recriar aqui o humano”, “utopias”, “mão possessa dos colonos”, “revolução tecnológica”, “classe dirigente”, “não lhes reconhecendo direitos”, “cidadania branca”, “colônia mercantil-escravista”, “Estado salvacionista”, são alguns dos constituintes dos primórdios da história de formação do Brasil e que respondem, em parte, a questão proposta acerca da cultura política a partir do escravismo mercantilista e colonialismo (RIBEIRO, 2006, p. 17-70).

A triste realidade do denominado período colonial brasileiro, versa a respeito de uma cultura política que destituiu direitos e possibilidades de se constituir cidadania. Conforme se constata através de citação de Silva (2014, p. 139):

[...] o período colonial (1500-1822), quando os portugueses haviam construído um enorme país, dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, mas tinham deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultura latifundiária, enfim, um Estado Absolutista: foram 322 anos sem poder público, sem Estado, sem nação e sem cidadania.

Freyre (2013, p. 65) reforça o fato ao dizer que “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição”.

Especificamente no caso brasileiro, Silva (2014, p. 84) diz que “o contexto histórico-constitucional foi marcado pelo autoritarismo, patrimonialismo, clientelismo e coronelismo, que respondem aos interesses de uma elite da sociedade envolvida com clivagens de

primitivismo, escravismo, familiarismo, comunitarismo, compadrismo e capitalismo de pilhagem”.

Para Fernandes (2008, p. 52), “o passado colonial converte a separação entre “minorias privilegiadas” e a “grande massa excluída”. Através destas dinâmicas, “os assuntos de mudança social entram, assim, na esfera do controle social e da dominação de classe”, conseqüentemente a nação fica identificada com os “donos do poder”.

Assim como Silva (2014), Fernandes (2008, p. 42-43) se refere à “mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites das classes dominantes” como herança de um padrão histórico, decorrentes dos processos de escravidão e expropriação colonial. Disso, decorre o fato de que a democracia seja apenas aparente ou superficial, constituindo seu núcleo, processos autoritários e autocráticos.

A herança cultural política do Brasil acerca de sua constituição democrática é comentada por Holanda, para quem

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinha sido no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa [...] (HOLANDA, 1995, p. 160).

Os processos dessa democracia de fachada ficam explícitos, pois a conclusão que se chega em correspondência aos fatos atuais é que:

Uma sociedade de classes que submete o sindicalismo a uma regulamentação corporativista e tolhe as pressões de baixo para cima está na “infância”. É uma sociedade de classes que só funciona como tal para os “mais iguais”, ou seja, para as classes altas e médias (FERNANDES, 2008, p. 45).

Ianni (2000, p. 55-57) se refere à história do Brasil como um processo contínuo de interpretação, marcado por problemas históricos e teóricos, descritos através de uma pluralidade temática com propósito de traduzir diferentes visões. E, para definir as tendências do Brasil, Ianni aborda **o Estado como demiurgo da sociedade** convergindo na constituição de uma sociedade civil débil e sem organização, reforçando a ideia de que os cidadãos precisam de tutela do Estado; **da sociedade patriarcal** sustentada pela proposta de oligarquias; **de uma história de tipos ideais** com ênfase culturalista que traz a proposta de uma redefinição ética do trabalho; **de um país católico** que se constitui uma “argamassa intelectual, cultural e ideológica” com formas de sociabilidade que redefinem a imagem da

nação através de um “catolicismo que catequiza o país”; **da formação do capital nacional** trabalhando o desenvolvimento a partir da industrialização substitutiva de importações, com um projeto de capitalismo nacional determinado pela industrialização, processo que fixou classes e grupos sociais; **da formação do capitalismo** que instiga a inserção do país na economia mundial, período do internacionalismo, multinacionalismo e globalismo reforçando a primazia do mercado, do estado mínimo e do neoliberalismo o que transforma o significado da esfera pública e da privada, indivíduo e sociedade, dentre outros conceitos relacionados; **da ideia de socialismo** onde se enfatizam diversidades, desigualdades, hierarquias e tensões que alteraram o curso da história evidenciando espaço de revoltas, polifonias; **do Brasil brasilianista**, ou seja, interpretado por não brasileiros que retomam questões-chave em torno do mito da democracia racial; **dos precursores, clássicos e novos intérpretes** que retomam a questão da sociedade escravocrata e a ampliação da análise da realidade social; **da história e ficção** pela contínua reinterpretação por causa das incógnitas.

Em termos de Brasil, a instabilidade é a característica que define a maior parte do sistema político brasileiro no século XX, tendo em vista a configuração de uma forma corporativista no período de 1930-1945, de populismo semidemocrático no período de 1945-1964 e de regime autoritário no período de 1964-1985. Dessas experiências se compreende não ser difícil constatar que “o processo político brasileiro mostra, em contraste com a concepção das teorias hegemônicas da democracia, que as elites não são, necessariamente, as melhores garantidoras dos valores democráticos” (AVRITZER, 2003, p. 569).

Na tentativa de desvelar os processos ainda escravistas que se constituem barreiras para uma autêntica democracia e cidadania, Fernandes destaca “três áreas típicas em que se desdobra a revolução burguesa”:

1º) uma forte polarização política da própria dominação burguesa; 2º) a formação e a expansão de um Estado de ‘democracia restrita’, que tem como base material a extrema concentração social da riqueza e do poder nas mãos das classes dominantes e ‘dirigentes’, e, como fonte de legitimidade legal e política, a quase total liberdade dessas mesmas classes; 3º) a transferência e a institucionalização de formas autocráticas de dominação econômica, social e política da esfera privada para a órbita do Estado (FERNANDES, 2008, p. 58).

A ligação entre o “velho” e o “novo” se estabelece novamente, de forma a se reconhecer que no contemporâneo

[...] a ‘velha’ e a ‘nova’ oligarquia articulam-se com os ‘interesses novos’ dos industriais e das classes médias, contendo seus antagonismos dentro das opções burguesas e convertendo o Estado numa verdadeira *arena de conciliação* dos

interesses convergentes e divergentes das classes possuidoras e ‘dirigentes’ (FERNANDES, 2008, p. 59).

Aquilo que muitas vezes se apresenta apenas como “novo”, como resposta à realidade atual da nação, na verdade possui tentáculos opressores históricos que precisam ser reconhecidos, tendo em vista não repetir ou continuar a fazer a manutenção de erros tão grotescos do passado.

A primeira menção do termo “cidadania” na atual Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) aparece no Art. 1º inciso II e aponta a cidadania como fundamento do Estado Democrático, constituído pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal que, juntos, formam a República Federativa do Brasil. O presente artigo integra a primeira parte da Constituição intitulada “Titulo I - Dos Princípios Fundamentais”. A partir disso, compreende-se que a cidadania está posta como elemento fundamental/essencial para a constituição de um Estado democrático, ou seja, a proposta desta União como Estado democrático só é possível pela realidade fundamental do exercício da cidadania que, como já visto, pode receber diferentes configurações para a constituição de diferentes governos e diferentes Estados.

O Art. 205 da Constituição afirma que o preparo para o exercício da cidadania será fruto da educação. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A partir do exposto, compreende-se a responsabilidade da participação da sociedade na formação cidadã. Se a sociedade não cumprir sua parte, o Estado o fará.

No Art. 5, parágrafo LXXIII aparece a seguinte designação: “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise [...]”. O cidadão integra um espaço de direitos e deveres, tanto individuais como coletivos, e está constituído como democrático. Nesse espaço, é constitucionalmente instituído como parte legítima, com o direito para propor ação popular. Algo similar é encontrado no Art. 74, parágrafo IV e inciso 2º. A Constituição garante e legitima a identidade e ação do cidadão. Além disso, reconhece o cidadão em sua individualidade e coletividade com direito de propor ação popular, no caso do artigo citado, denunciar e posicionar-se contra atitudes que violem os direitos e deveres do Estado constituído democraticamente.

No Art. 64 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias encontra-se o dever de que os cidadãos brasileiros recebam em mãos a constituição através da distribuição por instituições sociais. O que, mais uma vez, carrega a expectativa da participação cidadão.

Observa-se como extremamente importante o fato da Constituição Brasileira valorizar a cidadania ativa. Todavia, a formação dessa cidadania que recebe seus contributos formacionais a partir da sociedade civil ativa, como já referenciado, é decisória na constituição democrática do país. A valorização da sociedade civil e o valor da participação cidadã são elementos imprescindíveis de uma ética política, sem os quais o *ethos* da tirania e servidão imperam sem restrição.

7.2 A esfera pública brasileira e as práticas socioculturais na política

As práticas sociais podem ser compreendidas a partir de seu campo político, um espaço considerado próprio, em que os sujeitos se encontram como atores das suas funções. Nesses campos, aqui considerados em sua categoria de campos práticos, são reconhecidos como espaços de intersubjetividade. Considera-se que o “campo político é um âmbito atravessado por forças, por sujeitos singulares com vontade e com certo poder”, em que “cada sujeito, como ator, é um *agente* que se define em relação aos outros”. Sendo o campo político espaço de cooperação, coincidências e conflitos, possui delimitações e sistemas que se inter cruzam, nos quais o sujeito é ator (DUSSEL, 2007, p. 17-20).

Diante dessa realidade está a observação que Silva (2014, p. 208) faz no sentido de reconhecer que “cresce cada vez mais a submissão das mais diversas esferas da vida pública e privada à calculabilidade, à impessoalidade e à uniformidade, características do formalismo burocrático”. Todavia, “a hegemonia da classe controladora destes instrumentos de aplicabilidade de poder deparar-se com inúmeras fissuras criadas pelas experiências das lutas e movimentos sociais”.

Muitas dessas fissuras são constituídas em referência daquilo que constitui a partir da esfera pública, ou seja, do que se reconhece que “a esfera pública é um fenômeno social tão elementar quanto ação, ator, associação, coletividade” (SILVA, 2014, p. 213). É principalmente a partir dessa constatação que se tem por expectativa contínua a ampliação da esfera pública, porque:

A ampliação da esfera pública, mediante a criação de espaços políticos de realização dos procedimentos argumentativos (comunicativos) de formação da opinião e da vontade que orientam as decisões políticas, possibilita obter a *institucionalização* da política deliberativa, conjugando a soberania popular – entendida como processo de autolegislação ou forma de autodeterminação política da comunidade – com a *institucionalização dos procedimentos de comunicação* da opinião pública e da formação da vontade política (SILVA, 2014, p. 221).

É a esfera pública que recebeu empoderamento e oportunidade para romper com culturas políticas históricas negativas ainda estabelecidas. Isso porque:

A instância geradora de poder legítimo é a esfera pública, a dimensão da sociedade na qual se dá o intercâmbio discursivo. Esse poder comunicativamente gerado tem primazia sobre o poder administrativamente gerado pelo Estado, não só normativamente, mas porque o segundo deriva do primeiro (HABERMAS, 2005, p. 45 *apud* SILVA, 2014, p. 221-222).

Por causa disso, é estabelecido o estímulo à valorização da esfera pública, o que só se concretiza com efetiva participação dos atores. Contudo, reconhece-se que

[...]a participação popular ainda tem pouco impacto diante das estratégias das elites, pois a forte concentração de renda sufoca os poderes governamentais locais, regionais e nacionais. Eles influenciam nas instituições participativas e afastam a força participante popular. Eles dominam os cargos diretivos dos Conselhos, controlam suas agendas e orientam a ação de representantes da sociedade civil, manipulando informações técnicas e jurídicas, quando não seduzem parte desses representantes mediante a oferta de vantagens ou compensações políticas. Afinal, o domínio oligárquico, o clientelismo, o mandonismo, o coronelismo, etc., ainda persistem nas diversas realidades do país (SILVA, 2014, p. 153).

Uma “nova” e “velha” realidade histórica da cultura política brasileira. No entanto, há diferenças muito significativas que permitem esperança. É para estimular a promoção dessa esperança que se estabelece a contínua busca de respostas para superar um estado de animosidade dos atores sociais.

Bauman (2000, p. 10-11) percebe um ciclo que envolve a vida das pessoas e que não permite a superação de condições indesejadas. Trata-se da dificuldade em relação à sociabilidade flutuante (sem vínculos, causas e caminhos duradouros no âmbito público), que se alimenta momentaneamente de oportunidades para extravasar e, posteriormente, afunda-se novamente numa realidade não transformada, um retorno ao ponto inicial. Assim, para Bauman, a forma de mudar a realidade depende de um espaço adequadamente configurado como “nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo”. É nesse “espaço em que as ideias podem nascer e tomar forma como “bem público”, “sociedade justa” ou “valores partilhados””.

O problema principal passa a ser: onde estão os espaços públicos? Pois, como visto anteriormente, eles possuem a forte tendência de serem subjugados pelo poder do capital e então revertidos em uma terceirização do poder público sem a devida participação da sociedade civil.

Há um incentivo necessário em termos políticos que precisa ser considerado para atender às expectativas da esperança descrita até o momento:

[...] Pensar a política atualmente já não significa limitar-se ao estudo do Estado ou dos partidos, como ainda acontecia no século XIX, mas repensar as necessidades do passado que levaram a constituir estas instituições. Os movimentos sociais e a política de base passariam a adquirir importância decisiva, como agentes políticos tão necessários como o próprio governo ou partidos. O que interessa mesmo é resguardar a atividade política, sem preconceito quanto a como, quanto e onde ela se apresenta (MAAR, 2013, p. 34-35).

Considera-se que:

Para exercer esta atividade política, a sociedade civil tem suas próprias instituições, onde procura desenvolver direções políticas para serem levadas ao Estado, a “instituição das instituições”. Os partidos políticos seriam a principal destas instituições, em que já se praticam todos os elementos da atividade política – inclusive as decisões por votação. Com exceção de uma: a coerção, “monopólio do Estado”, como queria Max Weber. O Estado é o único agente cuja violência é legal, amparada em lei (MAAR, 2013, p. 76).

O rompimento com o passado escravista e mandonista entre outros não pode se tornar uma realidade sem a consideração histórica desse espaço de oportunidade para efetivar as mudanças.

Politicamente considera-se os movimentos sociais e as iniciativas da sociedade civil uma grande oportunidade para constituição de um Estado Democrático onde os direitos possam ser constituídos. Assim sendo, as práticas que decorrem dos movimentos sociais e da sociedade civil, em toda sua diversidade, sem renderem-se ou subjugarem-se ao poder do capital, constituem a base da esperança que se tem.

A redemocratização do Brasil vista com base na nova Constituição promulgada em 1988 e com a proposta de modernização do país reconhecidamente transformou a nação na décima economia industrial do mundo, porém junto a isso, fez do país um dos mais desiguais do mundo. A principal crítica se estabelece no fato de que “o aumento da população urbana e a criação e expansão de uma administração pública racional não foram seguidos por um aumento proporcional dos serviços públicos” e a última problemática é reconhecida como decorrente do “baixo nível de organização da população do país e a fortíssima tradição clientelista” (AVRITZER, 2003, p. 570-571).

Constatações como essas avivam a importância das práticas socioculturais e políticas decorrentes dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Como forma de exemplificar, o debate da redemocratização brasileira reconhece

aspectos de continuidade e inovação no campo político, da manutenção e alimentação do clientelismo e ao mesmo tempo da superação desse quadro. Nesse último sentido, o recorte de experiência acerca do orçamento participativo (OP), como política participativa em nível local das cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte, mostram avanços significativos em termos de uma democracia participativa. Através das experiências se reconhece novos elementos culturais nas comunidades locais que promoveram movimentos comunitários além da recuperação da cidadania e sua incorporação constitucional pelas associações e atores das comunidades. Em síntese, um exemplo virtuoso das formas de soberania local, da superação de uma concepção elitista de democracia, de superação dos particularismos. Algo mais justo, mais informativo e mais participativo; uma confirmação de que as formas democráticas não são fixas, reconhecendo uma democracia incompleta com espaço para expansão por atores inovadores, que se apresentam com formas contra-hegemônicas de democracia (AVRITZER, 2003, p. 572-594).

A “tirania” histórica, a “servidão voluntária”, a “visão inerte de mundo” e todos os processos decorrentes possuem propostas no mínimo de delimitação, mas que não poderão se efetivar sem a participação efetiva dos atores sociais, conscientes de sua batalha histórica e afirmados nos valores éticos políticos da democracia e cidadania plena.

8 CAPÍTULO VIII – A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DE REPRESENTANTES PÚBLICOS E DA SOCIEDADE CIVIL EM PANAMBI - RS

8.1 Indicações sobre a apresentação dos dados de pesquisa

Os dados analisados a partir da pesquisa realizada estão dispostos a partir das categorias gerais: Representantes Públicos e Representantes Civis. Tendo em vista que o questionário foi elaborado para atender os objetivos da pesquisa dentro das categorias gerais, são considerados subcategorias os objetivos norteadores da pesquisa respondidos através do conjunto de questões do questionário.

Assim, os dados analisados das questões 1 a 4 respondem ao primeiro objetivo (identificar valores, a partir das práticas socioculturais na esfera pública, de representantes públicos e civis, que constituem, na contemporaneidade, uma ética política), sempre separando os questionários dos Representantes Públicos dos questionários dos Representantes Civis.

Os dados analisados das questões 5 a 7 respondem ao segundo objetivo (caracterizar a cultura ética política que se constitui nas práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil), de igual forma separando os questionários dos Representantes Públicos dos Representantes Civis.

Os dados analisados das questões 8 a 10 respondem ao terceiro objetivo (comparar práticas socioculturais, de representantes públicos e civis na contemporaneidade, em relação a uma ética política, identificando perspectivas de continuidade e/ou mudanças), de igual forma separando os questionários dos Representantes Públicos dos Representantes Civis.

Por fim, os dados analisados das questões 11 a 14 respondem ao quarto objetivo (reconhecer modelos de organização e orientação ética dos atores sociais envolvidos (representantes públicos e da sociedade civil) e os seus campos de ação (espaços institucionais), identificando “tipos ideais”), de igual forma separando os questionários dos Representantes Públicos dos Representantes Civis.

Uma última categoria geral apresentará a comparação das respostas entre representantes públicos e civis, recuperando o aporte teórico da pesquisa para responder à questão norteadora e seus respectivos questionamentos decorrentes.

Como padrão para o registro textual serão usados colchetes “[]” para substituir nomes

de pessoas, instituições, ações ou dados que poderiam revelar a identidade dos representantes entrevistados nas transcrições das entrevistas. O uso de parênteses “()” concentra falas do entrevistador. Também será usado a caracterização da fonte em **negrito** para eventuais destaques nos diálogos.

8.2 Representantes Públicos

As análises acerca dos representantes públicos têm por base a entrevista de 10 (dez) atores sociais, sendo 4 (quatro) mulheres e 6 (seis) homens. Das entrevistas registrou-se cerca de 07h15min (sete horas e quinze minutos) de áudio, que totalizaram 81 laudas em formato A4, espaçamento simples, com fonte Times New Roman de registro textual.

A média de idade geral dos representantes públicos é de 49,5 anos, sendo que a menor idade é 36 anos e a maior idade 78 anos. Há uma predominância de idade média maior para os homens. A soma de todas as idades representa uma experiência de vida de 508 anos.

Dentre os valores observados que sustentam as práticas dos representantes públicos, sem distinção acerca do reconhecimento de constituírem valores positivos ou negativos, destacam-se da forma como suas práticas são construídas: o valor da urgência e a repercussão processual para efetividade das ações; o diálogo mais aberto em setores com maior proximidade das pessoas e que permitem sua fala; o diálogo de direção única, em relação aos subordinados – predominantemente de cima para baixo; da acomodação pela dependência de governança superior; da lei que se articula entre omissão para atender demandas humanas e flexibilidade aos interesses do lucro; da representatividade de interesses e fala diante da “impossibilidade” dos proponentes originais; da fiscalização; da autonomia delimitada pela estrutura e seus códigos; por demanda de balcão; da deliberação autorizada da injustiça para justiça; da pró-atividade; do bem comum; dos poderes delegados; da realidade da extrema necessidade de suporte em relação aos problemas sociais e das extremas limitações econômicas que dependem de boa vontade de esferas políticas superiores.

8.2.1 Valores Éticos Políticos de Representantes Públicos

O objetivo da coleta dos dados era identificar como se configura uma ética política dos representantes públicos. Verificou-se certa predominância nos discursos que envolvem os valores da cidadania: em termos de participação, diálogo e formas de relacionamento e atendimento às pessoas; e a questão do poder: que se relaciona com lei, estrutura, capital,

justiça e corrupção. A compreensão desses valores é ampliada a partir de alguns enunciados dos representantes públicos.

A cidadania, em termos de configuração geral, apresenta-se com destaques bem variados. Aparece um incentivo à participação cidadã de forma bem limitada, apenas um dos entrevistados menciona a expectativa e o necessário incentivo para as pessoas participarem nas deliberações e espaços disponíveis na comunidade. Mas com muito mais força autoafirma-se a representatividade, pelo manifesto assumido de representante capaz, conforme se observa:

*“Então eu acho que esse sentimento de terra arrasada não contribui, o sentimento é de nós tentar, ... mesmo que seja de repente alguma coisa que você está sendo meio utópico, mas se você fizer **a tua lição em casa e procurar colaborar lá** no teu bairro, ou na tua igreja ou na tua associação de morador, vai refletir com certeza nas melhoras para o Estado né...” (RP-07).*

*“E o grande objetivo, o grande intuito, a grande função do [representante] é ajudar as pessoas menos favorecidas né... esse é o grande... que a pessoa, aquela **que não têm muitas vezes condições ah.. de se reportar a uma institu... a uma entidade, a uma [instituição], o [representante] fazer, ser o interlocutor, dessa... dessa pessoa, dessa família, dessa sociedade, ou enfim, desse bairro junto aos poderes constituídos né...” (RP-07).***

*“...e atender as pessoas, estando elas corretas ou erradas, porque muitas vezes as pessoas por falta de conhecimento inclusive das leis, elas... estão erradas, **o [representante] tem essa liderança para dizer o que está certo ou errado” (RP-05).***

Dentre outras características gerais, destacam-se: a valorização das demandas sociais, públicas, necessidades do outro, da superação do partidarismo, individualismo, envolvendo os direitos que são assegurados pela lei e pela correta postura da gestão/administração pública:

*“...uma pessoa realmente eu poderia citar assim como exemplo é [representante], que é uma pessoa muito sensível, muito **preocupada né... com a sociedade, com as demandas sociais.** Mas por outro lado é uma pessoa também **muito organizada para a questão da gestão do... do público né....** Porque hoje a gente vê assim... **quem trabalha no serviço público vê que tudo é muito difícil, pra tu conseguir recursos, pra tu conseguir pessoal, tudo é muito difícil. E a maioria das entidades públicas elas não se preparam pra gestionar isso, pra administrar isso. Tanto é que por exemplo a gente vê [instituições] em excelente situação e outras em péssima situação” (RP-01).***

*“o que que é ah.. atribuição da minha função né, enquanto profissional que tá aí pra **lutar pela garantia de direitos dos sujeitos na sociedade” (RP-02).***

“de ver a dificuldade do próximo, né... não olhar tanto pra mim, pra minha família, mas pra a situação daqueles que estão pior do que a gente” (RP-10).

“alguns anos atrás por ser muito partidário, a gente olhava muito as cores do partido, e hoje, em virtude do cenário atual eu digo assim ôh: o meu partido é [cidade]” (RP-07).

*“As pessoas têm hoje ah... procurado somente o seu **individualismo**, as suas necessidades, **satisfazer as suas necessidades** e não tem se preocupado tanto com suas... quanto... tanto quanto **trabalhar socialmente**, procurar **colaborar**, procurar contribuir. Eu procuro agir assim na minha vida através da **construção**,...” (RP-07).*

*“um homem que tem um senso de justiça e que tem uma capacidade de... até mesmo ah... absorver muitas situações que ocorreram há muitos anos, ele de pronto relembra, e **relembra do que é baseado em lei**, e eu **admiro muito isso aí porque é uma das pessoas que mais conhece administração pública**” (RP-05).*

*“era **retilíneo e uniforme** sabe... **conduta**...sabe... **retilíneo, uniforme**... risos... sério, **compenetrado** né, tal... então **esse é um dos que me inspira né**, entendeu, vamos tentar ser dentro do possível, embora eu acho ele até demais, acho que sou um pouco mais maleável ali né no troço... [...].. pelo **comportamento centrado**, pode dizer que sim né... **não só da conduta profissional, mas conduta de pessoa**, tu fica observando as pessoas e quem consegue fazer isso dizer... essa pessoal realmente, **pela calma, mansidão de como lidar com as coisas né, de como pensar**, as vezes **não precisa dar a resposta no mesmo momento**, esse é... então **tem algumas pessoas assim que inspiram a gente**” (RP-06).*

Ao considerar a cidadania a partir das formas de diálogos internos e externos, observou-se que, quanto menos burocrático e mais perto das pessoas as instituições e seus representantes se colocam, maior é a valorização do diálogo que reconhece as realidades e problemas sociais enfrentados – que se aproxima das pessoas. Todavia, predomina um distanciamento pelo ativismo, pela burocracia que distancia as pessoas, que coloca para além do balcão possibilidades de interação social que normalmente acontecem a partir de protocolos e outros papéis, conforme se observa inicialmente os diálogos institucionais internos:

*“...e nesse fluxo as pessoas **não se encontram** né,” (RP-04).*

*“... porque daí **a gente brigou pra ter o momento da gente ficar junto** e conseguir assim, **pensar um planejamento pro mês né**, todo mundo envolvido,” (RP-04).*

*“... assim há uma pressão da comunidade, ... que precisam ... as vezes **atrapalha** isso no trabalho deles, nas empresas, e ultimamente **até a própria representação das***

empresas, ... nos questiona muito disso... porque que tão, porque que tem... e esse ano a gente está tendo de dois em dois meses só esse dia ..., em função disso” (RP-04).

“... eu já tenho [mais de uma década] anos de [atividade representativa] e não vi a gente ser chamado para um debate, para um seminário... é.. um curso de atualização, existiu alguns, mas de... de novas técnicas ..., existe isso né... surgiu uma nova legislação, bem operacional se tem” (RP-06).

O diálogo externo:

“.... sempre tenho dito, tudo aquilo que eu apresento na [instituição] não é algo que eu inventei, é algo que eu escutei conversando com o cidadão mais humilde do bairro, escutando o empresário, é escutando o trabalhador, é dialogando” (RP-07).

“são de balcão, que a gente chama, que não são demandas do público”... “Também depende da pró-atividade da [instituição]. Mas é um percentual menor, via de regra [os atendimentos] nascem no balcão e ali são atendi... dado atendimento ao público” (RP-06).

“... são vários os caminhos para se fazer essa provocação né... um pedido, ... enfim... e a partir desta provocação é que vai atuar, né... então a gente vê as situações que se sobressaem né... a gente vê aquilo que se repete muito, em vários contextos..., em vários locais e daí... a partir daí é que se busca trabalhar de uma forma um pouco diferenciada para se obter resultado” (RP-01).

Quando se questiona o que determina as ações dos representantes, predominam as respostas sobre necessidades sociais, mas transparece o fato delas serem determinadas pelos próprios representantes também:

“ah.. essas ações, a forma como a gente trabalha muitas vezes né... pra mim depende da repercussão que a gente tem... daquilo na... no universo do nosso trabalho” (RP-01).

“Bom, nós fizemos este trabalho aqui em cima da necessidade” (RP-08).

“sempre as demandas provocadas e que precisa de assistência, e muitas vezes a pessoa não tem meios próprios, geralmente, 80% da população não tem meios próprios para suprir, então vem para o serviço público” (RP-10).

“As vezes até de minorias, as vezes a gente adota uma [ação] na [instituição] que serve a bem pouca gente, mas que é um segmento que tem necessidade e que precisa ser atendido” (RP-10).

“Aqueles necessidades que nós achamos que são mais urgentes, ah.. né...” (RP-03).

“ah... deixa eu ver aqui.... é... o que é mais importante... nessas ações... o mais importante é ter uma coordenação de trabalho para atingir os objetivos, aqui do planejado” (rp-09).

Além da categoria “cidadania”, observou-se, também, a categoria “poder” como valor ético dos representantes públicos. Nas primeiras observações, percebeu-se a relação que existe entre poder, lei, justiça e capital, em que, este último coloca-se como determinante. Também a justiça baseada apenas na legislação, se mostra limitada:

“Porque eles nos cobram e demoram eles perceber que isso volta em qualidade... porque a empresa quer ver o seu produto sendo fabricado e as suas pessoas ali né... é... na legislação, há uma parte que diz que as empresas, ... ela teria quase que obrigação de investir naquilo ...” (RP-04).

“os problemas que chegam até [instituição] eles são essencialmente [de caráter da instituição], eles não se resolvem apenas com a aplicação da lei, né... a lei nos dá os nortes” (RP-01).

“quando se precisa deste algo mais é que acaba tendo que buscar soluções diversas das que a gente está né... constitucionalmente ah... condicionado a fazer, Então nesses casos que... quando a gente vê que só dizer se aquilo está certo ou se está errado, se é legal e ilegal não resolve o problema, então a gente precisa buscar uma outra prática, uma outra ação né...” (RP-01).

“É a busca da justiça, né... ah... enfim é... tem muitos conceitos que estão envolvidos nisso né... as vezes precisa tratar sempre os desiguais de forma desigual né... tem pessoas pra quem você tem que oferecer maiores condições, ou tem que oferecer maiores recursos pra que, pra que ele possa exercer o seu direito né... e isso está dentro de um conceito de justiça né... que alguns são.. tem situações privilegiadas e isso precisa ser considerado né... e outros tem situações menos privilegiadas e por isso eles precisam ser mais considerados e mais protegidos Acho que essencialmente é a busca da justiça né... pra que ela possa ser distribuída né... a todos, conforme cada nível de necessidade e essa busca da paz (Acho que é difícil essa conceituação de justiça né... assim, ela é bem complexa...) é porque a just... ela não é uma coisa estanque, não dá pra dizer que todos precisam ser tratados da mesma forma, isso não é justiça né...” [...] “Então é lógico que você vai ter que dentro do processo dar mais recursos para aquele cidadão né... vai ter que considerar o que ele diz de uma forma mais relevante que a manifestação do poder público né... então, de certa forma ele é privilegiado no processo, em detrimento do poder público que tem a obrigação né... ” [...] Mas por que existe esta lei? Isso é injusto? Não é. Porque na verdade ao longo de toda a história sempre se viu uma situação de subveniência Então, pra mudar toda uma história da humanidade com relação a isso, nesse momento seria necessário que a lei protegesse em detrimento pra se começar a mudar uma... uma forma de pensar da sociedade, pra daqui de repente no futuro não seja mais necessário né... Mas hoje é” (RP-01).

Quando a categoria “poder” é observada em termos de estrutura institucional,

destacam-se processos formais, delimitados e tendenciosos de ação e utilização institucional:

*“**existe um formalismo** que o próprio código de processos penal, que é a lei maior, que coordena a conduta né... e as próprias normas **existe um engessamento** de condutas né... de regras e prazos e etc que eles tem que ser feito, todos os trabalhos da instituição **eles são formais, que é uma forma de controle e eles são remetidos ao poder...**” (RP-06).*

*“tem, na minha [instituição] por exemplo eu tenho as pessoas que são... é... **cada um tem a sua função** como diretores, né, responsáveis, chefes de equipe, e o momento em que a gente toma essa decis.. essa direção dessa forma de fazer as ações pra que atinja a todos né, a gente define as tarefas de cada um e delega poderes” (RP-03).*

*“Mas, tem sempre a competência do vício da iniciativa – o vício da iniciativa mesmo que queira fazer algumas mudanças, encontra-se novamente nas limitações pelo vício de iniciativa ... **não tem a posição pra mudar lá** (isso que você chama de vício de iniciativa significa que ... já vem... digamos assim com uma indicação de para onde ele tem que caminhar...) exatamente, e **tem a origem de onde sair e até onde vai, ...**” (RP-05).*

*“as pessoas vêm aqui já me contando que ah... é que eu não gosto dele... eu digo, pode parar, né... eu já vi no início que **ele quer usar a [instituição] para se vingar ou para ...**” (RP-06).*

Na análise da categoria “poder” e sua relação com a questão “recursos financeiros”, evidencia-se ser este o maior desafio/necessidade das instituições públicas e a dependência/liberdade para sua gestão, que poderão ser bem ou mal aplicados conforme cada representante:

*“... a motivação sempre é o bem-estar social da população. **Bem-estar econômico nós temos muito pouca influência, mas no bem-estar social sim, [instituição] tem uma influência grande, [instituição] tem uma influência considerável e aí que surgem todos os problemas que a gente tem né...**” (RP-10).*

*“...na verdade... a maior ou menor importância da demanda, e que **naturalmente bate sempre na questão financeira, né... tem que ter recursos financeiros...** [instituição] não pode, o [representante], o [representante] não pode simplesmente inventar ..., se não tiver isso **programado na lei** ..., né... **que prevê essas ações...** o orçamento é amplo, daí tem por exemplo, entende... daí tem por exemplo ... ações de ..., né.. **aí você pode encaixar um monte de coisa né...** mas sempre tem que ter... (prioridade), **sempre tem que ter amparo legal né...**” (RP-10).*

*“... porque hoje com a demanda que gente tem não dá mais para se dar ao luxo de **não administrar de forma correta o público**” (RP-01).*

Sobre a categoria “poder” em relação à “corrupção”, observou-se que há espaço no

meio público para tal e que em parte depende da responsabilidade do próprio representante a sua não efetividade, que apesar de os mecanismos existentes para inibir a corrupção, ainda as pessoas encontram caminhos para driblá-los; que os motivos para não ser corrupto nem sempre refletem a adequada razão e que a proximidade da realidade social é um elemento positivo no tratamento da corrupção:

*“...digo a **responsabilidade é minha** de [ação do representante] isso aí. Se eu quiser... não vou olhar esse [ação do representante] hoje, vou deixar assim, **eles iam me cobrar, mas eu podia fazer uma enrolação ali e tal e dizer que estou fazendo.... mas enfim, o empenho é dado pelo que tu tem, um senso de responsabilidade da... na sociedade né, para manter não só o bom nome da instituição, que pra mim não interessa muito, tenho meio como.... acho meio arrogante essa ideia de ah... vou manter o nome, como se fosse só pelo nome, na verdade tem que **prestar o trabalho pelo interesse público, pelo interesse social.**”*** (RP-06).

*“...se todo mundo seguisse a regra desse negócio da **corrupção** aí é importante, que até se você puder levantar essa em uma parte da tua pesquisa até para tornar público, ... que fazem por uma via aí... **a corrupção é porque eles não seguem as leis que qualquer [instituição] tenha.... Então são pessoas graduadas, técnicas né... concursadas que fazem este levantamento técnico das contas, tanto de [representante], tanto [instituição] ao final de cada ano Então é uma devassa, uma revisão total. Claro que alguns detalhes sordidamente ou maquiavelicamente os... alguns [representantes] e alguns [representantes] conseguem deturpar e fazer. Agora, se ele quiser seguir a lei como manda, que é muitas leis, ele acaba não tendo nenhuma provisão para fazer qualquer tipo de desonestidade e chegando a esse foco da corrupção.** (Mas em termos de valores agora assim, mais pessoais né... como é que estaria encarando esta representação, o que sustenta pessoalmente quando agora você é [representante], carrega uma responsabilidade, uma expectativa social) sim.. (e daí no momento de exercer essa sua representação que valores pessoais sustentam essas ações).. ah.. sem dúvida, os meus... posso falar dos meus... **o princípio da honestidade é o primeiro, sem sombra de dúvida nenhuma.** O princípio do bem da coletividade é outro, né.. tem que ser o bem para todos. E pra mim eu tenho uma visão aguçada social muito grande e o senso de justiça. **Esses são os esteios que me guiam e me sustentam na minha conduta como [representante]. Acho que se fosse seguir assim, acho que teríamos aí cidades, Estados e um País melhor. E... a gente ganha mensal né... que... que é muito bem pago no meu entendimento... e o [representante] tem que fazer jus a isso, pelo menos atender as pessoas a qualquer momento do dia, essa é a minha ótica né...**”* (RP-05).

*“...eu abri, porque o negócio era muito solto.. é... então os cara... também cuido da ... nesse controle [ação do representante] nós temos a [ação do representante] e tu lida com valores significativos. Então pra fazer um [ação do representante]... **tu gasta 25, 30 mil reais, numa [ação do representante] você pode gastar 50 mil brincando.** Então assim oh... a gente procura fazer.. é... **quanto mais transparente, melhor.** Algumas pessoas, elas não admitem... tu veja, num país que a gente está vivendo hoje, não.. mas o cara lida com tanto dinheiro, não é possível que ele não seja ganhando uma boladinha né... então volta e meia eu recebo denúncias frias*

que os caras fazem [instituição] pro controle interno e o controle interno... e nós respondemos com a maior transparência possível, (de denúncias frias... alguém vai lá e...) eles não admitem, como é que o cara não tá ganhando bola né... (ahã) na gíria, porque no Brasil isso na política é normal, só que, assim oh... eu sempre digo, eu tenho [família], eu vou ficar aqui, quero sair de cabeça erguida, chego de noite eu durmo, não tenho porque é... ah... entendeu? Eu não to aqui, não só pela questão financeira. Eu to aqui porque eu assumi um compromisso de tentar melhorar um pouco... (a sociedade), a questão social, até porque eu participo de algumas entidades [instituições sociais civis]... sou...[participação], então tu vai... (envolvimento social), sabe... então fica num... numa cidadezinha pequena como [cidade] tu sai com o nome de que desviou, que roubou, que não sei o quê... tem que te mudar de cidade. A não ser que tu não tenha envolvimento nenhum na sociedade. Mas quem tem envolvimento, tem que preservar esses valores (se não vai acabar comprometendo família... como mencionaste antes...) né... eu [família], tem [atuação em outros setores trabalhistas], não posso de maneira nenhuma, até porque eu aprendi isso de casa,..." (RP-08).

"...eu vejo assim que nada consegue sem ter se alicerçado em alguns conceitos, principalmente na vida pública, tu tem que ter alguns conceitos, porque você tá lidando com... com recursos e dinheiro que não são teus, né... são das pessoas, e as [ações] têm que ser direcionadas para essas pessoas e aí você tem que ter conceitos de aplicar bem, de fazer as coisas corretas, né, eu acho que esse é um princípio fundamental né..." (RP-09).

"Os valores humanos né.. os valores humanos de solidariedade né, de aproveitamento do poder público, que é um poder né... de ajudar as pessoas né... esse é o valor, eu acho que intrínseco né, o valor principal que move as ações sociais e de saúde da gestão pública né..." (RP-10).

8.2.2 A Cultura Ético-política dos Representantes Públicos

Com o intuito de manter o anonimato dos representantes, os tipos de práticas, os benefícios e os beneficiados serão agrupados de forma aleatória, sendo mencionado diretamente apenas aqueles que não indicam instituição ou representante.

O objetivo da coleta desses dados era identificar como se configura a cultura ética política nos representantes públicos. Diante das diversas práticas, verifica-se a predominância de uma cultura representativa, do socorro prestado. Apesar da abrangência de áreas de atendimento, percebe-se que ainda são insuficientes. A partir das necessidades reais das pessoas, configurou-se uma prática assistencialista que se mantém, sendo a proposta de superação desse assistencialismo, melhorias na gestão. De forma explícita e abrangente são apresentadas as populações mais carentes como alvo de benefícios, mas a resolução dos problemas sociais se definem pela prioridade de quem vai receber o benefício. Muito pouco se apresenta como proposição de rompimento do assistencialismo que em si mesmo, não atende

a todas as necessidades. A compreensão desses valores é ampliada a partir de alguns enunciados dos representantes públicos.

Tipos:

*“às vezes **uma ligação que eu faço** para [instituição pública] lá no setor [setor], numa questão da [área de necessidade das pessoas] que **resolve** porque ele muitas vezes, **ele se sente muito pequeno perante o poder público. Então ele quer que tenha um interlocutor**” (RP-07).*

Auxílio de melhorias em habitações, suporte e orientação familiar, família vítima de violência, apoio educacional, a questão da violência envolvendo crianças, adolescentes, mulheres e idosos, pleitear descontos em impostos, promoção e atendimento para saúde, assistência social, promoção cultural, transporte, segurança, orientação sobre leis e serviços públicos disponíveis aos cidadãos, prevenção, alimentação, melhorias de infraestruturas, tratamento e combate a questões relacionadas com a utilização de drogas, fiscalização de ações, representatividade política foram as principais categorias evidenciadas nas reivindicações assistencialistas que são dirigidas aos representantes públicos (RP-01, RP-02, RP-03, RP-04, RP-05, RP-06, RP-07, RP-08, RP-09 e RP-10).

Benefícios:

“e a gente tem que ter a humildade de saber reconhecer que talvez nós poderíamos dar mais de nós mesmos em prol da população, porque ah... hoje [cidade] tem uma população em torno de quarenta e dois mil (42.000) habitantes e a gente não consegue chegar em todos os bairros, todas as ruas e todas as pessoas” (RP-05).

“Nós estamos vivendo uma era em [cidade] do assistencialismo, aonde foi... ah... por algumas lideranças políticas, ah.. foi... ah... foi amadurecido, foi criado um sistema muito perigoso pra cidade, pro futuro da cidade, pro futuro da comunidade que é o assistencialismo. Que é onde o poder público através da figura central do [representante] de: eu do, eu autorizo, eu determino a fazer as coisas” (RP-07).

Proteção contra violência, bem comum (geral), educação, saúde, defesa de direitos em lei, diálogo entre poderes, legislação, conhecimento de serviços públicos ao cidadão, tranquilidade social, cultivo das tradições gaúchas, desconto em impostos, proteção e gerenciamento de bens e recursos públicos, teatro, música, adequado uso de recursos públicos (RP-01, RP-02, RP-03, RP-04, RP-05, RP-06, RP-07, RP-08, RP-09 e RP-10).

Beneficiados:

“Olha... eu sempre procuro que sejam as pessoas mais humildes né... as mais insuficientes né...” (RP-01).

*“você trabalhar para as pessoas **menos favorecidas**” (RP-07)”.*

*“É difícil pra uma pessoa sair daqui **sem um atendimento**... é difícil” (RP-08).*

*“dentro dessa filosofia eu vejo que o [cidade] **não tem recursos, não tem capacidade de investimento pra atender a todos, né.. mas você tem que eleger prioridades, né... e essas prioridades é naquelas camadas de pessoas que tem menos condições e maior necessidade, esse é o princípio**” (RP-09).*

*“ porque **faltam recursos pra atender a todos**. Até porque esse é um público crescente. Como [cidade] é uma cidade que.. sempre historicamente ofereceu muitos empregos, muitas famílias vieram pra [cidade] **com a ilusão de que procurar emprego é fácil, e não é**. O emprego é fácil **pra quem tem...é... tem condições**, que tem preparo, pros técnicos, né.. pra esses tem emprego, sempre teve. Agora sim, nós estamos num momento de recessão né, mas pra esses sempre conseguiram emprego né. Agora **a família daquele cidadão que muitas vezes não tem nem o primeiro grau completo, que não sabe fazer nada da vida a não ser algum biscate, né... esse ele é crescente essa população, né... e nós não temos meios financeiros pra atender a todos**. Mas estamos atendendo uma parcela moderada, tanto que **aqui em [cidade] não tem favela né... [cidade] acho que é uma das poucas cidades da região que não tem favela (um diferencial), é...**” (RP-10)*

Famílias, mulher, crianças, adolescentes, jovens, idosos, educadores e educandos, a sociedade como um todo, esportistas, indivíduo (caso particular) por intervenção de representante público, proprietários de bens imóveis, enfermos, população em situação de risco social, pessoas de áreas específicas de acordo com legislação específica, (RP-01, RP-02, RP-03, RP-04, RP-05, RP-06, RP-07, RP-08, RP-09 e RP-10).

8.2.3 Comparação das Práticas Socioculturais de Representantes Públicos e Civis na Contemporaneidade em Relação a uma Ética Política e suas Perspectivas de Continuidade e/ou Mudanças: descrição dos representantes públicos

O objetivo da coleta destes dados era verificar e posteriormente comparar práticas socioculturais de representantes públicos e civis na contemporaneidade, em relação a uma ética política, identificando perspectivas de continuidade e/ou mudanças.

Representação ética política:

- com ampliação por parte de terceiros subordinados;

- subordinada e condicionada por esfera superior para atuação;
- dependente de política pública para ampliação;
- focada nas necessidades e não em mudança política;
- com sensibilidade às mudanças sociais e necessidades específicas;
- com superação do partidarismo para o bem comum;
- com foco na agilidade burocrática;
- como reforço do poder da representatividade, assumindo de forma terceirizada a comunicação de necessidades;
- com foco continuado na transferência de competência entre as esferas municipais, estaduais ou federal;
- com dependência financeira de instituições da sociedade civil para efetividade das ações;
- com ênfase nas reuniões descentralizadas, mas para reforçar a concretude do diálogo representativo;
- com ênfase no controle e gerenciamento, estatística.

Mudança/Continuidade nas práticas:

“o que a gente inovou aqui foi também essa conversa” (RP-01).

“Existem projetos, profissionais que já trabalham com isso, tem o desejo, colocam a necessidade de ter um grupo pensando e trabalhando com isso, mas... né... é uma política pública que ainda não se avançou aqui no município nesse sentido” (RP-02).

“pra poder atender aquelas necessidades” (RP-03)

“mas a gente quer fazer diferente cada vez, até pra atender um público que está cada vez mais diferente né...” (RP-04).

“o município de [cidade] deve estar acima das diferenças políticos partidárias que temos no município, como todos os municípios têm. Então, o bem comum do município deve estar acima de tudo,” (RP-05).

“na agilização dos trabalhos, ... os projetos... talvez eles tenha agora tempo recorde de aprovação. Pra que? Pra não atravancar de forma alguma o andamento da coisa pública no município e principalmente o progresso e o avanço do município.” (RP-05).

“este ano nós estamos colocando como divisor de águas aqui é a ligação, um elo de ligação das pessoas para com [instituição pública] e ... passa na íntegra o tempo mais rápido possível dos problemas e dos anseios que a comunidade tem [para outra instituição pública]” (RP-05)

“Muitos anseios que a comunidade têm não são de competência do [representante público], do município. Muitas vezes são de competência do Estado ou propriamente da União, na sua grande maioria da União, do Governo Federal” (RP-05).

“a gente estabeleceu um novo método ... é a comunidade que me dá dinheiro... Coisa que eu não vi assim né... mas a comunidade permitiu me dando a verba financeira para fazer isso né... a [instituição pública] aceitou me dar os funcionários e a partir dessas... desses levantamentos e verificações, a gente consegue fazer ... Isso é uma prática inovadora, no caso de [práticas da instituição] né... e... mas dá um resultado social muito grande né... e ... nasceu... a ideia aqui da [instituição pública], conversando aqui né... e aí... depois expusemos pra... [instituição civil] no caso né... que é quem... daí eles levam para os [representados da instituição civil] e nos... sempre nos dão o aporte financeiro necessário para uma [prática] como essa né... precisa de [recursos], precisa botar gente” (RP-06).

“promovi reuniões descentralizadas, aonde nós fizemos uma reunião” (RP-07).

“não havia o controle, o gerenciamento” (RP-08).

8.2.4 Modelos de Organização e Orientação Ética dos Representantes Públicos e os seus Campos de Ação: os “Tipos Ideais”

O objetivo da coleta destes dados era reconhecer modelos de organização e orientação ética dos atores sociais envolvidos (representantes públicos e da sociedade civil) e os seus campos de ação (espaços institucionais), identificando “tipos ideais”.

A noção de “tipos ideais” é um conceito e instrumento metodológico de análise weberiano, que tem por objetivo reunir traços e características de determinado fenômeno (WEBER, 2006). Com esta referência teórica, os tipos aqui referenciados são constituídos a partir dos dados coletados acerca dos representantes, sem necessariamente haver identificação com as categorias tradicionais dos tipos weberianos.

Nos diversos apontamentos até o momento realizados, já está referenciada uma diversidade de “tipos ideais”, todavia, aqui são formalmente apresentados. Esses “tipos ideais” serão apresentados dentro das categorias gerais Representantes Públicos e Representantes Cíveis ou da sociedade civil a partir de suas formas de organização e orientação ética política, nos seus campos de ação.

Em termos de modelo, ele está definido pela representação pública, por isso “Público”. A partir desse modelo, considera-se a orientação ética política predominante e o campo de ação do ator social para constituição do “tipo ideal”.

Por questão de proteção de identidade dos entrevistados, não serão referenciadas, mesmo que só por codinome, a autoria das falas, tendo em vista apresentação de textos

anteriores que poderiam vir a ser relacionados e então revelar suas identidades.

Tipos ideais:

Burocrático-legislativo. Sua constituição ética está determinada pelo elemento justiça e seu campo de ação é restrito em termos de relações sociais, ficando envolvido principalmente com processos burocráticos, uma estrutura defasada que não acompanha as demandas sociais. Possui iniciativas de aproximação social promovidas pela própria instituição que serve, todavia, ainda muito limitadas. Reconhece algumas lutas sociais, dificuldades da estrutura pública, mas não atua especialmente para mudança dessas estruturas atuando conformado a elas.

“É assim hoje... né... se a gente pensar [a instituição tem] um problema, que a gente tem muito grande é a questão do volume de trabalho. Então as práticas que [a instituição] realiza e busca incentivar, visam sempre atacar esse volume [...] Então... acaba que tudo cai aqui” (RP)

Tradutor “sociojustificador”. Sua constituição ética está determinada pela profissionalização com foco social. Por sua proximidade com as pessoas, precisa sempre ficar tentando traduzir para os outros representantes as realidades do humano. Sofre com as relações e processos da burocracia que o leva muitas vezes, a subjugar-se ao clientelismo para atender àquilo que se apresenta diante de seus olhos e que é a real aflição humana. Sente-se fora de contexto e vive em estado de luta para constituir espaços e direitos que fundamentam a efetividade de sua atuação. De certa forma, a inserção desse profissional na esfera da representatividade pública visa a suprir a falta de contato e a tradução da realidade social que impera para os outros representantes públicos. Em alguns momentos, serve para justificar o discurso de atuação social efetiva por parte de outros representantes públicos.

“ [a realidade desta atuação] eu vejo que... né.. no município de [cidade] uma caminhada já vem sendo construída. Eu trabalho aqui em [cidade] fazem já [mais de uma década] anos. Então, desde... a [o tempo] anos atrás quando assumi a função de [representante público desta área] até hoje teve vários avanços... né... eu comecei a trabalhar numa salinha que mal cabia duas mesas que era a minha e da minha colega, e era [nosso setor]... né...” (RP).

Racional desenvolvimentista. Sua orientação ética está determinada pelo resultado, por isso se preocupa em compreender a realidade e racionaliza os processos de ordenamento

indicados para o desenvolvimento. É dinâmico, consegue concretizar e realizar suas ações com certo destaque, porque consegue encontrar caminhos dentro da estrutura pública para isso. Todavia, atua pouco nas mudanças políticas necessárias, pois seu maior objetivo é a efetividade de suas ações e os processos gerenciais.

“ Mas... eu sempre procuro me embasar naquilo que eu tenho como um valor correto, aquilo que eu acho que é bom pra mim, eu acho que vai ser bom pros outros também. [...] Não quer dizer que a gente não vá atender a essas questões, mas cada realidade a gente tem que estar bem ciente do que nós somos capazes e do que nós podemos fazer, né” (RP).

Familiar Afetivo. Sua orientação ética está estabelecida pela dignidade humana, trabalha sempre de uma perspectiva de acolhimento, cuidado e formação. Por sua constituição, é tolerante e tenta resolver as coisas sempre pelo equilíbrio de maneira a evitar confrontos ou produzir o equilíbrio nas relações sociais. Em sua ação luta conscientemente por direitos humanos, todavia, sua resistência é limitada tendo em vista conflitos que se perpetuam, o que o faz recuar com certa regularidade.

*“eu sei que **cada um** traz a sua história dentro de si né... lidar com **o ser humano** nesse sentido ... a gente tem que ter um jogo de cintura muito grande pra poder **equilibrar a coisa** ... a gente tem que estar no meio né, fazendo o jogo, **ser maleável** com as coisas... **Uma pessoa te pede desculpa, eu pra mim me desmorona, eu, tranquilo abraço, está bem** ... então é uma luta que a gente tem como ser humano pra melhorar naquilo que a gente se propõe a fazer, sempre né...” (RP).*

Jeitinho-Sedução. Com predominância negativa, sua orientação ética está baseada no jogo das articulações e relações políticas, de forma a usar recursos e relações em seu proveito. Com foco no tirar algum tipo de proveito, especializa-se no “jeitinho”, nas representações necessárias, na comunicação persuasiva e nas tentativas de se beneficiar sem ser reconhecido por tal proposta. Para isso, precisa de certo domínio da legislação, não necessariamente para cumpri-la, mas para manutenção de uma fachada, ou ainda, para ver suas delimitações e brechas que permitem não o condenar em sua subconduta. Tendo em vista manter relações de poder que contribuam a seus propósitos, articula-se bem em todo aparato estrutural político (ideologia, partido, relações políticas, favores, estratégias, etc.), constituindo-se, sordidamente, em um contraprojeto para toda e qualquer proposta de efetivação da democracia e cidadania.

“a gente tem visto aí, não só no Brasil, mas no Estado, principalmente aqui, que as vezes as pessoas não tem totais condições de exercerem um cargo, e... isso é uma bola de neve, depois poderá vir a acontecer erros. E... eu não julgo que hoje seja fácil se corromper, eu acho que é uma missão pelas leis, se você... claro, tiver a má fé... você vai... acredito que vai... eu não sei como é que faz isso, mas acredito que vai e execute ela de um “jeitinho brasileiro” de uma forma de se fazer...” (RP).

Pragmático-atropelado-em-busca-de-socorro. Sua orientação ética está estabelecida pela ampla compreensão das necessidades para efetivar a justiça e o bem comum. Todavia, os processos internos institucionais que geram pressão e a pressão externa incessante com responsabilidade centralizada, estabelecem a então necessária rotina pragmática, que se constitui em um ciclo desgastante de suas ações que não alcançam pleno resultado, pois são apenas parte de um processo ao qual tem limites de atuação e interação. Vê-se aliviado em ambientes que reconfiguram seu contexto de vida, o qual na rotina beira uma neurose contínua. Assim, suas forças são exauridas ao extremo no seu dia-a-dia e o pouco tempo que lhe sobra, é para recuperar o fôlego e o equilíbrio. Com essa rotina, está sempre sendo tentado a se render ao “jeitinho brasileiro” positivo, através do qual, encontra fuga para alívio – sem esquecer, que “jeitinho demais vira corrupção”.

“... se a gente tivesse mais tempo pra fazer as coisas, A gente muitas vezes é atropelado pelos prazos, pelas [situações], pelas pessoas esperando e tudo quer atender, tu não consegue se dedicar [...] e tu não consegue então... na verdade seria ah... uma amplitude até mesmo de estrutura, de outras pessoas que te ajudassem a fazer aquilo. [...] a justiça falha sim... isso não é justiça agora [...] sabe... cansei... tem coisas que eu não consigo interferir, a lei... né... [...] mas não há um controle, a não ser estatístico, de sistema, ah.. tá demorando, porque tu demorou. Mas não existe assim um apoio [...] é... aqui na [instituição pública] que é uma coisa estressantíssima, muito estressante sabe... [...] é muita demanda de trabalho e pouca estrutura, então tu acaba tendo que fazer aquilo lá porque ninguém vai fazer, e tu acaba... né.... mais ou menos isso....” (RP).

Bipolar: legado histórico participativo comum X upgrade sociopolítico. Sua orientação ética tem por base a tradição política, afirmada pela participação intensa, partidária, da construção política com estímulo à participação subjugada pela crença em uma representatividade digna. Movimenta-se pela recorrente busca histórica de experiências, princípios e valores, os quais normalmente entram em conflito com as propostas atuais da sociedade, onde seu lema “unidos e dedicados venceremos” não se estabelece, pelo menos não da maneira como espera. Vive constantemente a polaridade baseada em desânimo

(necessário *upgrade* dos novos valores e realidades) e expectativa (a possibilidade de concretização de um valor ou realidade do legado). Ansiedade e confusão perpassam sua rotina, com valores históricos tradicionais sendo colocados à prova a todo instante por valores contemporâneos. É um ator social que sofre por sua dedicação não reconhecida, pela não conformidade da realidade ética política em relação ao seu legado ético-político. Possui algumas possíveis tendências por envolver sua história: pela persistência concretizar seu legado talvez não na mesma esfera de suas expectativas; afastar-se radicalmente das práticas sociais passando a incrementar o grupo dos frustrados; ou ocupar o grupo dos “corrompidos” em seu próprio legado, que se rendem àquilo que está posto tendo em vista efetivar sua história e sua dedicação.

*“... tá muito difícil de você conseguir organizar forças, né... [...] daí a pessoa começava.. quando tu olhava, tava só nós mesmos, falando pra nós mesmos. Porquê? Por que tava começando a novela da [rede televisiva] né [...] a [instituição civil] está precisando de ajuda... ah eu não participo e tal... não participo de nada, **não ajudo nada, não participo de nem uma entidade, não auxilio nem uma entidade, poderia estar contribuindo com seu conhecimento, as vezes têm pessoas aposentadas, já que tiveram sucesso profissional que poderiam estar contribuindo com uma outra entidade... então essa dificuldade de organização para você conseguir colocar tuas práticas [...] então como é que eu vou conseguir organizar alguém que consiga tentar praticar comigo algumas ações boas, se a pessoa não tem o mesmo objetivo na sua vida, nós não temos objetivos em comum, né [...] Então, esse preparo, isso me frustrou muito. E eu tive que buscar [orientação] pra entender assim... e que que eu to aprendendo com isso, que eu to procurando fazer a minha parte bem-feita. [...] Procurando com ... né... praticar ah... a [prática social] da forma... colocar em prática a [ação] de forma correta. Agora é evidente que me frustra [...] ... fui buscar [orientação] pra procurar entender que uma pessoa é diferente da outra” (RP).***

Tendo em vista a possibilidade ampla de constituição de “tipos ideais” e que a proposta está baseada no reconhecimento ou diferenciação dos representantes públicos e civis a partir de suas práticas e constituição ético-política, entendeu-se serem suficientes estas descrições para o paralelo proposto.

8.3 Representantes Civis

As análises acerca dos representantes Civis tem por base a entrevista de 10 (dez) atores sociais, sendo 4 (quatro) mulheres e 6 (seis) homens. Dessas entrevistas registrou-se cerca de 6:20 (seis horas e vinte minutos) de áudio que totalizaram 65 laudas em formato A4,

espaçamento simples, de registro textual.

A média de idade geral dos representantes civis é de 54,8 anos, sendo que a menor idade é 38 anos e a maior idade 79 anos. Há uma predominância de idade média maior para as mulheres. A soma de todas as idades representa uma experiência de vida de 548 anos.

8.3.1 Valores Ético Políticos de Representantes Civis

O objetivo da coleta destes dados era identificar como se configura uma ética política nos representantes civis. Verificou-se certa predominância nos discursos que envolvem os valores da cidadania: a vontade de participar, o voluntariado, a representatividade, o enfrentamento, dos interesses mais particularizados por associações de classe, da importância da organização, das lutas de conteúdos repetidos, do diálogo amplo, do suprir temporariamente responsabilidades públicas, da luta pelos direitos humanos e promoção da sensibilização participativa; e a questão do poder: da força da lei, da oportunidade de legislar, dos limites do poder público e dependência da sociedade civil, da possibilidade de abrangência de atuação para as esferas estaduais e federais, da corrupção presente na cultura brasileira, do “jeitinho brasileiro” positivo e negativamente falando, das iniciativas de fiscalização dos recursos disponibilizados por órgãos superiores, do valor da credibilidade para apoio financeiro, do estabelecimento de uma servidão da sociedade civil ao poder público, da corrupção da própria representação indiferente, da corrupção dos atores civis. A compreensão desses valores é ampliada a partir de alguns enunciados dos representantes civis.

A cidadania possui uma base diferenciada, principalmente por depender da vontade do ator político, da voluntariedade, da responsabilidade quando representativa e da força e disposição para enfrentar os desafios:

*“eu tenho por mim assim, vontade, **vontade por mim de ajudar, de participar**” (RC-09).*

*“... e a diretoria é toda constituída por **voluntários** né.. ninguém recebe nada para fazer esse trabalho [...] E as pessoas que auxiliam nas promoções e busca angariar fundos, também é **todo um trabalho voluntário**” (RC-01).*

*“o [instituição] é uma representação da sociedade, né.... então nenhum de nós ganha salário para isso. É um trabalho voluntário que **nós estamos fazendo, mas absolutamente ciente que tem que ser assim...**” (RC-04).*

*“**exige do voluntário essa disposição de enfrentamento eventualmente**” (RC-10).*

Existe uma cidadania mais frágil ou vulnerável nos representantes determinados por segmentos específicos da sociedade, onde se observa um interesse mais particularizado de determinada classe, que passa a contemplar apenas associados em suas iniciativas, todavia, conservam exemplos de organização e maior força para as lutas, o que conseqüentemente evidencia maior alcance na efetivação de direitos:

“Ah, isso a gente vê se é viável aqui pra nós... a gente participa... do [instituição pública] a gente procura sempre né, dá um força quando é alguma programação do...” (RC-02).

“Bom, a base da nossa instituição, ela, ela existe hoje pra... pra suprir as necessidades do nosso associado. Pra isso que ela foi criada, pra isso que ela existe e é mantida nos dias de hoje, e... as práticas do dia a dia é... é... rapidamente fazer com que essas demandas que os associados tenham durante o andar do dia a dia ou mensal, que venham surgindo essas demandas, elas automaticamente através da entidade, acabam sendo supridas, né...” (RC-06).

“Nós temos uma noção exata, a partir do momento que ele entra aqui nós temos uma noção exata de como foi o caminhar dessa pessoa...[...] ... nós fomos vendo que o que nós poderíamos fazer para a nossa comunidade [...] Então é um trabalho que nos gratifica [...] que de repente o sistema [Programa do Governo Federal] não tem, e ele precisa, ele precisa já hoje ... então, ele vem até aqui ele tem esse atendimento, ele tem essa ajuda né... (RC-03).

“Através de um histórico, de um passado de... de anos já de lutas assim, a gente fica sempre constantemente realizando aquilo que já foi questionado, avaliado, mesmo transcrito e muita coisa na verdade não se resolve, então se retoma aqueles pontos que aqueles membros no ano consideram mais importante, claro que sempre existem aqueles assuntos oportunos ou assuntos do momento” (RC-09).

“Então uma entidade que não tem um [representante] remunerado, não tem... e você ter tanta dedicação durante anos, são pessoas que realmente tem compromisso com a sociedade. Tem compromisso com a entidade e trabalharam porque gostam e se dedicam” (RC-06).

A cidadania dos representantes civis possui, em termos de exercício do diálogo, uma prática mais disposta a ouvir, mais aberta:

“eu particularmente defendo que quanto mais opinião melhor, né...” (RC-08).

“é... na verdade cada um dos representantes tem a liberdade de trazer o assunto né... é lógico que não... que [nº de membros] pessoas trazendo assuntos ia se tornar bastante comprido, mas na verdade assim, tem pessoas mais participativas que sempre trazem os assuntos e os outros vão ponderando, concordando ou discordando” [...] então tem muita coisa assim que precisa ser filtrada, que as

*vezes um membro traz que se percebe que é um.. um **foco muito particular**, muito isolado pra resolver assim, um problema que não é um problema de.. **de abrangência da comunidade né...** (RC-09).*

Também caracteriza a cidadania dos representantes civis, a ação que substitui temporariamente aquilo que seria de responsabilidade pública, a luta pelos direitos humanos e o despertar participativo dos cidadãos para exercício de sua cidadania.

*“E aí então a [instituição] **substituiu isso até que** a [iniciativa pública] conseguisse organizar a questão da [ação de sua responsabilidade pública]” (RC-01).*

*“em primeiro lugar o respeito, o **respeito ao ser humano**, o respeito... **os direitos que todo ser humano tem** [...] Então, os valores... basicamente a partir dos diretos” (RC-04).*

*“**O que nós queremos alcançar é a sensibilização, que seria o indivíduo se conscientizar do problema, eu vou arregaçar as mangas, eu vou fazer alguma coisa. Esse é o nosso desiderato principal nas atividades que a gente realiza**” (RC-10).*

Através da categoria poder, verificou-se a importância que possui a luta para construção de políticas públicas, tendo em vista, a dependência que existe da lei para se ter acesso aos direitos. Verificou-se a existência ainda de pequena desses espaços oportunos para essas iniciativas, mas que quando bem aproveitados, trazem contribuições sociais muito mais significativas e mais próximas das reais necessidades da população:

*“mas isso é uma orientação **da legislação, da [lei]** que orient... que... que recomenda que os municípios tenham seu sistema. Ele é criado por lei.. né... então **tem uma legislação,**” (RC-04)*

*“E o [instituição] ele... ele **legisla de certa forma, sobre o sistema, né...** os integrantes do sistema. Então..., esse então é o nosso compromisso, e é um compromisso bastante grande né... nós tivemos muito, muito, muito trabalho, [...] **Se nós não fizessemos essas [ações da instituição], nós teríamos que seguir as [orientações normativas]... ah.. do ministério... do [Órgão Federal], todinho [...]** Que compromisso né... mas no fundo a gente tem alegria de fazer isso,” (RC-04).*

Verificou-se também certa limitação do poder público e certa dependência da sociedade civil, podendo isso ser mal administrado de forma que os espaços da sociedade civil se tornem uma extensão dos interesses dos representantes públicos, descaracterizando a sociedade civil em suas instituições. Além disso, percebeu-se que o capital continua a ser fator determinante de força, ou seja, as instituições civis mais eficazes e abrangentes possuem

internamente maior poder político e financeiro.

*“...aprovada, porque o [normativo público] que é hoje o que regulamenta todo, toda a questão [setor] né... então... não tá dentro das regras, perfeito, então o que que faz... ah a princípio, como eles não tem o po..., digamos, vamos dizer assim, **mas eles [instituição pública] não tem o poder da liberação se não tiver dentro do que, do que a lei permite, eles mandam então pra, pro [instituição civil] fazer análise do problema e ver o que vai ser feito, né...**” (RC-05).*

*“a nossa entidade hoje, com representações em várias entidades **nacionais, federais, estaduais**, onde a gente leva os pleitos da.. do nosso município pra frente. Nós temos uma visibilidade hoje a nível estadual e a nível federal. Então... nós graças a Deus conseguimos repercutir e até mesmo dar opiniões em criação de legislações tanto estadual como federal. Então pra isso você precisa ter esse comprometimento pra poder aliar além dos associados, pessoas que estão ligadas, do meio político, do meio social, do meio industrial das outras associações, é... dos outros sindicatos, [...] **Tudo isso precisa formar uma engrenagem e precisa funcionar e a entidade tem que ser ética nesse momento e fazer com que isso aconteça e não... não seja minada por valores que não tenha utilidade nenhuma nesse momento, é... porque o grande problema de uma entidade é quando acontece é... a proliferação de valores sem utilidades, esse é o grande desafio**” (RC-06).*

A questão do poder e da corrupção no contexto das representações civis se apresenta por aquilo que já foi referenciado acerca do “jeitinho brasileiro” tanto positivamente, quanto negativamente. Há mecanismos de controle, especialmente financeiro, mas eles não conseguem por si só garantirem que a corrupção seja efetivada. Todavia, as instituições ganham força, apoio e credibilidade por sua transparência.

*“... **isso acontece no Brasil todo né...** então na hora de regularizar ele vai ver esse problema. E daí... na hora de regularizar..., **ah... teoricamente, deveria se mandar [parar com o que estava fazendo]...** oh... você tá errado, [para] e faz como tem que ser feito... ah... mas agora já tá... não... né.... **mas aqui no Brasil isso infelizmente não acontece né....** então a gente acaba tendo que ah... digamos assim, porque amanhã ou depois” (RC-05).*

*“ata, depois tudo tem que ser apresentado junto nesse trabalho de governança com o governo do Estado **pra eles também verem que o dinheiro foi bem aplicado e tudo mais né...**” (RC-08).*

*“a gente tem muita ajuda, se nós não tivéssemos toda essa receptividade, essa **credibilidade** que nós temos com nosso povo de [cidade], nós não poderíamos levar da maneira como nós estamos levando o nosso trabalho de voluntário aqui...” (RC-03).*

Também nas representações da sociedade civil, vê-se a articulação das leis, a

subjugação dos espaços ao poder público, normalmente quando ocupado por representações sem a devida consciência de sua responsabilidade política, que tentam também de alguma forma tirar algum proveito:

*“O mais importante é seguir a regra, certo... só que por um lado tu tem que ter um bom senso também... né... só que o bom senso não tá previsto em lei né... [...] tem coisa que acontece assim por exemplo... o [instituição civil] foi lá e disse não... isso aqui não pode ser feito assim.. né... ah.. daí pode acontece do [representante da instituição pública] dizer assim.. não, pera aí... ele pode querer daqui a pouco **usar o bom senso** e dizer assim.. não... eu assumo o risco disso aqui e o cara pode pegar e fazer... **ele tem esse poder...** né... embora a gente hoje, ah... esteja até tentando se resguardar um pouco disso e dizendo pra ele assim... não, então tudo bem... o [representante público] tá dizendo que pode, então... [representante público] **faz um documento e nos manda dizendo porque [representante público] diz que pode... porque amanhã ou depois [a instituição civil] diz que não e outro diz que sim... aí vira a casa da mãe Joana, cada um faz como quer né...** (Mas aí [instituição civil] estaria num sistema de assessoria [à instituição pública]?) Isso... é um sistema de assessoria... daria pra dizer de assessoria né...” (RC-05).*

*“eu já aceitei esse cargo como uma forma diferente assim de... né... **porque nós não temos assim tipo...** eu não faço parte... **eu sou mais a parte** [...] né... a minha [empreendimento próprio] trabalha mais com a parte [setor], então **eu não tenho benefício nenhum com relação a...** né... se o cara vai dar certo ou não, entendeu... **pra mim não muda nada**, não tenho... é... não sou bitolado nesse sentido... então... eu sou bem pontual... ou a gente faz de acordo como tem que ser ou não... né...” (RC-05).*

*“porque tinha [representante civil]...uma diretoria... diretoria nem tinha, **era uma pessoa só..** ah... quase [décadas] ali. (Ah.. uma mesma pessoa quase [tempo] anos?) é.. e daí tava ali... na verdade peguemo daí, o [representante público] **chamou nós, fez uma reunião, oh.. tá na hora de mudar, tá assim e assim..** não, vamos montar uma diretoria, como aconteceu.... (então a iniciativa foi por causa do [representante público] mesmo?), é... e... aconteceu... até pegamos com dívida, bastante dívida (ah.. tava tudo endividado?) é... sem diretoria, era só uma pessoa que cuidava, inclusive ... embrabeceu (ficou brava), **não queria nem entregar, acho que gerava lucro...** então foi... deu uma polêmica grande (era só a pessoa?) só ela.. (não tinha diretoria, nada?) nada...” (RC-07).*

8.3.2 A Cultura Ético Política dos Representantes Civis

Tendo em vista manter o anonimato dos representantes, os tipos de práticas, benefícios e os beneficiados serão agrupados de forma aleatória, sendo mencionados diretamente apenas aqueles que não indicam instituição ou representante.

O objetivo da coleta destes dados era identificar como se configura a cultura ética

política nos representantes civis. A cultura política da sociedade civil conclama à participação, com base predominante no voluntariado, a atuar em rede, com interconexões mais amplas, com diferenças em seu poderio de ação determinadas por organização, economia e competência de seus atores. Com foco predominante nas populações com maiores necessidades, atuando mais efetivamente na conscientização para resolução dos problemas, é demarcada por contextos de luta, questionando a democracia de cima para baixo, mobilizando-se antecipadamente ao poder público para problemas que envolvem a sociedade e com atuação muito diversificada. Questiona a mera resolução do problema instigando uma visão mais ampla do humano e da vida, constituindo-se para alguns como um *ethos* (lugar de morada e referência). Tenta superar obstáculos definidos por políticas de apoio econômico das quais populações ficam excluídas, porém mantém sua luta por se reconhecer em muitos momentos uma última esperança. A compreensão desses valores é ampliada a partir de alguns enunciados dos representantes civis:

Tipos:

“E todos lavam as mãos né... todos.... a grande maioria lava as mãos como se não fosse meu problema. Mas não, eu acredito que o problema que está ali, o que a gente enfrenta é um problema social e é um problema de todos. E na medida em que todos se engajarem pra auxiliar, resolver esse problema, eu acredito que o nosso mundo vai ficar cada vez melhor” (RC-01).

“a gente sempre trabalha numa rede né...” (RC-01)

“como é um trabalho voluntário não nos dedicamos a esse ofício né... todos os voluntários trabalham, não podemos estar vinte e quatro horas por dia a disposição da [instituição]. Então sim, muitas vezes deixamos a desejar algumas coisas que todos nós poderíamos fazer e as vezes as nossas pernas não alcançam ou muitas vezes não nos damos conta de algo que a gente pode melhor” (RC-01)

“Que um grupo da [instituição civil] tinha me pedido também para eu conversar sobre o nosso trabalho e tinha sido muito bom, fomos até a uma da tarde, mas foi muito produtivo... ah... eu sempre digo... é um poder muito grande concentrado nessa [instituição civil]. E... e enquanto essa [instituição] nos ignora... nós também não somos muito ouvidos... quando... essa associação me pede, vem conversar conosco em um lugar reservado, nós temos tanto tempo, queremos saber o que vocês estão fazendo, onde poderíamos colaborar, então... acho que muda... um.. porque há um... um centro de poder né... [poder=capital] e a gente passou... eu tinha já feito uma outra palestra já também... eu tinha feito uma pesquisa assim... bem interessante, exatamente no sentido de mexer assim com a sociedade e com o povo também...” (RC-04).

“é... o cara tem [muitos recursos] lá, ele vai [receber uma penalidade] de mil reais... daí o cara tem [poucos recursos] lá de dez mil reais e vai [receber uma penalidade]

de mil também... não é coerente né... Então a gente tentou assim... tá... inclusive tá em andamento, a gente tá tentando reduzir um pouco mais os valores assim para as pessoas de uma renda mais baixa” (RC-05).

Olha.. nós estamos assim numa caminhada, engatinhando, claro que não atende as necessidades. Mas tudo é uma sementinha que se cultiva. A gente percebe “um crescimento, uma evolução... apesar de ser pequena, mas é uma evolução muito grande, porque a pouco tempo atrás você falar [da proposta da instituição] na... na... mídia na comunidade assim, era... nooossaa, era um escândalo, era tachado de comunista e assim por diante. Então hoje já reverteu, já tem vários segmentos, várias pessoas olhando e observando e entendendo que uma coisa não pode ser dissociada da outra, então eu vejo que houve um grande crescimento” (RC-09).

“O [ator da instituição civil] ele, as vezes ele é mal entendido, mal compreendido e acaba sendo mal visto também né... ah... aqui em nosso interior de [cidade] algumas vezes, entre nós dizemos que alguns [segmento da sociedade] preferem ver o diabo do que um [ator social] da [instituição civil]” (RC-10).

*“nós tivemos discussões muito grandes em relação ao [projeto] que... é um projeto do Governo Federal ... nós viramos mundos e fundos para mudar o [projeto] e não conseguimos porque é um projeto pra todo o Brasil... idênticas [propostas] pro Brasil inteiro, e ele totalmente voltado pra [uma realidade específica de uma região específica]... ele não é adequado [pra realidade local] de maneira nenhuma... então a gente foi à luta, mas nós não conseguimos...[...] Pra de cima prá baixo vim um projeto desses. Esse eu acho o problema terrível do que tá acontecendo no país, é terrível isso... [...] é... **democracia** se realiza basicamente através do diálogo... então, é que se discute tanto essa questão de **democracia**, mas na prática, no dia a dia, na vida de cada comunidade se vê que ainda temos que caminhar muito nesse sentido.” (RC-04).*

*“Então a gente já tinha mobilizado aquela vez a comunidade. Claro que [a instituição pública responsável] não sei se não quis ou não... achou que eram alerdes excessivo né, **menosprezou um pouco**, mas depois que viu...” (RC-09)*

Tratamentos de saúde, abrigo, suporte para qualificação educacional, auxílio na resolução de conflitos sociais, suporte para desenvolvimento econômico e social em diversos setores, saúde, melhorias em estruturas de uso social, zelo pela vida como um todo, auxílio-funeral, (RC-01, RC-02, RC-03, RC-04, RC-05, RC-06, RC-07, RC-08, RC-09, RC-10).

Benefícios:

“eu acho que falta uma visão mais humanística no sentido de humanidade, uma visão maior de onde eu estou inserido, se eu não tenho essa visão eu atuo pra mim, mas se eu tenho a visão de que pertença a humanidade e a humanidade toda ah... eu sou parte da humanidade, então se eu ajo mal a humanidade está... agindo mal, uma parte da humanidade está agindo mal. Se eu faço o bem, uma parte da humanidade está agindo bem, então o balanço destas duas tendências...” (RC-10).

“porque ele simplesmente não tinha para onde ir. Então ele... ele não tinha um ponto de referência e o ponto de referência dele era a [instituição civil] [...] então assim, são histórias muito gratificantes que a gente tem” (RC-01).

Emprego, educação, suporte no luto, natureza, todo tipo de suporte para pessoas com problemas de saúde que estão fazendo tratamento, acolhimento, moradia, paz social, desenvolvimento econômico e social, suporte financeiro, medicação, alimentação (RC-01, RC-02, RC-03, RC-04, RC-05, RC-06, RC-07, RC-08, RC-09, RC-10).

Beneficiados:

“por exemplo, dentro do Brasil qualquer é... qualquer liberação hoje, vários projetos, vários projetos mesmo hoje que o governo federal lança, são para as cidades acima de 50 mil habitantes, e a nossa cidade não tem isso. E por isso as vezes ela não tem essa sensibilidade, por isso nós temos tanto buraco na estrada.” (RC-08).

“muitas pessoas dependem do [oferecido pela instituição civil], dependem disso.” (RC-02).

Todos, associados, natureza, bairros, a coletividade, crianças, família, sociedade, educadores, meio empresarial, o elemento humano, a vida (RC-01, RC-02, RC-03, RC-04, RC-05, RC-06, RC-07, RC-08, RC-09, RC-10).

8.3.3 Comparação das Práticas Socioculturais de Representantes Públicos e Cíveis na Contemporaneidade em Relação a uma Ética Política e suas Perspectivas de Continuidade e/ou Mudanças: descrição dos representantes civis

O objetivo da coleta destes dados era verificar e posteriormente comparar práticas socioculturais, de representantes públicos e civis na contemporaneidade, em relação a uma ética política, identificando perspectivas de continuidade e/ou mudanças.

Representação ética política:

- com ênfase na transparência, comunicação e incentivo à participação pela sensibilidade social;
- passiva sem atuação, acomodada e dependente da esfera pública;
- ativa, criativa, dinâmica, batalhadora, dedicada;

- com foco no desenvolvimento integral do ser humano, do cuidar de perto;
- ousada, organizada, com sensibilidade para perceber dificuldades sociais e foco na valorização do humano, bem como luta para conquista de direitos humanos;
- sem consciência política, e experiência para exercício de representação;
- determinada pela questão econômica para grupos específicos, com foco em atualização e tecnologia;
- que valoriza e compreende o diálogo para construção de suas iniciativas;
- que batalha na constituição de leis que garantem direitos de vida para gerações futuras,
- que recupera espaços para prática cidadã política antes abandonados;
- com abrangência, totalidade, desejando que ninguém fique excluído, desejando mudanças para melhor;
- com resistência à corrupção através da transparência e poder decisório coletivo.

Mudança/Continuidade nas práticas:

*“ porque nós precisamos **dar uma retorno pra comunidade**, porque eles nos auxiliam sempre né... e ah... e o pessoal está olhando muito pra [instituição], e isso é uma coisa boa, porque **as pessoas estão se dando conta da realidade difícil** que outras pessoas também passam né... eu acho que é só assim, quando as pessoas abrem os olhos pro seu mundo ao seu redor que a gente pode melhorar né...” (RC-01).*

*“ a gente assim, **de momento não temos nenhum projeto né... tá aí atrás da moita como se diz né... e a gente procura participar né...**” (RC-02).*

*“ a gente **elabora** material, nós **elaboramos** mesmo o material de vídeos que nós somos uma turma de [categoria profissional] aposentadas, nós **elaboramos** mesmo, através de pesquisa, nada é porque nós achamos que é, **tudo é fundamentado em pesquisas**, nós temos folders dos mais diversos tipos [acerca da área de atuação], que a gente passa pra eles” (RC-03).*

*“Então em todas as áreas ela tem que ser aprendida integralmente para que as potencialidades delas possam se desenvolver. E **esse trabalho que nós fazemos de perto assim, de olho no olho, de olhar, ver e apontar**, acho que é por aí [...] Então tudo isso que **a gente sonha é desenvolvimento integral**, em todas as áreas de desenvolver potencialidades” (RC-05).*

*“pra [estas pessoas] **não existe a possibilidade de ascensão em uma carreira**, por exemplo que elas tenham tantos anos de serviço, que elas tenham um aumento no salário, ou alguma compensação... **não tem nada disso.. eu entro como [categoria profissional] e vou [realizar atividades extremamente importantes para a vida] trinta anos que vou trabalhar. E uma pessoa não aguenta isso, não tem como. Então o quê que nós aqui [da instituição civil], que a gente discutiu muito agora que a gente está elaborando o [plano], exatamente nesse sentido. Tem que ter uma maneira dessas***

peessoas... por exemplo, [outras categorias de trabalhadores], daí tem o plano de carreira, mas na [nesta área] não tem isso. Eles fazem concurso para [sua atuação], e [esta categoria] é serviços gerais [dentro do setor].” (RC-04)

“Então entrei assim meio... meio de gaiato vamos dizer né... e acabei assumindo uma posição diferente, vamos dizer assim né... até... e aí o que aconteceu... a gente... o que a gente tem tentado melhorar e tem tentado...” (RC-05).

“O novo é a atualização anual [...] Agora o grande diferencial do momento chama-se, atualização ...” (RC-06).

“claro que não podemos se... é... imaginar que não vai ter discussão, discordância, mas já não existe animosidade, então já é um grande trunfo.” (RC-09)

“Isso aí pode ser um incentivo bem importante e nós, nossa ideia, de vender a ideia de se fazer um plano municipal de... ah... e transformá-lo em lei é uma das batalhas que a gente está agora empenhado de fazer... a ideia em si não é inovadora em si, é inovadora no local, acho que o Rio Grande do Sul ninguém tinha feito” (RC-10).

“Ah.. mudou... pode até pedir pra eles aí... bhã... o pessoal se uniu demais, antes tava abandonado. (Quantas pessoas têm na diretoria?) olha são.. em todo são oito ou nove...” (RC-07)

“Então a pessoa lá de longe, lá da vila, da rua, que tu jamais ia conhecer, também tem essa necessidade, essa sede de mudar, de ver as coisas melhor, ” (RC-09).

*“nunca recebi um jeitinho assim né... até porque ele cai [pra instituição civil] todo né... não.. pra mim direto assim, é difícil vim né... e como eu não sou um, **como não convívio [na instituição pública]**, como eu não to lá sempre... eu só vou para as reuniões né... ou vou lá pra pegar [documento], uma coisa minha particular, né... eu não to no dia a dia lá.. entendeu?... eu não tenho... **eu não recebo a pressão... né... então a pressão...né.. e se por ventura viesse a mim eu... simplesmente diria.. oh, vamos para [a instituição civil]. É que sozinho eu não posso tomar decisão mais... eu nem posso, não tenho poder para isso, o poder é de todos nesse caso” (RC-05).***

8.3.4 Modelos de Organização e Orientação Ética dos Representantes Cíveis e os seus Campos de Ação: os “Tipos Ideais”

O objetivo da coleta destes dados era reconhecer modelos de organização e orientação ética dos atores sociais envolvidos (representantes públicos e da sociedade civil) e os seus campos de ação (espaços institucionais), identificando “tipos ideais”.

Como já referenciado, a noção de “tipos ideais” é um conceito e instrumento metodológico de análise weberiano, que tem por objetivo reunir traços e características de determinado fenômeno. (WEBER, 2006). Rememora-se que, a partir dessa referência teórica,

os tipos aqui constituídos a partir dos dados coletados acerca dos representantes, não mantêm necessariamente identificação com as categorias tradicionais dos tipos weberianos.

Nos diversos apontamentos até o momento realizados, já está referenciada uma diversidade de “tipos ideais”, todavia, aqui são formalmente apresentados. Estes “tipos ideais” serão apresentados dentro das categorias gerais Representantes Públicos e Representantes Cíveis ou da sociedade civil a partir de suas formas de organização e orientação ética política nos seus campos de ação.

Em termos de modelo para esse tópico, o mesmo está definido pela representação na sociedade civil, por isso “Civil”. A partir desse modelo, considera-se a orientação ética política predominante e o campo de ação do ator social para constituição do “tipo ideal”.

Por questão de proteção de identidade dos entrevistados, não serão referenciadas, mesmo que só por codinome a autoria das falas, tendo em vista apresentação de textos anteriores que poderiam vir a ser relacionados e então revelarem suas identidades.

Tipos ideais:

Antiburocrático voluntarista. Sua orientação ética tem por base a incompletude da lei para atender aos desafios sociais a partir de sua realidade, além da crítica à burocracia (no sentido de procedimentos morosos e complexos). Pelas barreiras da mudança da legislação e pela emergência das situações sociais, aplica-se ao estímulo do voluntariado como caminho para atender às necessidades. Pela relação de dependência às instituições públicas, acaba por se ajustar ao sistema. Pelas limitações em todos os sentidos para realização das práticas, não consegue articular-se com força política para mudança da realidade. Pois entre se ocupar com a mudança da lei e atender às necessidades decorrentes das ações além de recrutar novos voluntários, dedica-se a esses dois últimos procedimentos. É um dos campos de ação que evidencia a carência de organização política para pleitear o rompimento das barreiras burocrático-legais.

“e a lei ela manda não [procedimento legal], mas tem situações que não tem como não se fazer... [...] nós temos a morosidade [da instituição pública] né... [...] a coisa não flui. [...] Então são limitações burocráticas mesmo e que deixam nosso trabalho bem complicado... [...] não sei se isso é só no Brasil ou se é no resto do mundo assim também... as leis são feitas de cima para baixo né... eles partem de um ideal, de uma postura ideal e a partir dali eles fazem as leis [...] Bom... nós temos aí como sempre né a dificuldade financeira que é a parte mais fácil né, que é o jeito mais fácil de fazer [a prática social] Mas aí nós temos também o trabalho voluntário né,” (RC).

Participativo Normativo Competente. Com orientação ética com foco na atuação participativa de processos de legislação de setor específico, esse “tipo” tem um dos espaços mais abertos para dialogar e efetivar em lei as necessidades reais de seu campo de ação. Esse tipo, quase se contrapõe ao anterior (Anti-burocrático voluntarista) no sentido de ter sua atuação mais efetiva no aspecto da participação em construção das leis e normas. Trata-se da oportunidade ampliada, relativamente nova e que, quando eficazmente aproveitada, alcança resultados muito mais significativos do que propostas anteriores demarcadas por restrições maiores. Está fortemente organizado com pessoas de abrangente competência nas áreas de atuação, no debate político. Um diferencial é a dedicação ao diálogo, leitura contínua da realidade que acontece pela ação direta dos indivíduos, ou seja, pela sua presença e articulação nos contextos alvos de suas práticas, e isso, em conjunto com os processos de construção normativa. Todavia, há entraves que se estabelecem e que ainda precisam avançar em termos de liberdade para efetivação maior de direitos. Esse “tipo” atende a uma necessidade histórica na construção de uma democracia efetiva.

Uma das coisas mais importantes é a composição [da instituição civil], né... já houve fazes em que a composição ah... era quase ah... uma filial [da instituição pública]... isso não é bom... não que haja antagonismo entre... mas, por exemplo, [setor público]... é importantíssimo, mas é diferente o trabalho [deles]. Porque [o setor público] quem trabalha são profissionais, nós aqui... somos profissionais também, mas o nosso trabalho é voluntário no sentido de pensar o que está sendo feito, o que está sendo projetado e o que está sendo pensado pro futuro e agir nesse sentido. Então, ah... as nossas práticas são de ter uma composição [da instituição civil] que seja realmente de pessoas que não tenham vínculos com... com... agremiações, com partidos políticos, até pode ter, mas que isso não interfira no trabalho que se realiza aqui (precisa de uma certa neutralidade?), uma certa neutralidade é necessário. E... então, são pessoas... tem que ser pessoas muito íntegras, pra que realmente a gente pos.... que seja produtivo. E eu posso te dizer com muita satisfação hoje, que nós temos isso.” (RC)

“a [instituição pública] não tem esse direito de impedir isso, de introduzir isso como uma obrigatoriedade... [...] Mas ah... por outro lado, por ter [uma instituição civil], constituído, via legal, constituído legalmente por lei... nos dá um poder e o compromisso de... não aceitar esse engessamento de norte a sul que está acontecendo... de achar brechas por onde nós ainda podemos... e aí nós estamos sendo democráticos... de certa forma a gente está aí lutando por democracia nesta área, todos têm o seu direito e podem e devem ah... viver conforme as suas famílias, as suas cidades, a sua escola, o seu trabalho... isso tudo interfere na vida de uma pessoa,” (RC).

Nada que dificulte o nosso trabalho. Sua orientação ética está baseada no fato de que ao seguir o protocolo que atende principalmente o setor público, no processo, procura “lavar as suas mãos”, o que significa que sua principal preocupação é eximir-se de culpa. Sua existência não decorre da demanda social, mas sim da necessária extensão do poder público, de forma que seu vínculo maior é com ele e para ele. Ao deparar-se com as limitações do poder público, teria a oportunidade de constituir a voz dos cidadãos, todavia, seu distanciamento deles e sua rendição às instituições públicas, torna-o ineficaz e sem atuação social. Há uma atitude de certa forma inconsequente e inconsciente da própria natureza da instituição civil. Não há nada para dificultar seu trabalho, porque o trabalho razão de sua existência praticamente não existe.

“... nós lá assim não tem assim... assim nada que... dificulte nosso trabalho... porque... a gente recebe ... quando chega pra nós a gente recebe todas as informações, a gente analisa as informações e toma uma decisão... entende?... e se no momento a gente não tem informações suficientes, a gente solicita informações... [...] É... normalmente quem envia pra nós não é a pessoa, é a [setor público]... é [setor público] da ... né.. quando ele tá fora, tá em desconformidade... a... o [setor público] não tem poder pra dizer que... quando tá errado ele não tem poder pra dizer que tá certo... ele só diz que tá certo quando ele enxerga que tá certo... [...] então... nós não temos nenhum trabalho voltado para esta parte social assim” (RC).

Sociedade Civil Ltda. Sua orientação ética está definida quase que essencialmente pelo desenvolvimento econômico como prioridade e o desenvolvimento social por extensão, ou melhor, como reflexo. O primeiro é de caráter predominantemente limitado (Ltda), enquanto que o segundo, que só pode ser decorrente do primeiro, efetiva o bem social, porém com muitas restrições. Por sua organização e concentração de poder econômico, exerce muita influência na constituição de benefícios diretamente ligados aos seus propósitos. Dessa forma articula-se politicamente em várias esferas do poder público também. Os direitos humanos não lhe são prioridade, por isso, possui atuação quase semelhante a um assistencialismo de caráter público – os reflexos.

“isso é uma balança né... isso na verdade tem que pesar a demanda, a decisão que vem pra você tomar e o que isso vai influir. [...] Então na verdade eu acho que é uma balança. Demanda, é.... reflexos que elas vão causar, e aí sim ah.. tomada da melhor decisão pra ver, tentar atingir o maior número de pessoas positivamente, com benefícios, e o menor número de pessoas se de alguma maneira isso atingir negativamente. [...] Numa entidade como a nossa já é diferente, você é mais pautado a beneficiar um grupo e... talvez o outro fica esperando e assim por diante.

... [...] acho que é... pra ajudar dentro de uma entidade como nossa [instituição civil], realmente teria que **ter ligação a isso**... acontece numa **sequência hierárquica**, ... **a demanda sempre sobe, ela não desce**, [...] Eu acho que ela contribui... contribui muito hoje. É... tanto que a sociedade vê isso, **reflexos** no ... que acabam tendo aqui e acabam beneficiando a sociedade no seu geral.” (RC).

Participativo-consciente-corajoso. Sua orientação ética está pautada em uma visão ampla da vida e do humano, incluindo todos os setores econômico, humano, social, político, cultural, entre outros. Ao considerar a vida com suas relações como bem maior, articula conscientemente sua ação corajosa para defendê-la. Preserva o diálogo, a construção da vida democraticamente, e se interpõe frontalmente à proposta de vida determinada apenas pelo eixo do capital. Valoriza a educação com uma proposta nova para superação de uma condição humana e de vida limitada. Sua posição é sempre corajosa em detrimento do caráter de confronto que realiza. Sua ampla consciência permite reconhecer desafios nas estruturas políticas governamentais, as quais precisam desse novo humano, formado por uma nova proposta pedagógica, com novo currículo para contemplação da vida e suas relações.

“E também tem que ser uma coisa assim que se possa atingir, não adianta botar a meta muito faraônica, muito longe, que não se alcance, porque no fim tu acaba desanimando. Tu tem que botar uma meta.. lógico, uma meta... (atingível...) atingível, difícil, de preferência, mas não impossível. (e [pra você] o que é mais importante na hora de definir essas ações) hahaha... o que eu considero muito importante é que se as pessoas ao meu lado, ao meu redor tiverem com a mesma vontade, não adianta eu bater sozinho, mas se eu sinto que as pessoas do meu lado têm essa vontade, daí eu encaro e bato de frente (ter apoio), exatamente. [...] Olha eu acho que... partiria do princípio da... da educação. A educação no Brasil nos últimos tempos se tornou muito ineficiente, problemática, mas eu acho que precisa muito voltar a educação... não exatamente uma educação [de setor], mas uma educação voltada pra ética, pro correto, pra... pra engrandecimento das pessoas não com essa metodologia de passar por passar, porque precisa passar, precisa passar. É lógico que os conhecimentos de química, física, matemática e tudo mais são muito importante, mas eles tinha, teria que tá um pouco mais engajados com o ser humano. Daí se nós tivéssemos esse engajamento, essa procura por, por uma coisa mais racional, mais normal é... combatesse um pouco do que tá sendo apregoado nesse Brasil hoje roubar é normal, roubar... não... é bobo quem não rouba, esse tipo de coisa aí precisa parar, então precisa um pouco mais de ética, um pouquinho mais de educação realmente, não só educação da matéria, mas do ser humano, precisa crescer o ser humano, precisa ser uma pouquinho mais humano realmente... [...] Se [a instituição civil] fosse um pouco mais ouvida ou mais respeitada, até pelo próprio [setor da instituição pública], seria até bem melhor. Porque [o setor do ministério público] faz o que quer... quando aparece um problema muito sério, daí solicita participação [da instituição civil]” (RC).

De igual forma, pela amplitude de “tipos” possíveis e pela proposta do paralelo entre

representantes públicos e civis, compreende-se que os tipos até aqui elencados constituem conteúdo suficiente para atender às exigências da pesquisa.

8.4 Representantes Públicos e Civis: um paralelo com resgate da fundamentação teórica

Tendo em vista facilitar o paralelo de alguns dados acerca das categorias de representantes entrevistados dispõem-se os seguintes quadros:

Quadro 3 – Dados sobre os entrevistados

Categ.	Nº Entrev.	F	M	Tempo Áudio	Laudas	Média Idade	Maior Idade	Menor Idade	Soma das Idades
Rep. Público	10	4	6	07:15	81	49,5	36	78	508
Rep. Civil	10	4	6	06:20	65	54,8	38	79	548

Quadro 4 - Paralelo de Cidadania e Poder entre Representantes Públicos e da Sociedade Civil

Categoria	Rep. Públicos	Rep. Civis
Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Aparece um incentivo à participação cidadã de forma bem limitada; - com muito mais força autoafirma a representatividade, pelo manifesto assumido de representante capaz; - a valorização das demandas sociais, públicas, necessidades do outro, da superação do partidarismo, individualismo, envolvendo os direitos que são assegurados pela lei e pela correta postura da gestão/administração pública; - observou-se que quanto menos burocrático e mais perto das pessoas estas instituições e seus representantes se colocam, maior é a valorização do diálogo que reconhece as realidades e problemas sociais enfrentados; - predomina um distanciamento pelo ativismo, pela burocracia que distancia as pessoas, que coloca para além do balcão possibilidades de interação social que normalmente acontecem a partir de protocolos e outros papéis; - as ações determinadas por necessidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Cidadania definida pela vontade de participar, voluntariado, consciente de representatividade, do enfrentamento, dos interesses mais particularizados por associações de classe, da importância da organização, das lutas de conteúdos repetidos, do diálogo amplo e aberto, do suprir temporariamente responsabilidades públicas, da luta pelos direitos humanos e da promoção da sensibilização participativa;

	<p>sociais, transparecendo a sua predominância se reconhecidas pelos próprios representantes e não os necessitados – uma interpretação das necessidades.</p>	
Poder	<p>-“poder” como relação que existe entre poder, lei, justiça e capital, em que, este último se coloca como determinante, enquanto a justiça com base apenas na legislação mostra suas limitações;</p> <p>- poder que se relaciona com lei, estrutura, capital, justiça e corrupção;</p> <p>- é observado em termos de estrutura institucional, destaca-se processos formais, delimitados e tendenciosos de ação e utilização institucional;</p> <p>- “poder” e sua relação com a questão “recursos financeiros”, evidencia-se ser este o maior desafio/necessidade das instituições públicas e a dependência/liberdade para sua gestão que poderão ser bem ou mal aplicados conforme cada representante;</p> <p>- “poder” em relação à “corrupção”, observou-se que há espaço no meio público para tal e que em parte depende da responsabilidade do próprio representante a sua não efetividade, que apesar de os mecanismos existentes para inibir a corrupção, ainda as pessoas encontram caminhos para driblá-los, que os motivos para não ser corrupto nem sempre refletem a adequada razão e que a proximidade da realidade social é um elemento positivo no tratamento da corrupção.</p>	<p>- a questão do poder: da força da lei, da oportunidade de legislar, dos limites do poder público e dependência da sociedade civil, da possibilidade de abrangência de atuação para as esferas estaduais e federais, da corrupção presente na cultura brasileira, do “jeitinho brasileiro” positivo e negativamente falando, das iniciativas de fiscalização dos recursos disponibilizados por órgãos superiores, do valor da credibilidade para apoio financeiro, do estabelecimento de uma servidão da sociedade civil ao poder público, da corrupção da própria representação indiferente, da corrupção dos atores civis.</p>

Quadro 5 - Paralelo da Cultura Política entre Representantes Públicos e da Sociedade Civil

Categorias	Rep. Públicos	Rep. Civis
Cultura política a partir das práticas, benefícios e beneficiados	<p>A cultura política dos representantes públicos é percebida diante das diversas práticas. Verifica-se a predominância de uma cultura representativa, do socorro prestado. Apesar da abrangência de áreas de atendimento,</p>	<p>A cultura política da sociedade civil conclama à participação, com base predominante no voluntariado, a atuar em rede, com interconexões mais amplas, com diferenças em seu poderio de ações determinadas por organização, economia e</p>

	<p>verifica-se que ainda são insuficientes, que a partir das necessidades reais das pessoas configurou-se uma prática assistencialista que se mantém e que a proposta de superação dela, está mais como melhorias de gestão do que a problematização das razões dos problemas sociais. De forma explícita e abrangente são apresentadas as populações mais carentes como alvo de benefícios, mas a resolução dos problemas sociais se definem pela prioridade acerca de quem vai receber o benefício por maior necessidade e conforme os recursos disponíveis, muito pouco se apresenta como proposição de rompimento do assistencialismo que em si mesmo, não atende a todas as necessidades.</p>	<p>competência de seus atores. Com foco predominante nas populações com maiores necessidades, atuando mais efetivamente na conscientização para resolução dos problemas, é demarcada por contextos de luta, questionando a democracia de cima para baixo, mobilizando-se antecipadamente ao poder público para problemas que envolvem a sociedade e com atuação muito diversificada. Questiona a mera resolução do problema instigando uma visão mais ampla do humano e da vida, constituindo-se, para alguns, como um ethos (lugar de morada e referência). Tenta superar obstáculos definidos por políticas de apoio econômico das quais populações ficam excluídas, porém mantém sua luta por se reconhecer-se como uma última esperança.</p>
--	--	--

Quadro 6 - Paralelo da Representatividade Ético Política e Continuidade/Inovação das Práticas entre Representantes Públicos e da Sociedade Civil

Categorias	Rep. Públicos	Rep. Civis
<p>Representatividade e definida por inovações ou continuidade de práticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - com ampliação por parte de terceiros subordinados; - subordinada e condicionada por esfera superior para atuação; - dependente de política pública para ampliação; - focada nas necessidades e não em mudança política; - com sensibilidade às mudanças sociais e necessidades específicas; - com superação do partidarismo para o bem comum; - com foco na agilidade burocrática; - como reforço do poder da 	<ul style="list-style-type: none"> - com ênfase na transparência, comunicação e incentivo à participação pela sensibilidade social; - passiva, sem atuação, acomodada e dependente da esfera pública, - ativa, criativa, dinâmica, batalhadora, dedicada; - com foco no desenvolvimento integral do ser humano, do cuidar de perto; - ousada, organizada, com sensibilidade para perceber dificuldades sociais e foco na valorização do humano, bem como pela conquista de direitos humanos; - sem consciência política, e experiência para exercício de

	<p>representatividade, assumindo de forma terceirizada a comunicação de necessidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> - com foco continuado na transferência de competência entre as esferas municipais, estaduais ou federal; - com dependência financeira de instituições da sociedade civil para efetividade das ações; - com ênfase nas reuniões descentralizadas, mas para reforçar a concretude do diálogo representativo; - com ênfase no controle, gerenciamento, estatística. 	<p>representação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - determinada pela questão econômica para grupos específicos, com foco em atualização e tecnologia; - que valoriza e compreende o diálogo para construção de suas iniciativas; - que batalha na constituição de leis que garantem direitos de vida para gerações futuras; - que recupera espaços para prática cidadã política antes abandonadas; - com abrangência, totalidade, desejando que ninguém fique excluído, e mudanças para melhor; - com resistência à corrupção através da transparência e poder decisório coletivo.
--	---	---

Quadro 7 – Paralelo entre Orientação Ética, Campos de Ação e “Tipos” a partir de Representantes Públicos e da Sociedade Civil

	Rep. Públicos	Rep. Civis
Orientação ética	A partir de: justiça burocrática, manutenção forçada do clientelismo, resultado de atuação, dignidade humana, promoção a partir de articulação e relações políticas, justiça efetiva que não se concretiza, do legado e tradição política histórica.	A partir de: incompletude da lei para atender ao real, normatização legislativa formativa, do “lavar as mãos”, do lucro por prioridade e o bem por extensão, da construção coletiva da vida não com eixo capitalista
Campos de ação	Sócio legislativo, realidade social, orientativo e formacional, espaço de diálogo político, coação de problemas sociais, intercalado entre representatividade e participação.	Acolhimento humano, legislação e normatização, suporte à instituição pública, economia como prioridade e o social por extensão, confronto da subordinação da vida pelo capital.
“Tipos Ideais”	<ul style="list-style-type: none"> - Burocrático legislativo - Tradutor “Sociojustificador” - Racional Desenvolvimentista - Familiar Afetivo - Jeitinho-Sedução - Pragmático-atropelado-em-busca-de-socorro - Bipolar: legado histórico 	<ul style="list-style-type: none"> - Antiburocrático voluntarista - Participativo Normativo-Competente - Nada que dificulte nosso trabalho - Sociedade Civil Ltda. - Participativo Consciente-Corajoso

	participativo comum X upgrade sociopolítico	
--	---	--

Reconhecendo a realidade da vida social tal como apresentada por Beck (2011), como “sociedade de risco”, por Milton Santos (2011), como delineada por uma “globalização perversa”, por Santos e Meneses (2010), em que a forma de “pensamento abissal” promove exclusão, gerando o que Bauman (2011) descreveu como “refugos humanos” e “*Outsiders* encarnados”, além de outras realidades apresentadas, convida-se à reflexividade da realidade e à construção de um caminho diferente, para uma cidadania diferente, que tem como proposta a ético-política em sua constituição.

A extensão de tal realidade abrangente está concreta na localidade de cada indivíduo, o que justifica reconhecer as práticas sociais dos representantes públicos e civis, práticas através das quais processos são indicados valores e concepções de cidadania.

No contexto das práticas dos representantes públicos, delineou-se uma cidadania predominantemente: limitada, com foco na representação capaz, que reconhece a necessidade da superação do partidarismo e individualismo, todavia, não abre mão de continuar interpretando e traduzindo as necessidades humanas pela mera representação. Está fundada em uma cultura política que continua sustentando o passado histórico brasileiro, com base no clientelismo, no mandonismo, no populismo, no patronato, entre tantos outros processos que se contrapõem à cidadania plena. A representatividade dessa cidadania continua a revelar um poder não genuíno para subordinação, que, através do controle tirano e insensível, mantém privilégios para minorias em detrimento de condições de vida limitadas para os subordinados. Em seus campos de ação, verifica-se a predominância cada vez maior de incompreensão dos problemas sociais, o que se efetiva na constituição de leis que precisam ser burladas pelos próprios representantes, pelo menos por aqueles que percebem sua limitação.

Já no contexto das práticas sociais dos representantes civis, delineou-se uma cidadania demarcada pela vontade de ajudar, que tem por base predominante o próprio voluntariado. Uma cidadania exigente que requer enfrentamento de processos estabelecidos pelo capitalismo. Exigente porque precisa constituir-se de forma organizada e competente para ser eficaz. Organização e competências definidas e fundadas em diálogo contínuo, aberto, participativo que se concretizam como vitória a partir da efetivação dos direitos humanos. Cidadania que tem por base poder legítimo, a qual, quando oportunizada consegue construir leis com mais poder de efetividade porque atendem de fato às necessidades das populações. Em sua cultura política está afirmado o valor da participação, o questionamento da

democracia “de cima para baixo”, a crítica do mero assistencialismo como abrigo e esperança para os excluídos.

Tal cidadania é a que se torna mais ético-política quando compreendida a partir do “direito à vida no sentido pleno” (CERQUIER-MANZINI, 2010); do exercício para direitos e deveres (MOISES, 2014), ou seja, que faz do civismo uma “virtude sociopolítica da ética” - baseado na socioética (MORIN, 2011); que promove a superação da sociedade eticamente pobre, a qual está baseada na lógica do mercado (BARROS FILHO; PRAÇA; 2014) (FREIRE, 1996); que pela ação/participação, qualifica os processos democráticos (SILVA, 2014), superando a democracia que tem por base “a administração de muitos por poucos” (CHAUÍ, 2013); que escreve uma “nova gramática política”, em que os interesses diversos estão adequadamente contemplados e conjugados (AMORIM, 2007); que se liberta de uma ética particular (QUINTANA, 20014); que não falsifica os valores com mero discurso (SANDOS, 2010); que valoriza a “arena política” (BAUMAN, 2000, 2015); e que não se contenta com a definição liberal de democracia (CHAUÍ, 2013) e, por isso, “transcapitalista” e destituente dos processos de corrupção (DUSSEL, 2007); que se antecipa ao próprio poder estatal (MAQUIAVEL, 2004), porque está constituída na fonte do poder legítimo e precede ao Estado (SILVA, 2014); cidadania empoderada pela ética que se contrapõe ao desperdício da capacidade de democratizar, à centralização, à organização inflexível, ao poder restrito, à restrição comunicativa, à esfera capitalizada, competitiva, hierárquica e estadista (SILVA, 2014); antes se afirma na “autoconsciência” e no posicionamento refletido e deliberado (HABERMAS, 2013).

Por isso, considera-se que há muita diferença na constituição das práticas e propostas cidadãs delineadas pelos representantes públicos e civis, que como se observou acima, possuem valores diferenciados que constituem suas práticas, gerando uma cultura sociopolítica específica para cada grupo.

Dessa forma a proposta ético-política é crescente, como explícito nas proposições de Morin (2011) acerca de uma “socioética”, atropoética” para uma “sociedade complexa”; de Boff (2009), de uma ética planetária, que trata de uma proposta de cidadania. A proposta ético-política se apresenta como um incentivo diante da “globalização perversa” de Milton Santos (2011) e da ruptura daquilo que se visualizou em termos iniciais de realidades do quadro político-brasileiro (que é histórico conforme foi observado) e da tirania e “servidão voluntária” de La Boiétie (2009), que tem sua proposta da ética da amizade e prática do bem, ampliada e especificada por tantos outros pensadores.

Para descrever a necessária valorização da proposta ético-política, retoma-se o

pensamento de Morin(2011): “O civismo constitui então a virtude sociopolítica da ética. Requer solidariedade e responsabilidade. Se o civismo se esgarça, a democracia esgarça-se” (p. 149). Por isso, “a regeneração da ética é, portanto, inseparável de uma regeneração do civismo, que é inseparável de uma regeneração democrática” (p. 150).

Os impeditivos de tal proposta estão explícitos pela condição de “servidão voluntária” em La Boiétie (2009), pela “visão inerte de mundo” em Bauman (2015) e pela corrupção, conforme Dussel (2007), que antecede a própria ação. Trata-se da postura do rendido, do escravo sem vontade própria, do corrupto antes da efetiva corrupção. Na prática, especialmente dos representantes da sociedade civil, a desvalorização ou menosprezo do espaço conquistado, no exercício inconsciente da ação política, na subjugação ao poder dominante e hegemônico.

O espaço oportuno para formação de um cidadão ético-político é e sempre será a sociedade civil, a partir de sua manifestação política. É possível, principalmente a partir de valores mais explícitos na esfera civil, em que a ética da amizade e do bem tem a oportunidade de ser gerenciada pela voluntariedade e autêntico bem comum.

As barreiras da eticidade estão de forma mais específica estabelecidas a partir da incompreensão da origem legítima do poder, o que institui e legitima a escravidão.

Apesar de ser incomum, para alguns, talvez, não adequado, metodologicamente falando, torna-se imprescindível, fazer juízo de valor e de fato a partir da pesquisa, e voltar a referenciar o pensamento de alguns teóricos.

Considera-se inicialmente Rios (2005) e Chauí (2013), os quais exploram o significado original da palavra ética, ampliando sua referência para a questão “espaço da cultura”, “lugar de morada”, mostrando sua relação com a humanidade, com sua vivência e com a própria política. Com isso, instituem reflexividade para o campo ético, mas não apenas como uma ciência técnica, pois, ao fazer a ligação com a reflexividade e atribuir a ela responsabilidade acerca da constituição do humano em suas diversas relações, (re)valorizam a ética, constituindo-a ética política. Isso permite dizer que todo aquele que está envolvido por processos reflexivos que dialogam com o outro e o mundo interno e externo a que lhe pertence, tendo em vista sua própria existência e sua definição, está no exercício de uma ética política. Trata-se então, da (re)configuração do espaço e da própria existência da vida.

A última referência teórica a ser recuperada é Fernandes (2008), que, juntamente aos demais selecionados, aponta a caminhos de (re)configuração, no sentido de despolarizar processos políticos centrados em dominação, reforçando a necessária destituição de processos de formação de expansão de um Estado sustentado por democracia restrita e assegurado ou

legitimado por riqueza e poder nas mãos dos dominadores. E, ainda, a necessária destituição de um autocratismo de origem capitalista institucionalizado no Estado para exercício de dominação.

Com essas duas proposições teóricas, uma que fala de responsabilidade de existência e outra que mostra a necessária reconfiguração da existência, justifica-se mais uma vez a proposta ético-política.

9 CAPÍTULO IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa preocupou-se em reconhecer a validade da ética na sua relação com a política. Para tal, referenciou-se teoricamente conceitos como Estado, Democracia, Cidadania entre outros, bem como a própria Ética.

O reconhecimento de problemáticas de ordem global, da historicidade político brasileira e a consideração de fatos contemporâneos foram contemplados para justificar a pesquisa.

Partindo da delimitação de pesquisa que envolveu representantes públicos e da sociedade civil, considerou-se a questão ética política a partir das práticas sociais desses representantes, práticas que revelaram formas distintas de cidadania e exercício do poder, distintas também em termos de cultura política e conseqüentemente representatividade. Essas distinções ficaram de forma didático metodológica explícitas a partir dos “Tipos Ideais” que foram constituídos a partir dessas informações coletadas.

Indicou-se também que a constituição do “ser ético cidadão” perpassa o aproveitamento do espaço único categorizado por sociedade civil, onde cada qual se torna ator político dialógico, constituinte da democracia. Outras propostas possíveis, também enunciadas socialmente como cidadãs, também ficaram evidentes. Por isso, considerou-se que cada cidadão necessita disposição para reconhecer as bases legítimas da constituição cidadã. Para tal, apresentou-se já na justificativa da pesquisa, bem como pela historicidade brasileira e seus fatos contemporâneos, além das configurações distintas dos representantes públicos e civis na contemporaneidade, um conteúdo que contribui na reflexão, a qual passa a ser, em suas limitações, um exercício ético-político.

Verificou-se através da pesquisa que não há como constituir atores sociais de fato, sem ética e sem cidadania. Tais elementos se tornam fundantes da constituição de atores sociais em algum sentido, seja ele positivo ou negativo, o qual definirá a configuração de sua existência, do seu “lugar de morada”. Assim, a resposta acerca de qual ética e qual cidadania está respondida pelo “lugar de morada”, a realidade histórica e suas condições de existência, que podem considerar não apenas dicotomicamente estanques a tirania ou democracia, a liberdade ou servidão, e assim por diante. Sempre sendo possível, logo adiante, (re)escrever algo novo.

As barreiras para construção da eticidade política, reconhecida como autenticamente cidadã, consiste prioritariamente de dois polos, a saber: um poder opressor (tirano) de um lado, e por outro lado, um estado de inércia (servidão). O que convoca à recuperação da

consciência e participação política dos sujeitos, tendo em vista que, a sociedade civil, apesar da opressão que sofre, ainda constitui-se em espaços oportunamente delineados, espaços para o exercício ético-político, conseqüentemente, constituinte do cidadão.

Transpassando a proposta reflexivo-participativa está a constatação de uma autoconsciência acerca do seu “lugar de morada”, lugar de existência, cuja realidade é sempre possível de (re)configuração.

O reconhecimento dessa dinâmica, traduz a própria vida, que se expressa em diversidade e que, por isso, apresenta-se complexa e exigente da dinâmica atuação cidadã. Instaure-se, assim, um ciclo, o qual permite muitos outros olhares e contribuições através de outras pesquisas.

Muitas outras categorias além das de representantes públicos e civis podem ampliar a compreensão e construção de outros subsídios teóricos que constituem o “ser ético cidadão”. Outras categorias para além da questão das práticas sociais, da cidadania, poder, representação e cultura também são alvos de pesquisa dentro destas categorias representantes públicos e civis. Assim, fica evidente, que existe muito trabalho pela frente, ou talvez, poderia se dizer, que existe uma oportunidade específica para também, através da pesquisa, ser “ético cidadão”. Isso, sem esquecer da amizade e da prática do bem, prática que sempre pergunta: *Cui bono?*

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMORIM, Maria S. S de. Cidadania e participação democrática. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25-27 abril 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

ANDRADE, Claudionor Corrêa de. **Dicionário teológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Therezinha Monteiro Deutsch e Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Pensadores).

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 561-597.

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Qual democracia para a América Latina?: Capital social e empoderamento são a resposta?** Porto Alegre: UFRGS, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS FILHO; Clóvis de; PRAÇA, Sérgio. **Corrupção: Parceria degenerativa**. Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Para que serve a sociologia?** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOATE KISS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/parentes-de-vitimas-do-incendio-da-boate-kiss-cobram-punicao-de-agentes-publicos/4764088/>>. Acesso em 28 jan.2016.

BOATE KISS. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/IncC3%AAndio_na_boate_Kiss>. Acesso em 28 jan. 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Coord. Trad. João Ferreira. **Brasília**: Universidade de Brasília, 2010.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Record, 2009a.

_____. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

BRASIL.Senado Federal. **Constituição Federal da República**. Brasília-DF, 1988.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as questões éticas em pesquisas com seres humanos**. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> . Acessado em 22 maio 2015.

CARF. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/entenda-a-operacao-zelotes-e-o-impacto-na-relacao-lula-dilma>>. Acesso em 28 jan.2016.

CASTRO, Luiz Antonio Barreto de. **As cabeças da corrupção**. Rio de Janeiro: Lacre, 2015.

CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. **O que é cidadania**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos, 50).

CHOMSKY, Noam. **Propaganda política e manipulação**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CICONELLO, A.; MORONI, J. (2005). **Participação social no governo Lula. Avançamos?** in ABONG (ed.) A Abong nas Conferências 2005: Criança e Adolescente – Assistência Social, Brasília: ABONG. Disponível em: <www.abong.org.br/download.php?id=685>. Acesso em 08/02/2016.

CICONELLO, A. **A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES). Cebes, 2008. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/A-Participacao-Social-como-processo-de-consolidacao-da-democracia-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 08 fev.2016

CHAUÍ, Marilena. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. (Filosofias: o prazer do pensar).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca da educação. Série 1.Escola; v. 16).

COPA DO MUNDO 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150527_entenda_fifa_lab>. Acesso em 28 jan. 2016.

COPA DO MUNDO 2014. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,delator-gravou-encontros-sobre-copa-de-2014-e-informou-fbi--,1707095>>. Acesso em 28 jan.2016.

CORRUPÇÃO. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160126_dinamarca_corrupcao_fm_ab>. Acesso em 28 jan. 2016.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de ciências humanas**. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Fontes, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

FICHA LIMPA. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp135.htm>. Acesso em: 09 maio 2015.

FIGUEIREDO, Rubens. Apresentação. In: FIGUEIREDO, Rubens (Org). **Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FUHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, SP, 12(2): 55-74, novembro de 2000.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LA BOIÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. Trad. Casemiro Linarth. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÜCHMANN, Lígia H. H. **A representação no interior das experiências de participação**. Ver. Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a07n70.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

MAAMARI, Adriana Mattar. **O Estado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. (Filosofias: o prazer de pensar).

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?** São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos; 54).

MAGALHÃES, Izabel. **Textos e práticas socioculturais** - discursos, letramentos e identidades. Linha D'Água, Brasil, v. 24, n. 2, p. 41-57, dez. 2011. ISSN 2236-4242. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37356>>. Acesso em: 08 fev. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v24i2p41-57>.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores)

“MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL”. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2016/janeiro/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-entrara-em-vigor-no-proximo-dia-23>>. Acesso em 30 jan.2016.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

“MENSALÃO”. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2013/11/19/noticiaspoliticas,3165312/entenda-o-mensalao.shtml>>. Acesso em 28 jan.2016.

MINAYO, Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOISES, Valquiria da Silva. **Do jeitinho brasileiro ao Brazilian little way: uma leitura semiótica**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-01042015-114342/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MORIN, Edgar; TERENA, Marcos. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **O método 6: ética.** Trad. Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito.** 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral.** Trad. Antonio Carlos Braga. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007.

“OPERAÇÃO LAVA JATO”. Disponível em:
<<http://m.jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2015/02/05/entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal-167117.php>>. Acesso em 28 jan.2016.

“OPERAÇÃO LAVA JATO”. Disponível em:
<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-reforma-para-combater-corrupcao--brasil-tem-maior-queda-do-mundo-em-ranking-internacional,10000013572>>. Acesso em 28 jan. 2016.

“OPERAÇÃO POLITEIA”. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1655455-pf-faz-busca-e-apreensao-na-casa-de-collor-e-de-senador-do-pp.shtml>>. Acesso em 28 jan.2016.

“OPERAÇÃO ZELOTES”. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1611246-entenda-a-operacao-zelotes-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em 28 jan.2016.

“OPERAÇÃO ZELOTES”. Disponível em:
<<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/entenda-a-operacao-zelotes-e-o-impacto-na-relacao-lula-dilma>>. Acesso em 28/01/2016. Disponível em:
<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Por-que-tanto-silencio-em-torno-da-operacao-Zelotes-/4/33735>>. Acesso em 28 jan.2016.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 17)

“PANAMBI”. Disponível em: <<http://www.panambi.rs.gov.br/site/ver.php?codigo=5587>>. Acesso em 17 mar.2014.

“PANAMBI”. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps/ms?ie=UTF8&t=m&vpsrc=0&oe=UTF8&msa=0&msid=218354452263072328115.0004b6b9a36815f10504d&dg=feature>>. Acesso em: 17 mar.2014

PÖPPELMANN, Christa. **Dicionário de máximas e expressões em latim.** São Paulo: Escala, 2010.

QUINTANA, Fernando. **Ética e política: da antiguidade à contemporaneidade.** São Paulo: 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIOS, Teresinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade.**

5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia?** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 219).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCOTT, John (Org.) **Sociologia:** conceitos-chave. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVA, Enio Waldir da. **Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil.** Ijuí, RS: Unijuí, 2014. (Coleção direito, política e cidadania; 36)

SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos:** primeiros mestres da filosofia e da ciência grega. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TOSI, Renzo. Dicionário de sentenças latinas e gregas. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos; 117).

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.** Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

XIMENES, Julia Maurmann . **Reflexões sobre o conteúdo do Estado Democrático de Direito.** Atena (IESB. Impresso) , v. 2, p. 14, 2007

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Panambi (RS), 20 de Março de 2015

Prezado(a) Senhor(a):

Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, apresento o acadêmico Ederson Malheiros Menezes do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta -Unicruz, que está realizando a Pesquisa intitulada **A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL**, como Trabalho de Conclusão de Curso e para efetivação de sua pesquisa o acadêmico necessitará coletar alguns dados nesta Instituição.

Para tal solicitamos a autorização de Vossa Senhoria para que o mesmo possa coletar os referidos dados.

Na certeza de sua compreensão e colaboração, agradecemos antecipadamente, colocando-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

Profª Drª Solange Beatriz Billig Garces
Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso

Ilustríssimo(a) Senhor(a)

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL”

Nome do Pesquisador: Esp. Ederson Malheiros Menezes

Nome da Orientadora: Dr^a Solange Beatriz Billig Garces

O Senhor(a) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar como se constitui a ética a partir das práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil.

Ao participar deste estudo o Senhor(a) permitirá que o pesquisador Ederson Malheiros Menezes obtenha dados para sua dissertação de mestrado, cuja pesquisa contribuirá para o fortalecimento da esfera pública e do debate acerca da democracia brasileira.

O Senhor(a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o senhor(a). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto.

A pesquisa será realizada através de uma entrevista que você responderá de forma sincera. As questões foram elaboradas com o fim de compreender melhor a temática e não oferecem nenhum risco à sua dignidade, porém algumas questões podem aflorar em você sentimentos, emoções e lembranças que lhe trarão a sensação de tristeza ou frustração.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa o(a) Senhor(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre posturas e práticas de atores sociais na sociedade contemporânea, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para os líderes e cidadãos da sociedade contemporânea, onde o pesquisador se compromete a divulgar amplamente os resultados obtidos, através da publicação de artigos científicos em revistas indexadas.

O(a) senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisador: Esp. Ederson Malheiros Menezes - Fone: (55) 81324182

Orientadora: Dr^a Solange Beatriz Billig Garces - UNICRUZ



APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES PÚBLICOS

Prezado(a) Senhor(a):

Me chamo Ederson Malheiros Menezes e atualmente estou escrevendo uma dissertação de mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta - RS (Unicruz), sob orientação da professora Dr^a Solange Beatriz Billig Garces. O objetivo da pesquisa é analisar a importância da ética para a democracia, identificando a sua configuração nas práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil e para isso farei perguntas relacionadas a constituição ética a partir das práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil. Por isso preciso que Vossa Senhoria responda ao questionário abaixo, de uma forma sincera para que possa retratar fielmente essa realidade. Assim, você estará contribuindo para o fortalecimento da literatura sobre ética no que se refere ao estudo do ambiente público, identificando a configuração da mesma em representantes da esfera pública e da sociedade civil.

DADOS PESSOAIS

Nome: _____ Sexo: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____ Cidade onde reside: _____

Representante Público – Instituição: _____

Representante da Sociedade Civil – Instituição: _____

1. As ações e/ou práticas a serem desenvolvidas são construídas de que forma?
2. O que é mais importante no momento de definir as ações ou práticas a serem desenvolvidas?
3. Em quais valores estão baseados(as) suas ações e/ou práticas desenvolvidas?
4. Alguém (pessoa, figura pública) lhe inspira os valores em que você se baseia para pensar e realizar suas ações e práticas? Porque?

5. Quem são os maiores beneficiados de suas práticas? Porque?
6. Em sua compreensão, suas práticas atendem todas as pessoas em suas reais necessidades? Justifique?
7. De forma mais específica, como suas práticas ajudam as outras pessoas?

8. Quais são as propostas inovadoras que pertencem às suas práticas sociais? Há algo novo que você está realizando?
9. Que mudanças você percebe acontecendo a partir daquilo que está realizando?
10. De que forma são avaliadas as práticas realizadas e seus resultados?

11. O que é mais importante no momento de definir uma prática?
12. Na sua perspectiva o que deveria acontecer para que suas práticas pudessem obter resultados melhores, considerando limites que são impostos para elas?
13. De que forma outros atores sociais podem contribuir com suas ações e práticas?
14. Em sua opinião, a forma de organização da qual você faz parte contribui ou dificulta na obtenção de melhores resultados para as práticas sociais desenvolvidas?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES PÚBLICOS

Prezado(a) Senhor(a):

Me chamo Ederson Malheiros Menezes e atualmente estou escrevendo uma dissertação de mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela Universidade de Cruz Alta - RS (Unicruz), sob orientação da professora Dr^a Solange Beatriz Billig Garces. O objetivo da pesquisa é analisar a importância da ética para a democracia, identificando a sua configuração nas práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil e para isso farei perguntas relacionadas a constituição ética a partir das práticas socioculturais de representantes públicos e da sociedade civil. Por isso preciso que Vossa Senhoria responda ao questionário abaixo, de uma forma sincera para que possa retratar fielmente essa realidade. Assim, você estará contribuindo para o fortalecimento da literatura sobre ética no que se refere ao estudo do ambiente público, identificando a configuração da mesma em representantes da esfera pública e da sociedade civil.

DADOS PESSOAIS

Nome: _____ Sexo: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____ Cidade onde reside: _____

Representante Público – Instituição: _____

Representante da Sociedade Civil – Instituição: _____

1. As ações e/ou práticas a serem desenvolvidas são construídas de que forma?
2. O que é mais importante no momento de definir as ações ou práticas a serem desenvolvidas?
3. Em quais valores estão baseados(as) suas ações e/ou práticas desenvolvidas?
4. Alguém (pessoa, figura pública) lhe inspira os valores em que você se baseia para pensar e realizar suas ações e práticas? Porque?

5. Quem são os maiores beneficiados de suas práticas? Porque?
6. Em sua compreensão, suas práticas atendem todas as pessoas em suas reais necessidades? Justifique?
7. De forma mais específica, como suas práticas ajudam as outras pessoas?

8. Quais são as propostas inovadoras que pertencem às suas práticas sociais? Há algo novo que você está realizando?
9. Que mudanças você percebe acontecendo a partir daquilo que está realizando?
10. De que forma são avaliadas as práticas realizadas e seus resultados?

11. O que é mais importante no momento de definir uma prática?
12. Na sua perspectiva o que deveria acontecer para que suas práticas pudessem obter resultados melhores, considerando limites que são impostos para elas?
13. De que forma outros atores sociais podem contribuir com suas ações e práticas?
14. Em sua opinião, a forma de organização da qual você faz parte contribui ou dificulta na obtenção de melhores resultados para as práticas sociais desenvolvidas?

APÊNDICE E – CARTA DE VALIDAÇÃO

Prezado(a) Professor(a):

Apresento o acadêmico do Curso de Educação Física da UNICRUZ Ederson Malheiros Menezes, que está realizando a pesquisa intitulada “**A CONFIGURAÇÃO DA ÉTICA NAS PRÁTICAS SOCIAIS DE REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS E DA SOCIEDADE CIVIL**”, como Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Solange Beatriz Billig Garces e para sua efetivação necessitamos da sua colaboração para **validação dos instrumentos** em anexo.

Na certeza de sua compreensão e colaboração, agradecemos antecipadamente, colocando-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cruz Alta, fevereiro 2015

Ederson Malheiros Menezes
Pesquisador

Prof.^a Dr.^a Solange Beatriz Billig Garces

Orientadora

APÊNDICE F - MATRIZ DE ANÁLISE

Objetivos	Categorias	Indicadores	Questões	Informações Complementares/OBS
Objetivo 1	- Ética - Valores	- Práticas socioculturais na esfera pública - Práticas socioculturais de representantes da sociedade civil - Valores	- 1 - 2 - 3 - 4	
Objetivo 2	- Cultura ética (ética política)	-práticas socioculturais (tipos de práticas, benefícios, ações, beneficiados, práticas representantes políticos e da sociedade civil)	- 5 - 6 - 7	
Objetivo 3	- Ética Política (representações para ambos – diferenças e semelhanças)	- Representação da cultura política para representantes políticos e da sociedade civil; - diferenças e semelhanças de ações nessas práticas; - ações e relação com ética	-8 -9 -10	
Objetivo 4	- Tipos Ideais	- “Modelos de Orientação ética”(Tipos ideais); - tipos ideais para representantes públicos; - tipos ideais para sociedade civil; - campos de ação (espaços institucionais)	-11 -12 -13 -14	